

Práticas Sociais na
Política Pública de
Assistência Social
em Ponta Grossa-Pr

Análise de práticas sociais desenvolvidas por órgãos/entidades de atendimento que prestam serviços socioassistenciais no município

Silmara Carneiro e Silva
Danuta Estrufika Cantoia Luiz
Reidy Rolim de Moura
(Organizadoras)

Práticas Sociais na **Política Pública** de **Assistência Social** em Ponta Grossa-Pr

Análise de práticas sociais desenvolvidas por órgãos/entidades de atendimento que prestam serviços socioassistenciais no município

Direção Editorial

Prof.º Dr. Adriano Mesquita Soares

Organizadoras

Prof.ª Dr.ª Silmara Carneiro e Silva

Prof.ª Dr.ª Danuta Estrufika Cantoia Luiz

Prof.ª Dr.ª Reidy Rolim de Moura

Autores

Alexandre Stori Douvan

Anna Isabela Ringvelski Costa

Andre Prigol Petters

Audrey Aline Bankes Pereira

Bianca Lourenço Caputo

Bruna Fernanda Itaoui

Camila Sopko

Camila Thaís Skodowski

Caroline Wynnek

Charon Mahrara de Araujo Leite

Felipe Ricardo Biscaia

Gabriele Petroski Machado

Igor Kiel Olivo

Jean Carlos de Goveia

Karoline Dutra Szul

Maria Iolanda de Oliveira

Matheus Dums

Oswaldo Malta Callegari

Paloma Machado Graf

Pedro Fauth Manhães Miranda

Raiane Chagas da Silva

Suelem Andressa de Oliveira Lopes

Tainara Kessia Mainardes

Tatiana Paula Haddad

Elizabeth Trejos-Castillo - TTU

Maria Nilvane Fernandes - UFAM

Ricardo Peres Costa - UFAM

Rosângela Bujokas de Siqueira -
UNICENTRO

Executiva de Negócios

Ana Lucia Ribeiro Soares

Produção Editorial

AYA Editora©

Imagens de Capa

br.freepik.com

Capa

AYA Editora©

Revisão

Os Autores

Área do Conhecimento

Ciências Sociais Aplicadas

Conselho Editorial

Prof.º Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva (UNIDAVI)
Prof.ª Dr.ª Adriana Almeida Lima (UEA)
Prof.º Dr. Aknaton Toczec Souza (UCPEL)
Prof.º Dr. Alaerte Antonio Martelli Contini (UFGD)
Prof.º Dr. Argemiro Midonês Bastos (IFAP)
Prof.º Dr. Carlos Eduardo Ferreira Costa (UNITINS)
Prof.º Dr. Carlos López Noriega (USP)
Prof.ª Dr.ª Claudia Flores Rodrigues (PUCRS)
Prof.ª Dr.ª Daiane Maria de Genaro Chirolí (UTFPR)
Prof.ª Dr.ª Danyelle Andrade Mota (IFPI)
Prof.ª Dr.ª Déa Nunes Fernandes (IFMA)
Prof.ª Dr.ª Déborah Aparecida Souza dos Reis (UEMG)
Prof.º Dr. Denison Melo de Aguiar (UEA)
Prof.º Dr. Emerson Monteiro dos Santos (UNIFAP)
Prof.º Dr. Gilberto Zammar (UTFPR)
Prof.º Dr. Gustavo de Souza Preussler (UFGD)
Prof.ª Dr.ª Helenadja Santos Mota (IF Baiano)
Prof.ª Dr.ª Heloísa Thaís Rodrigues de Souza (UFS)
Prof.ª Dr.ª Ingridi Vargas Bortolaso (UNISC)
Prof.ª Dr.ª Jéssyka Maria Nunes Galvão (UFPE)
Prof.º Dr. João Luiz Kovaleski (UTFPR)
Prof.º Dr. João Paulo Roberti Junior (UFRR)
Prof.º Dr. José Enildo Elias Bezerra (IFCE)
Prof.º Dr. Luiz Flávio Arreguy Maia-Filho (UFRPE)
Prof.ª Dr.ª Marcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina (UEA)
Prof.ª Dr.ª Maria Gardênia Sousa Batista (UESPI)
Prof.º Dr. Myller Augusto Santos Gomes (UTFPR)
Prof.º Dr. Pedro Fauth Manhães Miranda (UEPG)
Prof.º Dr. Rafael da Silva Fernandes (UFRA)
Prof.º Dr. Raimundo Santos de Castro (IFMA)
Prof.ª Dr.ª Regina Negri Pagani (UTFPR)
Prof.º Dr. Ricardo dos Santos Pereira (IFAC)
Prof.º Dr. Rômulo Damasclin Chaves dos Santos (ITA)

Prof.ª Dr.ª Silvia Gaia (UTFPR)

Prof.ª Dr.ª Tânia do Carmo (UFPR)

Prof.º Dr. Ygor Felipe Távora da Silva (UEA)

Conselho Científico

Prof.º Me. Abraão Lucas Ferreira Guimarães (CIESA)

Prof.ª Dr.ª Andreia Antunes da Luz (UniCesumar)

Prof.º Dr. Clécio Danilo Dias da Silva (UFRGS)

Prof.ª Ma. Denise Pereira (FASU)

Prof.º Dr. Diogo Luiz Cordeiro Rodrigues (UFPR)

Prof.º Me. Ednan Galvão Santos (IF Baiano)

Prof.ª Dr.ª Eliana Leal Ferreira Hellvig (UFPR)

Prof.º Dr. Fabio José Antonio da Silva (HONPAR)

Prof.ª Ma. Jaqueline Fonseca Rodrigues (FASF)

Prof.ª Dr.ª Karen Fernanda Bortoloti (UFPR)

Prof.ª Dr.ª Leozenir Mendes Betim (FASF)

Prof.ª Dr.ª Lucimara Glap (FCSA)

Prof.ª Dr.ª Maria Auxiliadora de Souza Ruiz (UNIDA)

Prof.º Dr. Milson dos Santos Barbosa (UniOPET)

Prof.ª Dr.ª Pauline Balabuch (FASF)

Prof.ª Dr.ª Rosângela de França Bail (CESCAGE)

Prof.º Dr. Rudy de Barros Ahrens (FASF)

Prof.º Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares (UFPI)

Prof.ª Dr.ª Silvia Aparecida Medeiros Rodrigues (FASF)

Prof.ª Dr.ª Sueli de Fátima de Oliveira Miranda Santos (UTFPR)

Prof.ª Dr.ª Tássia Patricia Silva do Nascimento (UEA)

Prof.ª Dr.ª Thaisa Rodrigues (IFSC)

© 2025 - AYA Editora

O conteúdo deste livro foi enviado pelos autores para publicação em acesso aberto, sob os termos e condições da Licença de Atribuição Creative Commons 4.0 Internacional **(CC BY 4.0)**. Este livro, incluindo todas as ilustrações, informações e opiniões nele contidas, é resultado da criação intelectual exclusiva dos autores, que detém total responsabilidade pelo conteúdo apresentado.

As informações e interpretações aqui expressas refletem unicamente as perspectivas e visões pessoais dos autores e não representam, necessariamente, a opinião ou posição da editora. A função da editora foi estritamente técnica, limitando-se aos serviços de diagramação e registro da obra, sem qualquer interferência ou influência sobre o conteúdo ou opiniões apresentadas. Quaisquer questionamentos, interpretações ou inferências decorrentes do conteúdo deste livro devem ser direcionados exclusivamente aos autores.

S5861 Silva, Silmara Carneiro e

Práticas sociais na política pública de assistência social em Ponta Grossa-Paraná . [recurso eletrônico]. / Silmara Carneiro e Silva, Danuta Estrufika Cantoia Luiz, Reidy Rolim de Moura. -- Ponta Grossa: Aya, 2025. 155 p.

Inclui biografia

Inclui índice

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN: 978-65-5379-790-1

DOI: 10.47573/aya.5379.1.386

1. Assistência social - Política governamental - Ponta Grossa (PR). 2. Serviço social. 3. Idosos - Cuidado e tratamento - Ponta Grossa (PR). I. Luiz, Danuta Estrufika Cantoia. II. Moura, Reidy Rolim de. III. Título

CDD:361.3098162

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Bruna Cristina Bonini - CRB 9/1347

International Scientific Journals Publicações de Periódicos e Editora LTDA

AYA Editora©

CNPJ: 36.140.631/0001-53

Fone: +55 42 3086-3131

WhatsApp: +55 42 99906-0630

E-mail: contato@ayaeditora.com.br

Site: <https://ayaeditora.com.br>

Endereço: Rua João Rabello Coutinho, 557
Ponta Grossa - Paraná - Brasil
84.071-150

*Dedicamos a presente obra aos usuá-
rios e trabalhadores da Política Públi-
ca de Assistência Social do município
de Ponta Grossa-Pr.*

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Núcleo de Educação Permanente do SUAS – NEP-SUAS-PG pela parceria na realização da pesquisa que deu origem ao presente livro, aos órgãos e instituições participantes da pesquisa, aos professores colaboradores da pesquisa da Universidade Federal do Amazonas, da Texas Tech University e da Universidade do Centro-Oeste do Paraná, aos estudantes regulares e especiais do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas que participaram da pesquisa nos dois semestres letivos de 2022 e aos estudantes de graduação de Serviço Social da UEPG, que também compuseram as atividades e aos demais envolvidos em todo o processo de trabalho para o desenvolvimento da presente pesquisa.

Ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas ao qual o Núcleo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais – NEPEPPS está vinculado.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
--------------------	----

PARTE 1

FUNDAMENTAÇÃO, CONTEXTUALIZAÇÃO E ANÁLISE SINTÉTICA DAS PRÁTICAS INVESTIGADAS

ASSISTÊNCIA SOCIAL, SUBALTERNIDADE E EMANCIPAÇÃO	18
CONTEXTUALIZAÇÃO E ANÁLISE SINTÉTICA DAS PRÁTICAS SOCIAIS DESENVOLVIDAS POR ENTIDADES/ÓRGÃOS SOCIOASSISTENCIAIS DO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA	24

PARTE 2

ANÁLISE INDIVIDUALIZADA DAS PRÁTICAS SOCIAIS DESENVOLVIDAS PELOS ÓRGÃOS E OU ENTIDADES QUE PRESTAM O SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENÇÃO INTEGRAL À FAMÍLIA

PRÁTICA SOCIAL DESENVOLVIDA PELO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SABARÁ	52
PRÁTICA SOCIAL DESENVOLVIDA PELO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 31 DE MARÇO	62

PARTE 3

ANÁLISE INDIVIDUALIZADA DAS PRÁTICAS SOCIAIS DESENVOLVIDAS PELOS ÓRGÃOS E OU ENTIDADES QUE PRESTAM O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

ANÁLISE DA PRÁTICA SOCIAL DESENVOLVIDA PELO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA PESSOAS IDOSAS DO SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS (SOS) DE PONTA GROSSA ...	74
ANÁLISE DA PRÁTICA SOCIAL DESENVOLVIDA PELO PROJETO DE EDUCAÇÃO EMOCIONAL DA GUARDA MIRIM DE PONTA GROSSA....	84

TOCAR-TE: UMA PRÁTICA SOCIAL DESENVOLVIDA PELA INSTITUIÇÃO LUA NOVA.....	96
ANÁLISE DA PRÁTICA SOCIAL DESENVOLVIDA NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DA ALDEIA ESPÍRITA DA CRIANÇA DR. DAVID FEDERMANN	106
ANALISE DA PRÁTICA SOCIAL DESENVOLVIDA NO GRUPO DE MULHERES FORÇA E UNIÃO PELO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DO CRAS CARÁ-CARÁ	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
APÊNDICE.....	135
SOBRE OS ORGANIZADORES.....	143
SOBRE OS AUTORES	144
ÍNDICE REMISSIVO	149

APRESENTAÇÃO

A política pública de assistência social, conforme a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2005) estabelece como objetivos: prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem; e, contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural e assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária.

Partindo desses objetivos, o Núcleo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais da UEPG, em parceria com o Núcleo Municipal de Educação Permanente do SUAS – NEP/SUAS-PG apresenta, no presente livro, os resultados da pesquisa intitulada Análise de práticas desenvolvidas pelos órgãos/entidades de atendimento que prestam serviços socioassistenciais à Política Municipal de Assistência Social no município de Ponta Grossa que teve por objetivo geral identificar aspectos moleculares emancipatórios nas práticas desenvolvidas pelas entidades/órgãos prestadores de serviços socioassistenciais no município de Ponta Grossa.

Considerando-se que as entidades e órgãos prestadores de serviços socioassistenciais, vinculados à política de assistência social, produzem diversas práticas em seus cotidianos de trabalho que visam contribuir para o alcance dos objetivos da referida política; que, por isso, podem conter em suas expressões aspectos moleculares emancipatórios; que potencialmente podem romper, em alguma dimensão, com a situação de exclusão social na qual seus usuários sobrevivem enquanto grupos subalternos inseridos na ordem do capital; que além de sofrerem com a vulnerabilidade social, possuem dificuldades de se organizarem em favor de seus interesses na relação com o Estado e na Sociedade Civil; e que em geral tais práticas são reconhecidamente exitosas pelos seus responsáveis, fazem parte dos objetivos específicos desta pesquisa: Compreender as categorias emancipação, subalternidade, assistência social na sua relação com os objetivos dos serviços socioassistenciais da política pública de assistência social; Traçar o perfil das práticas consideradas exitosas desenvolvidas pelos órgãos/entidades de atendimento que prestam algum serviço socioassistencial tipificado pela Resolução 109/2009 à Política Municipal de Assistência Social de Ponta Gros-

sa; e, Analisar as práticas, reconhecidas como exitosas, desenvolvidas pelas entidades/órgãos prestadoras de serviços socioassistenciais no município de Ponta Grossa, à luz das categorias teóricas estudadas.

A pesquisa realizada constituiu-se qualitativa de natureza exploratória e descritiva e o seu universo foi constituído pelas sete práticas indicadas pelas entidades/órgãos prestadores de serviços socioassistenciais do município de Ponta Grossa, como práticas exitosas no âmbito da política municipal de assistência social do referido município. Como procedimentos metodológicos de pesquisa foram utilizados: a pesquisa bibliográfica e pesquisa documental e ainda a pesquisa de campo através da utilização de um questionário¹, aplicado via formulário do Google - recurso que possibilitou o gerenciamento de pesquisas e coleta de dados através de acesso online.

A pesquisa também previu a possibilidade de realização de instrumento complementar de coleta de dados, tratando-se da entrevista semiestruturada que foi aplicada também às instituições, conforme a necessidade de aprofundamento e ou ampliação das informações previamente coletadas. Das sete instituições pesquisadas houve a possibilidade de realização de visita institucional em seis delas para conhecer as dependências e a dinâmica institucional. O material empírico coletado foi sistematizado a partir de categorias pré-definidas, que são: emancipação, subalternidade e assistência social. Os resultados da pesquisa foram sistematizados no presente relatório e também serão divulgados no blog do Núcleo de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social de Ponta Grossa – NEP/SUAS/PG. A análise dos dados coletados foi realizada à luz das categorias teóricas preestabelecidas.

O desenvolvimento da investigação contou com a participação dos membros discentes (estudantes regulares do mestrado e doutorado em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, estudantes especiais do mesmo programa, estudantes de Iniciação Científica do Curso de Serviço Social da UEPG, estudantes de doutorado do Programa de Pós-graduação de Direito da Pontifícia Universidade Católica – PR, da presidente do Núcleo de Educação Permanente do SUAS – PG e docentes do Núcleo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais dos dois semestres letivos do ano de 2022 e docentes de três universidades parceiras: Texas Tech University - TTU, Universidade Federal do Amazonas - UFAM e a Universidade do Centro Oeste do Paraná – UNICENTRO.²

¹ Em apêndice.

² Os docentes das duas primeiras universidades contribuíram na fase de formação e discussão teórica para

Para o desenvolvimento inicial da pesquisa, foram realizados encontros de formação teórica, em ambos os semestres, com os seguintes temas:

- A estruturação da política pública de assistência social e seus níveis de proteção; Proteção Social Básica e Proteção Social Especial; Serviços Socioassistenciais;
- A categoria emancipação no contexto da Modernidade e tipos de emancipação; Rupturas Moleculares Emancipatórias e Indicadores Qualitativos;
- Grupos Subalternos e Assistência Social; Práticas Sociais/Sujeitos Coletivos; Desenvolvimento Humano e sua relação com grupos vulneráveis;
- Emancipação Política dos sujeitos da socioeducação: Articulação entre profissionais e socioeducandos; Limites e possibilidades da emancipação política na sociedade capitalista; Protagonismo juvenil como discurso emancipatório;

Após a realização da formação teórica, passou-se no primeiro semestre a elaborar o instrumental de coleta de dados, o que foi realizado coletivamente e de forma colaborativa em diversos encontros pelos pesquisadores. O instrumental de coleta foi encaminhado via Sistema Eletrônico de Informações - SEI, através do Núcleo de Educação Permanente do SUAS – NEP-SUAS-PG, para todos os órgãos e instituições participantes responderem. O respondente do questionário foi o profissional que foi indicado pelo órgão e ou instituição quando houve a inscrição para a participação da pesquisa, como o responsável pela prática a ser investigada. Ao sujeito participante foi resguardado o sigilo de sua identidade pessoal, conforme previsão no termo de consentimento livre e esclarecido. Os membros do Núcleo foram divididos em subgrupos orientados pelas professoras coordenadoras da pesquisa, sendo que cada grupo ficou com a responsabilidade por acompanhar e colaborar na complementação da coleta de dados junto do órgão e ou instituição correspondente ao seu grupo. Tais grupos receberam novos membros após o início do segundo semestre letivo, e estes passaram a contribuir com a pesquisa a partir de então.

a construção da fundamentação da pesquisa e a fase da elaboração do instrumento de coleta de dados, a docente da UNICENTRO participou da fase de elaboração do instrumento de coleta e execução da pesquisa de campo junto aos representantes dos órgãos/entidades participantes da pesquisa. A pesquisa passou por comitê de ética tendo sido aprovada mediante parecer 62880122.8.0000.0105.

Os grupos elaboraram, cada um particularmente, um texto síntese das informações pesquisadas que contou com três subitens como ponto de partida para a sua construção: apresentação da prática; perfil do público-atendido desafios e possibilidades para a efetivação da Política Pública de Assistência Social numa perspectiva emancipatória. Embora com uma única diretriz para a formatação do texto, cada texto atendeu às particularidades de cada órgão e ou instituição e ainda a autonomia do grupo para a sua elaboração.

Para a análise dos dados coletados, os grupos utilizaram como parâmetro a relação com as categorias trabalhadas na fundamentação teórica da pesquisa e os parâmetros que norteiam os serviços socioassistenciais da política de assistência social dispostos na Resolução 109/2009 que tipifica os serviços a serem ofertados pela respectiva política e ainda puderam fazer complementações a depender do que emergiu da empiria durante o processo de pesquisa.

Ressalta-se que para participar da pesquisa se inscreveram duas práticas correlatas ao Serviço de Proteção Integral à Família – PAIF e cinco Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, voltados a públicos diferenciados, como criança e adolescente, mulheres e idosos e mães e filhos/as.

O relatório segue estruturado com uma breve fundamentação teórica acerca do tema da pesquisa, com uma síntese panorâmica dos resultados considerando todos os órgãos e instituições pesquisadas e, por fim, com uma apresentação de cada uma das práticas investigadas e seus respectivos públicos-alvo. Seguido de um tópico analítico no qual, a partir das informações coletadas, foram realizadas aproximações teóricas com as categorias pré-estabelecidas. Ao final do relatório, consta um item de considerações finais.

Com a presente pesquisa pretende-se contribuir para a socialização e visibilidade das práticas desenvolvidas pelos órgãos/instituições prestadoras de serviços à política de assistência social de Ponta Grossa, bem como refletir sobre diferentes elementos de sua caracterização e das características do público atendido, bem como alguns dos desafios que se põem para a efetivação da política pública de assistência social no município, a partir da experiência das respectivas práticas analisadas. Não se pretendeu na presente pesquisa generalizar resultados e ou avaliar as respectivas práticas na perspectiva de seu aprimoramento, conquanto identificar nelas potencialidades que contribuem para pensar a política de assistência social na direção da

afirmação da autonomia e do protagonismo do público atendido em vistas à superação de diferentes situações de subalternidade na direção da constituição de um horizonte emancipatório para suas vidas.

Silmara Carneiro e Silva

Reidy Rolim de Moura

Danuta Estrufika Cantoia Luiz

Elizabeth Trejos-Castillo

Maria Nilvane Fernandes

Ricardo Peres Costa

PARTE 1

FUNDAMENTAÇÃO, CONTEXTUALIZAÇÃO E ANÁLISE SINTÉTICA DAS PRÁTICAS INVESTIGADAS

ASSISTÊNCIA SOCIAL, SUBALTERNIDADE E EMANCIPAÇÃO

Jean Carlos de Goveia

Raiane Chagas da Silva

Tatiana Paula Haddad

A Assistência Social caracteriza-se como um direito do cidadão e dever do Estado. Foi garantida a partir da Constituição Federal de 1988, porém foi somente em 1993, mediante a formulação da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro deste mesmo ano, denominada Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS - que a assistência social é tida enquanto “Política de Seguridade Social, compondo o tripé da Seguridade Social, juntamente com a Saúde e Previdência Social, com caráter de Política Social articulada a outras políticas do campo social” (Brasil, 1993).

A assistência social passa a vigorar no Brasil, sendo colocada como direito de cidadania, com vistas a garantir o atendimento às necessidades básicas dos segmentos populacionais vulnerabilizados pela pobreza e pela exclusão social.

Distinta da Previdência Social, a Assistência Social, não é de caráter contributivo, o que garante atendimento a todos os cidadãos que dela necessitem, como mostra o Art. 203 da Constituição Federal de 1988:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I - a proteção à família, à maternidade, à infância, a adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (Brasil, 1988).

A aprovação da LOAS foi imensamente importante para a mudança de perspectiva de atuação do Estado em relação à Política de Assistência Social. Com a formulação e aprovação da Lei Orgânica, reitera-se a proposta

da Constituição Federal de 1988, que por sua vez propõe afastar a Política de Assistência Social de uma perspectiva minorada em comparação com as demais políticas públicas, pois, a LOAS esclarece questões como objetivos, princípios e diretrizes desta política, os quais se destaca:

Art.5. A organização da assistência social tem como base as seguintes diretrizes: I – descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo; II – participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis; III – primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo (Brasil, 1993).

Neste sentido, altera-se a ótica de gestão desta política, não mais centralizada na esfera federal, desconectada com a realidade local dos municípios, mas com a previsão da descentralização de responsabilidades e de recursos para os estados, visando a participação da sociedade, exercendo o controle social do Estado, com relação à política de Assistência Social, e coloca enquanto responsabilidade do aparelho público a efetivação desta política.

No ano de 2005, cria-se o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social no Brasil.

O SUAS consolida o modelo de gestão compartilhada proposto pela LOAS, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os três entes federativos (União, Estados e Municípios) que, de modo articulado e complementar, operam a proteção social não contributiva de seguridade social no campo da assistência social (Brasil, 2009).

As ações da Política de Assistência Social organizam-se em dois eixos de proteção social: o primeiro é a Proteção Social Básica - PSB, que por sua vez é voltada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social (Brasil, 2009).

Os serviços deste eixo de atendimento da Política de Assistência Social são: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV); Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas (Brasil, 2009).

O segundo eixo, funda-se na Proteção Social Especial - PSE - que, destina-se a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados. Para integrar as ações da Proteção Especial, o cidadão enfrenta ou enfrentou situações de violações de direitos por ocorrência de violência física ou psicológica, abuso ou exploração sexual; abandono, rompimento ou fragilização de vínculos ou afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medidas (Brasil, 2009).

Diferente da PSB que tem um caráter preventivo, a PSE atua com natureza protetiva. São ações que requerem o acompanhamento familiar e individual e maior flexibilidade nas soluções. Comportam encaminhamentos efetivos e monitorados, apoios e processos que assegurem qualidade na atenção.

As atividades da Proteção Especial são diferenciadas de acordo com níveis de complexidade, que podem variar entre média ou alta, conforme a situação vivenciada pelo indivíduo ou família. A PSE correlaciona-se com o sistema de garantia de direitos, exigindo um modelo de gestão mais complexo, atuando intensamente através do trabalho em rede (Brasil, 2009).

O serviço de Proteção Social Especial de média complexidade, oferece atendimento especializado a famílias e indivíduos que vivem situações de vulnerabilidade, com direitos violados, geralmente inseridos no núcleo familiar. A convivência familiar está mantida, embora os vínculos possam estar fragilizados ou até mesmo ameaçados (Brasil, 2009).

Os serviços prestados na Proteção Social Especial de média complexidade são: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias e o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Brasil, 2009).

Já o serviço de Proteção Social Especial de alta complexidade oferta atendimento às famílias e indivíduos que se encontram em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos, necessitando de acolhimento provisório, fora de seu núcleo familiar. Os serviços prestados pela alta complexidade são: Serviço de Acolhimento Institucional, que por sua vez referem-se a: abrigo institucional; Casa-Lar; Casa de Passagem; Residência Inclusiva;

Serviço de Acolhimento em República; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências (Brasil, 2009).

Até aqui citamos a organização da assistência social de maneira a localizar nosso leitor nesta política pública, e onde construímos o desenvolvimento desta pesquisa, bem como compreendendo a responsabilidade que esta política assume ao trabalhar temas relativos à categoria emancipação, como veremos a seguir. Neste ponto podemos avançar na definição da referida categoria a qual compreendemos aqui que “[...] é constituída de várias dimensões humano-sociais, dentre elas a formação profissional, o acesso ao trabalho e remuneração dignos, a vida social e política, cultural, dentre outros aspectos” (Luiz, 2009, p. 70). Considerando esses aspectos humanos e sociais que compõe a construção da emancipação, temos o que vamos compreender por:

Processo molecular de elevação da consciência crítica e do **protagonismo social autônomo das classes subalternas**. A elevação de uma situação de subalternidade a de protagonismo social (que desencadeia ações políticas de caráter crítico democrático no espaço público) é o indicador de análise do desenvolvimento do processo de emancipação social vivido pelo grupo ou classe, sem perder de vista a proposição teleológica de um novo projeto ético-político e cultural de sociedade (Luiz, 2009, p. 78-79, grifo nosso).

Neste caminho, podemos destacar que o alcance da emancipação plena aos moldes da sociedade em que vivemos - que tem por base a exploração do homem pelo homem - é deveras impossível. Porém é necessário que não tratemos com trivialidade a contribuição que, mesmo nessas condições, podemos construir com processos sociais emancipatórios.

Quando tratamos da emancipação, estamos nos referindo ao que Luiz (2009) nos traz enquanto protagonismo social autônomo das classes subalternas. Ao alçarmos um voo através da discussão sobre subalternidade, poderíamos aqui nos debruçarmos somente nesta categoria, mas neste momento, seremos sucintos, não minimizando a complexidade deste debate.

Para iluminarmos nossa compreensão sobre termos por base as reflexões de Schlesener (2016) a partir de seus estudos e análises em Gramsci, filósofo que contribui com a nossa compreensão sobre essa categoria, nos aponta que:

O conceito “subalterno”, em Gramsci, amplia em muito a noção de classe social. Apenas para sinalizar, salientamos no item ‘A’ a dimensão simbólica e a luta de classes (capítulo III) em que **subalterno é o indivíduo dominado, mesmo sem ter consciência disso porque vive em um contexto de extrema alienação** (Schlesener, 2016, p. 14, grifo nosso).

Neste ponto temos por subalternidade este processo de dominação voraz provocada pelo *modus operandi* da condição capitalista, através da exploração intensa e contínua. E nesta exploração observamos a falta. Falta de acesso à informação, falta de organização dos trabalhadores etc.

Neste ponto podemos destacar que a dinâmica grupal pode contribuir no rompimento dessa lógica perversa, uma vez que possibilita a troca, o fortalecimento, a reflexão crítica, que podemos conectar a processo de consolidação do protagonismo social autônomo das classes subalternas. Como nos aponta Schlesener (2016, p. 19, grifo nosso).

O possível precisa ser construído a partir da leitura crítica das condições presentes, ou seja, **trata-se de inventar, no interior da ação e do discurso burguês, uma nova concepção de mundo a fim de romper os elos de subalternidade** tirando proveito das possibilidades metafóricas da linguagem a fim de refutar com destreza o universal legitimador do pensamento único e retomar o conhecimento na sua dimensão histórica.

Nesta esteira, consideramos que factualmente a possível construção de processos emancipadores podem advir das nossas relações sociais construídas a partir do fomento à leitura e análise crítica da realidade, contribuindo com o rompimento de condições e contextos violadores, tendo em vista a garantia da vida e da dignidade humana, culminando na emancipação das classes subalternas.

Referências

BRASIL, Presidência da República. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27, set. 2022.

BRASIL, Presidência da República. **Lei 8.742 de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília: 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742compilado.htm. Acesso em: 27, set. 2022.

BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais – Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009**. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 27, set. 2022.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2024.

LUIZ, Danuta Estrufika Cantoia. **Emancipação e Serviço Social**: a potencialidade da prática profissional 2ª Ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2013

SCHLESENER, Anita Helena. **As novas condições de subalternidade**. In: Grilhões invisíveis: as dimensões da ideologia, as condições de subalternidade e a educação em Gramsci [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016, p. 135-149.

CONTEXTUALIZAÇÃO E ANÁLISE SINTÉTICA DAS PRÁTICAS SOCIAIS DESENVOLVIDAS POR ENTIDADES/ÓRGÃOS SOCIOASSISTENCIAIS DO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

Silmara Carneiro e Silva

No município de Ponta Grossa, a assistência social é de competência da Fundação de Assistência Social – FASPG. Os serviços socioassistenciais a ela correlatos são prestados tanto pela rede socioassistencial governamental como não governamental. No âmbito da proteção social básica, o município conta com 10 Centros de Referência de Assistência social - CRAS fixos e uma unidade móvel.

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal descentralizada da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). O CRAS, atua como a principal porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social (Suas), dada sua capilaridade nos territórios e é responsável pela organização e oferta de serviços da Proteção Social Básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social (Souza; Rocha, 2017, p. 4).

No âmbito da proteção social especial o município conta com um conjunto de serviços os quais podem ser vistos no quadro a seguir:

Quadro 1 – Quantidade de serviços por nível de proteção social – Ponta Grossa – 2022.³

NÍVEL DE PROTEÇÃO	SERVIÇO SOCIOASSISTENCIAL	QUANT. GOV	QUANT. Ñ GOV	TOTAL
Proteção Social Básica	1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);	10	0	10
	2. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV);	10	12	22
	3. Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.	0	1	1

³ A descrição dos diferentes serviços dispostos no quadro 1 pode ser acessada na Resolução 109/200. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_CNAS_N109_%202009.pdf. Acesso em: 22 out. 2022.

Proteção Social Especial	Média Complexidade	QUANT. GOV	QUANT. Ñ GOV	TOTAL
	1. Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias Indivíduos (PAEFI);	2	0	2
	2. Serviço Especializado em Abordagem Social;	2	0	2
	3. Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);	2	0	2
	4. Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;	2	0	2
	5. Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.	2	0	2
	Alta Complexidade	QUANT. GOV	QUANT. Ñ GOV	TOTAL
	6. Serviço de Acolhimento Institucional;	0	4	4
	7. Serviço de Acolhimento em República;	0	1	1
	8. Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;	1	0	1
9. Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências.	-	-	-	

Fonte: relatório mensal de atendimento, 2022.

Quadro 1 – Órgão e ou Entidade Socioassistencial e os Serviços Tipificados aos Quais as Práticas Investigadas Estão Vinculadas – Ponta Grossa – 2022.

ÓRGÃO / ENTIDADE SOCIOASSISTENCIAL	SERVIÇO TIPIFICADO CONFORME RESOLUÇÃO 109/2009
CRAS Sabará	PAIF
CRAS 31 de Março	PAIF
Serviço de Obras Sociais	SCFV
Guarda Mirim - IEDC	SCFV
Associação Beneficente Lua Nova	SCFV
Aldeia da Criança Dr David Federmann - IEDC)	SCFV
CRAS Cará-Cará	SCFV

Fonte: registros da pesquisa, 2022.

Em que pese o convite para participar da pesquisa tenha sido feito para toda a rede socioassistencial do município de Ponta Grossa, com a orientação de que se inscrevessem na pesquisa práticas consideradas por seus responsáveis como exitosas, conforme visto, apenas 7 órgãos e ou instituições se inscreveram. Dessas, 3 foram órgãos governamentais e 4 não-governamentais. Todos são prestadores de serviços socioassistenciais no âmbito da proteção social básica, conforme a Resolução 109/2009. Dentre as governamentais foram inscritas 2 práticas desenvolvidas no âmbito do Serviço de Proteção Integral à Família – PAIF que é prestado pelos CRAS e uma desenvolvida no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, prestado tanto pelos CRAS como pelas instituições não governamentais. Entre as não-governamentais, todas as práticas inscritas são desenvolvidas no âmbito do SCFV. Nota-se que não houve nenhuma inscrição de práticas no âmbito dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Especial.

Figura 1 – Centros de Referência de Assistência Social do município de Ponta Grossa – 2022.



Fonte: Haddad, 2022.

socialização e visibilidade de suas práticas consideradas exitosas é baixo, ou ainda que há uma dificuldade dos serviços em reconhecer em suas práticas elementos de êxito ou ainda que tais práticas são se mostram exclusivas, efetivamente, dos órgãos e instituições prestadores de serviços da proteção social básica ou mesmo um desinteresse dos órgãos e ou instituições, na sua maioria, de não participar de pesquisas de natureza acadêmica.

Com base neste quadro de participantes da pesquisa, optou-se por apresentar a seguir uma síntese panorâmica dos resultados acerca das características das práticas inscritas na pesquisa.

Análise sintética das práticas pesquisadas

A presente síntese foi sistematizada, levando em consideração as respostas dos questionários aplicados junto aos órgãos ou instituições inscritas na pesquisa. Em relação a alguns itens, os resultados foram sintetizados em conjunto e outros, optou-se por tratá-los separadamente.

Quadro 3 – Foco e público prioritário das práticas participantes da pesquisa – Ponta Grossa – 2022.

SERVIÇO SOCIOAS-SISTENCIAL	FOCO DAS PRÁTICAS PESQUISADAS	PÚBLICO PRIORITÁRIOS
PAIF	Levantamento socioeconômico	Famílias
PAIF	Auxílio às famílias e geração de renda	Famílias
SCFV	Ampliação da convivência das diferentes culturas e das vivências entre os usuários	Idosos
SCFV	Sentimentos; Emoções; Escuta; Acolhimento; Expressão verbal	Crianças e adolescentes
SCFV	Escuta; expressão; Trabalho em equipe; Atuação em público; Confiabilidade; Perseverança	Crianças e adolescentes
SCFV	Fortalecimento de vínculos	Mães e filhos
SCFV	Compartilhamento de informações sobre os direitos socioassistenciais	Mulheres

Fonte: registros da pesquisa, 2022.

Quantos às práticas correlatas aos PAIFs verifica-se que ambas têm foco na questão socioeconômica familiar, seja para conhece-la, seja como para auxiliá-las em vista da geração de renda. Quanto aos SCFV nota-se que

dos cinco serviços pesquisados, um deles voltado à mulheres, tem foco na socialização sobre direitos socioassistenciais, dois tratam mais diretamente da convivência e fortalecimento de vínculos propriamente ditos, os quais têm como público idosos e mães e filhos e outros dois focam mais no desenvolvimento pessoal, preocupando-se com a formação de competências individuais e ou grupais, sendo que estes têm como público *prioritário* crianças e adolescentes.

Assim, pode-se sintetizar os focos das práticas, consideradas exitosas pelos seus representantes, em quatro categorias distintas e seus respectivos públicos:

- 1) Promoção socioeconômica familiar (famílias);
- 2) Desenvolvimento de competências individuais e grupais (crianças e adolescentes);
- 3) Fortalecimento de vínculos e convivência (idosos, mães e filhos)
- 4) Conhecimento dos direitos socioassistenciais (mulheres).

Quadro 4 – Objetivos das práticas pesquisadas - Ponta Grossa – 2022.

SERVIÇO	OBJETIVOS DA PRÁTICA PESQUISADAS
PAIF	Analisar a efetividade do PAIF bem como realizar um levantamento socioeconômico das famílias inseridas no Programa para verificar as intervenções e adequações de forma a garantir a superação da situação de vulnerabilidade social de tais famílias que se encontram em acompanhamento pelo CRAS Sabará.
PAIF	Auxiliar as famílias do PAIF, que estão em situação de pobreza a conhecer alternativas de geração de renda.
SCFV	Ampliar a convivência das diferentes culturas e das vivências entre os usuários, promovendo com isso o desenvolvimento do sentimento de pertença e de identidade.
SCFV	Aprender a expressar seus sentimentos e emoções de maneira assertiva e respeitosa. Reconhecer e compreender as diferentes emoções; proporcionar um espaço de escuta e acolhimento de forma que os usuários possam verbalizar os principais sentimentos.
SCFV	Oportunizar o prazer do canto e o tocar do violão, particularmente dentro de um grupo, além de desenvolver junto a oficina a confiabilidade de trabalho em equipe, melhora na coordenação motora, aumento das habilidades do escutar, além de aguçar a concentração, incentivando a perseverança e a conquista, bem como promover habilidades emocionais e sociais, promovendo a auto expressão, abrangendo habilidades de desempenho e o reduzir ao medo de apresentações públicas.

SERVIÇO	OBJETIVOS DA PRÁTICA PESQUISADAS
SCFV	O objetivo desse grupo realizado com as mães dos usuários foi fortalecer os vínculos familiares entre as mesmas e os filhos.
SCFV	Compartilhar informações sobre os direitos socioassistenciais para que as usuárias se percebam como cidadãs e saibam onde e quando podem acessar os seus direitos e de sua família.

Fonte: registros da pesquisa, 2022.

Ao se reportar aos objetivos nota-se a preocupação com a superação da pobreza e da vulnerabilidade social como principais preocupações dos PAIFs, sendo que num deles a proposta é de **investigação do perfil do público** a fim de buscar planejar ações condizentes com a realidade desses e o segundo já aposta na **geração de renda como uma alternativa** concreta para esse movimento de promoção socioeconômica, cujo foco de atenção caracterizou tais práticas pesquisadas.

Quanto aos SCFVs, as práticas correlatas tem por objetivo trabalhar as seguintes questões junto dos grupos.

1. Promoção de sentimento de pertença e identidade;
2. Aprendizado sobre a expressão de sentimentos e emoções;
3. Incentivo à perseverança e a conquista;
4. Promoção de habilidades emocionais e sociais;
5. Redução do medo de aparecer em público;
6. Fortalecimento de vínculos entre mães e filhos;
7. Fortalecimento do status de cidadania das mulheres.

Verifica-se que são habilidades e competências que contribuem para o fortalecimento do sujeito nas suas relações. Embora um e outro sejam trabalhados isoladamente em cada um dos órgãos e ou instituições prestadoras, eles são complementares e poderiam constituir um único corpus de preocupações em todos as práticas pesquisadas, haja vista a potencialidade desses aspectos para o protagonismo social dos diferentes sujeitos em suas diferentes faixas etárias, gênero, cultura e ou condição de classe. O apoio ao desenvolvimento humano, a sociabilidade, a cidadania e o acesso a direitos, bem como a melhoria da condição socioeconômica mediante o acesso à renda e ou outras alternativas afins, são elementos fundamentais na superação de condições de vulnerabilidade individuais e ou grupais na sociedade. Destaca-se além dos elementos materiais que são necessários para esse processo,

também os elementos subjetivos, um e outro são necessários e melhor tratados quando vistos de maneira interrelacionada pelas práticas nos diferentes serviços prestados.

Para atuar nessa direção da afirmação do sujeito subjetivo e objetivamente na trama das relações sociais, às quais, conforme alertara Marx em sua Crítica da Economia Política, todos se inscrevem e são determinados pelas forças produtivas e pelas relações de produção, na realidade objetiva, independentes da sua vontade. Disso posto, trabalhar para sua sobrevivência em mais e melhores condições no âmbito de uma sociedade de classes, cujo efeito colateral é a exclusão social e a vulnerabilidade de muitos grupos, é um papel das políticas públicas em um Estado de Direito.

Assim, é necessário conhecer os sujeitos em suas singularidades para compreendê-los, mais profundamente, em suas particularidades saindo da aparência e buscando alcançar a essência concreta individual e no âmbito dos grupos. Dessa forma, foi questionado aos representantes das práticas investigadas sobre a existência ou não de um perfil do público atendido, apontando 11 variáveis para a composição desse perfil: nacionalidade, origem rural ou urbana, faixa etária, escolaridade, gênero, raça-etnia, composição familiar, renda, ocupação e tipo de vínculo de trabalho, referência territorial, ao que objetivamos os seguintes resultados:

Quadro 5 – Perfil do público atendido pela prática pesquisada, por variável– Ponta Grossa – 2022.

Variável do Perfil	Existência no Serviço	
	Possui	Não Possui
Nacionalidade	7	0
Origem (urbana/rural)	6	1
Faixa etária	6	1
Escolaridade	6	1
Gênero	6	1
Raça/etnia	3	4
Composição familiar	6	1
Renda	6	1
Ocupação	6	1
Tipo de Vínculo	6	1
Referência Territorial	7	0

Fonte: registros da pesquisa, 2022.

Neste quesito da existência de um perfil do público atendido, destaca-se que a maioria manifestou que possui um perfil estabelecido e isso repercutiu para a maioria das variáveis. Conforme os dados acima, verifica-se que apenas um órgão/instituição não tem um perfil do público. Entre as variáveis descritas, a única que destoa é a questão raça-etnia. Apenas 3 dos serviços possuem informações sistematizadas, o que indica a necessidade de haver maior atenção quanto a esta questão, uma vez que ela é fundamental quando se trata de populações vulneráveis num país diverso como o Brasil, cujo racismo é estrutural e institucional. O racismo deve ser enfrentado em todas as dimensões da vida social e deve ser combatido em sua ampla forma, seja em relação às populações negras, indígenas, quilombolas, etc. Segundo Gonçalves (2018) o nó crítico da questão social no Brasil é a questão racial.

Se a questão social é produzida compulsoriamente pelo capitalismo (Netto, 2001b), qual a nossa dificuldade em compreender que a questão racial e seu mais grave subproduto, o racismo, fazem parte das relações que impulsionam e dinamizam a sociedade burguesa? Ora o modo de produção capitalista beneficiou-se enormemente do escravismo e amparou as bases da opressão racial, possibilitando que esta se mantenha e continue a sustentar a reprodução do capital (Gonçalves, 2018, p. 520).

Disso posto, confirma-se nesta pesquisa a importância de que o fato étnico-racial seja absorvido pelos serviços socioassistenciais em seus instrumentos de coleta de dados para o perfil do público atendido, na perspectiva do reconhecimento da diversidade cultural da população atendida e ainda buscando empreender práticas que levem em consideração essa realidade identitária, em vista da superação das diferentes situações de vulnerabilidade social vivenciada pelos diferentes grupos populacionais, em suas particularidades e singularidades. Segundo Corrêa (2020, s/p):

A dimensão étnico-racial se inscreve em todos os campos da vida social. A discussão deste tema junto aos/às trabalhadores/as do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é de suma importância, uma vez que as manifestações da desigualdade social e racial repercutem no processo de trabalho em que se inserem estes/as trabalhadores/as.

Quanto à forma de acesso do público às práticas pesquisadas verificou-se que todas recebem seus usuários por demanda espontânea, entre elas duas recebem apenas por demanda espontânea, sendo ambas de

SCFV. As demais práticas todas recebem tanto por demanda espontânea como através de encaminhamento por outras instituições. A seguir no quadro 6 tais informações de forma mais detalhada.

Quadro 6 – Formas de acesso do público à prática pesquisada, por variável– Ponta Grossa – 2022.

Tipo de Serviço	Formas de acesso do público à prática desenvolvida
PAIF	As famílias se dirigem diretamente ao CRAS para procurar pelo atendimento.
PAIF	Por demanda dos próprios usuários aos serviços ofertados pelo CRAS, em atendimento individualizado, onde são identificadas as demais demandas e ofertados e inseridos nos demais serviços.
SCFV	A pessoa idosa procura a instituição ou os participantes indicam o serviço.
SCFV	Através do site, do Facebook, ligação telefônica, WhatsApp.
SCFV	Demanda espontânea, busca ativa da equipe via rede social, rede de ensino, divulgação pelos próprios atendidos.
SCFV	Através de outros colegas da escola, por banner deixado no CRAS, na UBS, Mercado Pão de mel, Farmácia Jardim Paraíso. Majoritariamente por demanda espontânea.
SCFV	Através de escuta técnica qualificada.

Fonte: registros da pesquisa, 2022.

Em três dos serviços nos quais as práticas pesquisadas são desenvolvidas, conforme as informações disponibilizadas no quadro acima, destaca-se o fato do acesso se dar pela iniciativa dos próprios usuários e ou em atendimentos realizados no próprio órgão e ou instituições. Já nos outros quatro comparecem formas de divulgação na comunidade, nas redes sociais (Facebook, Instagram, Grupos de WhatsApp) e no blog da FASPG. Destaca-se ainda dos elementos presentes, a importância da escuta técnica qualificada como forma de melhor compreender as necessidades das pessoas atendidas, traduzindo-as em demandas para os serviços, o uso das redes sociais para a divulgação do serviço também é uma estratégia fundamental e necessária na atual fase da nossa sociabilidade, na qual a comunicação mediada pelas redes sociais foi fortemente intensificada nos últimos anos devido à pandemia e às mudanças no comportamento social na conjuntura mais recente. Conquanto, cabe também destacar a divulgação diretamente nas comunidades locais, no entorno do próprio serviço, como se pode-se verificar num deles que aponta o comércio, dos demais serviços das outras

políticas como a Unidade Básica de Saúde, pois apesar de o mundo estar na era digital, muitas pessoas ainda não têm acesso aos bens e serviços digitais, exatamente pela sua situação de subalternidade na ordem do capital.

É preciso considerar que a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) dispõe sobre a organização da Assistência Social e sobre o acesso aos direitos, estabelecendo em seu artigo 2º: “A assistência social tem por objetivos: [...] III – a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais. [...]” (Brasil, 1993). Desta forma, a LOAS, ao definir este objetivo, coloca como premente aos profissionais que atuam na Política de Assistência Social a execução de seu trabalho na perspectiva da garantia de acesso aos direitos, o que perpassa a publicização, a facilitação do acesso e usufruto dos direitos socioassistenciais. Além da LOAS, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), em seu texto introdutório apresenta que a informação, juntamente com o monitoramento e avaliação, podem ser utilizadas como estratégias a serem implementadas para ampliação das possibilidades de comunicação (Silva, 2020, n. p.).

Diante do que problematiza Silva (2020) considera-se necessário que os serviços, cada vez mais, tornem acessíveis para todos os tipos de público a oferta de serviços socioassistenciais, seja para atingir diretamente o público a ser atendido, seja para que a sociedade de modo geral conheça a existência desses serviços e colabore para a sua divulgação mais amplamente a fim de que se possa democratizar amplamente os serviços prestados e as práticas a eles inerentes a toda a população. As informações sobre os serviços precisam acessar quem deles precisam. Sobre as demandas relacionadas às práticas investigadas, pode-se notar na figura a seguir, as principais, segundo os dados levantados pela pesquisa.

Ainda conforme os dados coletados a maioria das famílias são alvo dos programas sociais e ou benefícios socioassistenciais de acesso à renda, dos benefícios eventuais ofertados nos CRAS, como Programa Auxílio Brasil; Tarifa social energia elétrica e água; Programa do Leite; Benefício de Prestação Continuada – BPC, Programa Nossa Gente Paraná e acesso à documentação civil (Registros da Pesquisa, 2022).

Figura 3 – Principais demandas das famílias que acessam às práticas desenvolvidas no âmbito do PAIF – Ponta Grossa - 2022.



Fonte: registros da pesquisa, 2022.

Quanto às práticas desenvolvidas no âmbito dos SCFVs, a seguir na figura 4, pode-se observar as principais demandas da prática desenvolvida junto a pessoas idosas.

Figura 4 - Principais demandas das pessoas idosas que acessam às práticas no âmbito dos SCFVs para idosos – Ponta Grossa - 2022.



Fonte: registros da pesquisa, 2022.

Trata-se de pessoas em situação de vulnerabilidade social, público *prioritário* de programas de transferência de renda, do BPC e de benefícios eventuais, assim como ocorre nas práticas do PAIF.

Quanto às práticas desenvolvidas pelos SCFV voltadas a crianças e adolescentes, as principais demandas seguem apresentadas na figura 5, a seguir:

Figura 5 – Principais demandas das crianças e adolescentes que acessam às práticas pesquisadas no âmbito dos SCFVs para crianças e adolescentes – Ponta Grossa - 2022.



Fonte: registros da pesquisa, 2022.

Quanto à prática desenvolvida no âmbito SCFV voltada à mulheres a demanda diagnosticada se refere especialmente à desconhecimento em relação aos direitos socioassistenciais, mas é importante destacar que as mulheres que participam da referida prática também são oriundas de contextos vulneráveis e com inserção precária no mercado de trabalho, sendo estas demandas a ela inerentes que podem vir a ser sanadas, seja pelo acesso à informação de seus direitos, seja ainda pelo atendimento que a ela é ofertado no âmbito do próprio órgão de atendimento, que pode realizar encaminhamentos diversos junto à rede socioassistenciais e das demais políticas públicas, na medida em que passa a conhecer o itinerário de vida dessas mulheres e suas principais questões em relação à sua vida, suas escolhas,

suas fragilidades, trabalhando na perspectiva de fortalecê-las como cidadãs, como é o próprio objetivo da prática voltada a esse público.

Destaca-se no conjunto das demandas o quanto é importante o entrelaçamento dos públicos nas práticas desenvolvidas. Como pode ser observado, pessoas idosas, e crianças e adolescentes e mulheres apresentam demandas que podem ser melhor trabalhadas em contextos intergeracionais, comunitários e de socialização. Sendo assim, indica-se o necessário fortalecimento de ações articuladas entre as diferentes práticas que são desenvolvidas pela rede socioassistencial. O que é uma demanda, uma carência ou uma fragilidade para um grupo, pode ser um potencial de outro. Práticas conjuntas podem fortalecer os grupos e contribuir individualmente para os diferentes casos. Ações que envolvam crianças adolescentes e pessoas idosas, mulheres e crianças e adolescentes, como é o exemplo de uma das práticas investigadas, contribuem para o fortalecimento e alcance de melhores resultados. De acordo com Souza e Rocha (2017, p. 5):

O Serviço de Convivência e fortalecimento é ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias realizado por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos(PAEFI) O SCFV possui um caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades dos usuários, com vistas ao alcance de alternativas emancipatória para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais. Deve ser ofertado de modo a garantir as seguranças de acolhida, de convívio familiar e comunitário, além de estimular o desenvolvimento da autonomia dos usuários.

Articular práticas entre diferentes instituições, de forma regular e ainda que extraordinariamente, a depender das condições objetivas dos serviços, pode ser um potencial a ser cada vez mais explorado pelas práticas desenvolvidas voltadas a diferentes grupos etários, fortalecendo o senso comunitários e social entre as populações vulneráveis, o que por si, pode abrir espaço para diversas alternativas coletivas entre os serviços. O fortalecimento do senso de coletividade, contribui para a elevação da consciência egoísta e passional para uma consciência ético-política na qual a solidariedade na sua forma cada vez mais ampla entre diferentes grupos, contribui no processo de superação de diferentes situações de subalternidade, entre elas sobretudo enfrentando a dificuldade das populações vulneráveis se organizarem coletivamente, se articularem em frentes de luta por direitos, pelo acesso aos

serviços nas diferentes políticas públicas e ainda mais, pelo protagonismo de suas próprias vidas.

Quanto às atividades desenvolvidas no âmbito das práticas pesquisadas na figura a seguir podemos constatar a diversidade delas.

Figura 6 – Atividades desenvolvidas nas prática pesquisadas no âmbito dos SCFVs e dos PAIFs – Ponta Grossa - 2022.



Fonte: registros da pesquisa, 2022.

Nota-se a riqueza de atividades desenvolvidas no âmbito das práticas pesquisadas. Tratam-se de práticas investigativas e interventivas de um variado leque de possibilidades. Destaca-se a presença de pesquisas sobre o público atendido, tanto numa perspectiva objetiva material, ou seja, para um levantamento sistemático do perfil do público atendido, no âmbito de uma das práticas do PAIF como também pesquisas com foco subjetivo, buscando compreender aspectos emocionais dos sujeitos atendidos e de suas famílias, por uma das práticas desenvolvidas no âmbito do SCFV.

Ainda se verifica uma ampla natureza nas práticas interventivas: são informativas, culturais, artísticas, pedagógicas, lúdicas. Ainda se destaca a natureza coletiva e dialógica das mesmas, como rodas de conversa, dinâmicas de grupo, trocas de experiências, oficinas e palestras. No caso dos círculos restaurativos é importante destacar que sua utilização por uma das

instituições está associada também com a Comunicação não violenta. Ambas são fundamentais para o reconhecimento de necessidades humanas, bem como para uma maior assertividade no atendimento destas enquanto demandas dos serviços e contribuem, efetivamente, para a formação de vínculos entre os diferentes sujeitos presentes nos grupos.

Quanto à forma como as atividades são construídas, planejadas, das sete práticas pesquisadas, duas delas não mencionaram que as atividades são construídas com a participação do público, restando a atividade focada no planejamento dos profissionais envolvidos. E, dentre as que mencionaram que a prática é construída com a participação do público, uma delas afirmou que se trata de uma participação indireta. Destaca-se desse dado que o valor da construção coletiva já é incorporado pela maioria, mas ainda assim precisa se fortalecer no sentido de consolidar essa direção tanto no planejamento como no monitoramento e avaliação das práticas, em vista da afirmação de maior qualidade na forma da prestação do serviço. Como se tratam de serviços de apoio e proteção familiar, e ou de convivência e fortalecimento de vínculos, pensar, construir junto e avaliar o processo coletivamente, são ingredientes fundamentais para o bom desempenho das pessoas e ainda para a consolidação de uma prática efetiva e eficiente diante do que ela se propõe. Processos de trabalho participativos fortalecem a gestão e a execução dos serviços no âmbito da política de assistência social e a participação dos usuários é fundamental para nessa direção.

A necessidade de implantação de sistemáticas de monitoramento e avaliação e sistemas de informações para a área também remontam aos instrumentos de planejamento institucional, onde aparecem como componente estrutural do sistema descentralizado e participativo, no que diz respeito aos recursos e sua alocação, aos serviços prestados e seus usuários (Brasil, 2004, p. 56).

A participação dos usuários na construção das propostas de práticas desenvolvidas no âmbito dos serviços é uma condição para o fortalecimento de seu monitoramento e avaliação, à luz do que preconiza a Política Nacional de Assistência Social (2004) conforme fragmento citado acima. Esse é um ponto que merece destaque para que seja fortalecido entre as práticas pesquisadas na direção de uma maior democratização dos processos de trabalho e ainda no sentido de fortalecer o protagonismo dos usuários e seu engajamento nos serviços.

Quando retratada a questão da acessibilidade para o desenvolvimento das atividades referentes às práticas pesquisadas, das sete práticas apenas seis delas responderam, todas afirmaram ser acessível, e apenas uma enfatizou que o local precisa ser adaptado para pessoa com deficiência, mas que até o momento de realização da pesquisa, não havia tido demanda. No que se refere à disponibilização de transporte, alimentação e acomodação, seis das sete instituições afirmaram ofertar ao público atendido, alimentação e transporte. Quanto à acomodação, não se aplica às práticas pesquisadas uma vez que não nenhuma delas se trata de entidade prestadora do serviço de acolhimento institucional.

A fim de investigar a articulação das práticas pesquisadas na rede de serviços socioassistenciais e intersetorial das políticas públicas, foi realizada uma questão sobre os encaminhamentos efetivados, ao que se pode verificar na figura abaixo os principais, conforme as respostas obtidas.

Figura 7 – Principais Encaminhamentos realizados pelas práticas desenvolvidas no âmbito dos PAIFs – Ponta Grossa – 2022.



Fonte: registros da pesquisa, 2022.

Nota-se acima uma diversidade de encaminhamentos realizados pelas práticas dos PAIFs. Todos os encaminhamentos se inscrevem no mesmo

nível protetivo. Verifica-se ainda a necessidade no âmbito da documentação civil, o que indica o nível de vulnerabilidade social do público atendido, em questões elementares de cidadania. Outro ponto a destacar é o encaminhamento para o SCFV, o que expressa articulação entre serviços e ainda encaminhamentos para inserção em programas sociais. Quanto a articulação com a rede intersetorial se expressa nestas práticas a articulação com a habitação e com o trabalho. Entretanto, não comparece a interlocução com a proteção social especial. Diferentemente, do que se expressa no âmbito das práticas do SCFV, conforme é possível verificar na figura 7, a seguir.

Figura 8 – Principais Encaminhamentos realizados pelas práticas desenvolvidas no âmbito dos SCFV – Ponta Grossa – 2022.



Fonte: registros da pesquisa, 2022.

Quanto aos principais encaminhamentos efetuados pelas práticas dos SCFV investigadas, nota-se uma articulação entre o nível da proteção social básica com a proteção social especial, com a presença de encaminhamentos para o CRAS e para o CREAS. Há também destacada a articulação com a política de saúde, através de encaminhamentos para diferentes especialidades e para serviço de saúde mental, e ainda se destaca também o encaminhamento para a confecção de documentação civil, o que é de fundamental importância para o exercício da cidadania. Políticas como habitação e

educação também comparecem, dentre os encaminhamentos das práticas desenvolvidas no âmbito dos SCFV. Em comparação com as práticas desenvolvidas no âmbito dos PAIFs verifica-se que há uma maior abrangência de encaminhamentos nas ações ou práticas desenvolvidas pelo SCFV.

Quanto às parcerias das práticas pesquisadas, destaca-se a UEPG como parceira de duas das práticas desenvolvidas no âmbito dos SCFVs, através de parcerias com os departamentos dos cursos de serviço social, matemática e educação física e ainda para encaminhamento de adolescentes aprendizes. Entre as práticas de SCFV apenas uma das instituições realiza articulação com outras instituições para inserção no mercado de trabalho, correspondendo a inserção de adolescentes como estagiários e aprendizes. Fortalecer práticas nesse sentido, é fundamental para a superação da situação de subalternidade da juventude vulnerável no país. Entre seus objetivos a assistência social tem a integração ao mercado de trabalho. Portanto, consolidar parcerias nessa direção é essencial para a efetividade da referida política no município. Entre as práticas desenvolvidas nos PAIFs uma delas afirmou ter parceria com a agência do trabalhador, o que também indica esforços no sentido de buscar a integração do público atendido no mercado de trabalho. Reiteram-se ainda parcerias com as seguintes instituições, programas e serviços, nas informações coletadas junto das práticas pesquisadas: escolas, unidades básicas de saúde, programa Nossa Gente Paraná, CRAS, CREAS, CAPS e ainda com a FASPG, no caso das práticas desenvolvidas por entidades da sociedade civil.

Importante destacar nesse quesito das parcerias, a natureza intersetorial da política pública de assistência social, a qual deve reger suas diversas ações e seus benefícios e serviços.

Ademais, o SUAS prevê em seus princípios organizativos a articulação interinstitucional entre suas competências e suas ações com os demais sistemas de defesa dos direitos humanos, e articulação intersetorial com o Sistema Único de Saúde – SUS, com o Sistema Nacional de Previdência Social, com o Sistema Estadual e Nacional de Justiça e com o Sistema Educacional (Brasil, 2005). No que se refere aos seus eixos estruturantes, destaca-se o princípio da territorialização, o qual reconhece a necessidade de fazer um levantamento dos serviços de um determinado território e dos múltiplos fatores econômicos e sociais que influenciam sua população, com intuito de articular os serviços da região, tendo em vista atender às demandas da po-

pulação, considerando suas características e particularidades (Pereira; Teixeira, 2013, p. 124).

Das práticas pesquisadas, em cinco delas os temas da diversidade são trabalhados. Entre as que não trabalham, uma delas apontou que pretende abordar as referidas temáticas com o público futuramente. Das que trabalham com os referidos temas, apenas em duas delas é possível identificar mais precisamente quais os temas abordados, especificamente. Trata-se da questão de gênero e envelhecimento, sexualidade, discriminação, bullying, racismo e valores. E em duas delas foi possível identificar de que forma os temas abordados são trabalhados com o público, sendo apontando que são incorporados no planejamento e trabalhados através de atividades, dinâmicas de grupo, rodas de conversa e palestras. Importante destacar neste quesito o quão necessário é incorporar no cotidiano das atividades da política de assistência cada vez mais temas relacionados à diversidade. Uma vez que as múltiplas vulnerabilidades se consubstanciam, por entre questões de classe, gênero e raça.

Das práticas pesquisadas, em cinco delas os temas da diversidade são trabalhados. Entre as que não trabalham, uma delas apontou que pretende abordar as referidas temáticas com o público futuramente. Das que trabalham com os referidos temas, apenas em duas delas é possível identificar mais precisamente quais os temas abordados, especificamente. Trata-se da questão de gênero e envelhecimento, sexualidade, discriminação, bullying, racismo e valores e em duas delas foi possível identificar de que forma os temas abordados são trabalhados com o público, sendo apontado que são incorporados no planejamento e trabalhados através de atividades, dinâmicas de grupo, rodas de conversa e palestras. Quanto as práticas colaborativas, quatro entidades/órgãos participantes afirmaram que trabalham temas correlatos diretamente, uma indiretamente e duas não trabalham. A abordagem dos referidos temas se dá através de atividades lúdicas, dinâmicas de grupo, rodas de conversa, palestras, atividades sobre valores, gentilezas, respeito, liberdade, autonomia, lazer e importância do próximo.

Quanto à participação do público atendido em espaços organizativos, apenas duas das práticas obtinham informações. Numa delas os participantes participam de grupos religiosos e noutra do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa. Ressalta-se neste aspecto a necessidade de fomentar entre os diferentes públicos a temática da participação política e social, pois tais são fundamentais para o exercício da cidadania.

Fomentar a participação voltada ao controle social, organizar coletivos de usuários e colaborar para a formação do fórum de usuários no município são ações que fortalecem a construção da política de assistência numa perspectiva coletiva. A participação popular é uma das diretrizes de organização da referida política e deve se dar “por meio de organizações representativas, na formulação e no controle dos serviços socioassistenciais em todos os níveis de governo.” (Brasil, 2011, p. 87). Fomentar a participação política dos usuários é uma tarefa a ser realizada pelas unidades de atendimento do SUAS, através de seus diferentes serviços, sejam eles executados pela esfera governamental ou não governamental. A Resolução no 24 do CNAS “define claramente quem são os representantes de usuários e de organizações de usuários da Assistência Social que podem representar os interesses desse segmento nos conselhos de assistente social.” (BRASIL, 2012, p. 88). Nessa direção, verificou-se que em quatro das práticas investigadas o público é incentivado a participar de espaços organizativos, como por exemplo o incentivo dos usuários e seus familiares a participarem das Conferências Municipais de Assistência Social. Entre as que responderam que incentivam, uma delas apontou que não há adesão do público. A realidade de dificuldade dos usuários em participar deve ser objeto de investigação, para que estratégias de mobilização sejam realizadas pela unidade de atendimento. Conforme aponta Schlesener (2016) o subalterno vive em um contexto de extrema alienação. Assim, faz-se necessário que as equipes profissionais das unidades de atendimento contribuam para o rompimento de níveis de alienação, colaborando para que haja superação da subalternidade em determinados âmbitos da vida do público atendido. A elevação do nível de consciência é fundamental para a efetivação da práxis política por parte dos sujeitos. Assim, a educação política deve ser trabalhada junto destes para que possam se engajar em espaços de participação e controle social e com isso contribuam para uma política mais democrática e, portanto, mais efetiva mediante a produção de respostas às diferentes vulnerabilidades dos usuários.

No que se refere as ações em busca da autonomia material, de pensamento, expressão de ideias e culturas, verificou-se que tais são tratadas pelas práticas. Em relação à autonomia material, destaca-se a intenção de realização de uma horta comunitária, por parte de uma das práticas. As demais são todas voltadas à dimensão subjetiva, as quais perpassam os respectivos eixos: Convivência Social, Participação e Direito de Ser. As diferentes abordagens, voltam-se para a livre expressão de ideias, de interesses, realização

de práticas esportivas, artísticas, trabalhos manuais e diversidade cultural. Destaca-se neste quesito a necessária articulação entre a dimensão objetiva e subjetiva da autonomia dos sujeitos. Marx e Engels (1998) em A ideologia alemã, afirmara que o homem para fazer história precisa primeiramente, comer, beber, vestir e morar para que então obtenha condições de criar subjetivamente novas necessidades. Nesse processo o homem se humaniza e o desenvolvimento humano vai se consolidando na sua mais ampla forma. Privar o homem da autonomia material é privá-lo do desenvolvimento de toda a possibilidade de viver em liberdade usufruindo de um patamar digno de vida na sociedade.

A seguir serão apresentadas questões relacionadas às condições para o desenvolvimento do trabalho junto dos usuários.

Primeiramente, sobre as condições materiais (por exemplo: capacidade de atendimento, recursos financeiros, ferramentas de trabalho, espaço adequado, etc.), observou-se que das sete práticas investigadas, as condições materiais foram consideradas satisfatórias por três delas, três consideraram insuficiente e uma apenas ressalta que realiza parcerias para atender a esse requisito.

Quanto às condições técnicas e de recursos humanos, três ressaltaram que as condições são ótimas e ou suficiente, uma delas considera insuficiente, uma aponta que a equipe é mínima, mas com excelentes resultados e outras duas apenas informam que a prática conta com equipe para a sua realização. Ressalta-se que três delas destacam a capacitação da equipe, entre outras formações nas Capacitações do NEP-SUAS/PG.

No que se refere às dificuldades encontradas para a realização das atividades, foram elencadas: quanto a recursos financeiros, equipe insuficiente, quanto a equipamentos que estão obsoletos, quanto à rotatividade dos usuários, falta de profissional de psicologia na equipe e quanto ao espaço para a realização das atividades. Verifica-se com isso que as dificuldades são diferentes entre as práticas, sendo necessário aportes diferenciados para cada uma delas para o seu aprimoramento. Dentre as sete práticas investigadas, apenas uma aponta que não encontrara nenhuma dificuldade para a realização das atividades no momento da pesquisa.

Quanto às possibilidades que se abrem a partir das atividades realizadas, verificou-se que são várias. Entre elas, proporcionar segurança alimentar e autonomia dos usuários e possibilidade de acesso a informações e

emancipação dos usuários acompanhados, no caso das práticas vinculadas aos PAIFs. Quanto às práticas vinculadas a SCFV foram apontadas as seguintes possibilidades: socialização, convivência e fortalecimento de vínculos que são focos centrais dos serviços a que estão atreladas, formação do cidadão responsável e consciente de seus direitos e deveres perante ele mesmo, sua família e sociedade, prevenir situações de vulnerabilidade e risco social e fortalecer os vínculos de convivência familiar e comunitária; melhora na qualidade de vida, cuidado com a saúde, inserção no mercado de trabalho, conscientização dos usuários para reivindicarem seus direitos. No que se refere à disponibilidade do público para participar das atividades, observou-se a indisponibilidade por parte de alguns usuários, outra afirmou que os usuários se mostram receptivos à participação. Ainda se verificou que há maior disponibilidade para participar das atividades no caso das pessoas idosas, no caso de uma prática vinculada a um SCFV. Nas demais práticas foram informados dias e horários em que as atividades são programadas. A indisponibilidade de alguns para a participação também apareceu numa das práticas vinculadas ao SCFV.

Foi questionado aos representantes das práticas investigadas se as trajetórias de vida dos usuários são consideradas no planejamento das atividades, sendo que das sete práticas, uma não respondeu e outra informou que é o educador social que elabora o plano individual para sua turma. Outras há uma compreensão de que a trajetória é levada em consideração nas atividades, na medida em que se respeita a história de vida dos usuários, procurando resgatar a autonomia e a emancipação dos mesmos. Destacou-se ainda as metodologias aplicadas para este quesito, como rodas de conversas, associadas a atividades de arte criativa.

Sobre quais tipos de conhecimentos são trabalhados nas atividades investigadas, verificou-se que o tema dos direitos humanos e sociais foi o mais recorrente entre as práticas investigadas, incidindo em seis das sete práticas, seguido por valores humanos e conhecimento sobre os serviços em duas delas. Ainda aparecem temas como empatia, memorização, enfrentamento das vivências de vulnerabilidade, violência contra a mulher e violência contra a pessoa idosa.

Por fim, outros três pontos foram investigados: os principais resultados das ações desenvolvidas, como se avalia a prática desenvolvida e a sua contribuição da prática para a efetivação dos objetivos da política pública de assistência social.

Entre os resultados alcançados pelas práticas investigadas em relação às perspectivas e condições de vida, se destacaram resultados nos seguintes âmbitos: Individuais e interpessoais: a elevação da autoestima, o despertar de potencialidades e habilidades, relações interpessoais e o cuidado com a saúde; Social: socialização, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; enfrentamento da vulnerabilidade; acesso a saúde, educação, trabalho dentre outras políticas; acesso a estágios através de parcerias com a UEPG, CIEE para complementar a renda familiar e inserção no mercado de trabalho; Político: questionamentos e busca efetiva por seus direitos;

Em relação às expressões de autonomia e protagonismo dos sujeitos em suas ações, decisões, atitude, os resultados demonstraram que os principais resultados alcançados são: expressão de opiniões durante a realização das atividades, seja pelo contato através de whatsapp, seja também durante as visitas e nos encontros semanais realizados; através da mudança de comportamentos em casa, na escola, através do respeito aos pais e professores; promoção de ambiente interativo e participativo e a promoção do usuário para discutir livremente os temas propostos nas atividades; melhoria na qualidade de vida, fortalecimento de vínculo em famílias, nas relações interpessoais, no cuidado com a saúde e através de sua inserção no mercado de trabalho. Destaca-se ainda o exercício da autonomia e protagonismo por parte das mulheres.

Em relação à multiplicação das vivências na família e ou na comunidade os resultados apontam que cinco das sete práticas investigadas reconhecem algum indício de que há multiplicação das vivências da prática por parte dos usuários, uma delas desconhece e outra ainda não tem informações devido a estar na fase de análise de dados para possíveis intervenções. Das que reconheceram elementos de multiplicação das vivências entre os usuários, apontaram que tais se dão através do desenvolvimento de potencialidades nos sujeitos, da convivência e fortalecimento de vínculos, da promoção de momentos de integração e socialização, autocontrole e através da comunicação não violenta, compartilhamento de vivências com vistas ao alcance da autonomia, participação social e desenvolvimento de habilidades e talentos e também por incorporar nas atividades além dos próprios usuários, suas famílias, conhecidos e vizinhança.

Quanto ao quesito evasão do público das atividades desenvolvidas, os resultados apontam que não são todas as práticas que possuem dados sistematizados de evasão, sendo este um ponto a ser considerado com vistas

ao aprimoramento dos sistemas de monitoramento das atividades. Das que apresentam controle da evasão, destaca-se sua sistematização através dos relatórios mensais. Entre os fatores de evasão foram identificados os seguintes num dos serviços: mudança de endereço, separação dos responsáveis e ou ainda por situações decorrentes da realidade do tráfico de drogas no território. Entre os serviços que atendem a população idosa, num deles compareceu fator morte como motivo apenas da não continuidade na participação. Ou seja, não há registro de evasão da população idosa na prática investigada, o que implica em destacar o engajamento das pessoas idosas nas atividades a elas dedicadas nos serviços.

Em relação à avaliação das atividades desenvolvidas nas práticas investigadas, os resultados apontam que em cinco das sete práticas as atividades foram consideradas ótimas por seus representantes, seja por que levou-se em consideração os resultados que alcançaram apesar do contexto da pandemia que provocou a suspensão das atividades presenciais por um longo período, sejam por que a prática assegurou espaço de encontro para o público atendido e também por que proporcionou interações intergeracionais atingindo nesse caso o objetivo da convivência familiar e comunitária do grupo; seja ainda por que aplicou questionário de avaliação junto do público atendido e o retorno foi ótimo, seja ainda por que acreditam que a prática é eficiente para a garantia de direitos, afastando o público da criminalidade e da ociosidade tornando-o mais autônomo e comprometido socialmente, com capacidade de se solidarizar com o próximo. Duas das práticas não apresentaram indicativos de avaliação, uma por que ainda estava em fase de coleta e análise dados e outra por que não apresentou elementos na resposta indicando retorno mínimo ao propósito da pergunta. Neste quesito, verifica-se que são diferentes os pontos de partida para se levar em consideração a avaliação da prática. Indica-se como um ponto relevante para o aprimoramento dos processos avaliativos dos serviços que sejam trabalhadas metodologias de avaliação com os órgãos e ou instituições de atendimento que prestam serviços socioassistenciais no município, voltados às especificidades de cada serviço para que se construam parâmetros para aferição da eficácia e efetividade dos serviços na realidade municipal.

Por fim, voltou-se à contribuição da prática para a efetivação dos objetivos da política de assistência social. Entre as práticas desenvolvidas no âmbito dos PAIFs, uma delas leva em consideração nesse quesito a possibilidade de a prática contribuir para a autonomia e a emancipação dos usuá-

rios e a outra a colaboração para o empoderamento das famílias atendidas, contribuindo também para o propiciamento de condições para a emancipação dos usuários, ponderando-se nesse processo a tomada de decisões por parte de cada usuário, em relação à procura pelo serviço, a participação e a decisão final). Quanto às práticas desenvolvidas no âmbito dos SCFV verificou-se que a contribuição passa pelo desenvolvimento da autonomia e da sociabilidade, a promoção de condições para atender às contingências sociais e a universalização de direitos humanos e a efetiva consideração dos usuários como sujeitos de direitos, visando a sua autonomia e protagonismo.

Em linhas gerais, se apresentou acima uma síntese dos principais resultados da pesquisa. Não se pretendeu aprofundar em cada uma das práticas investigadas, mas contribuir para uma visão panorâmica delas, considerando que cada uma das práticas foi objeto de atenção por parte de um grupo que se dedicou a conhecê-las e analisá-las de modo particular.

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social. Brasília, 2004.** Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 28 out. 2022.

BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social. **NOB-RH: Anotada e Comentada.** DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011. https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/NOB-RH_SUAS_Anotada_Comentada.pdf. Acesso em: 07 nov. 2022.

CORRÊA, Bruna Ferreira. **A dimensão étnico-racial: reflexões para o cotidiano dos/as trabalhadores/as do SUAS. 2020.** Disponível em: <https://www.ufrgs.br/epsuas-rs/2020/05/04/a-dimensao-etnico-racial-reflexoes-pa-ra-o-cotidiano-dos-as-trabalhadores-as-do-suas/>. Acesso em: 11 out. 2022.

GONÇALVES, Renata. **Quando a questão racial é o nó da questão social.** Revista Katálysis, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/JGPd8LQgf3yWcxfRRWwjtF-N/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 22 out. 2022.

MARX, Karl. **Contribuição a crítica da economia política.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PEREIRA; Karine Yanne de Lima; TEIXEIRA, Solange Maria. **Redes e inter-setorialidade nas políticas sociais: reflexões sobre sua concepção na política de assistência social.** Revista Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 114 - 127, jan./jun. 2013.

SCHLESENER, Anita Helena. **As novas condições de subalternidade.** In: Grilhões invisíveis: as dimensões da ideologia, as condições de subalternidade e a educação em Gramsci [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016, p. 135-149.

SILVA, Claudiana Tavares da Silva. **Importância das peças comunicacionais na gestão do SUAS para o direito à informação. 2020.** Disponível: <https://www.ufrgs.br/epsuas-rs/2020/05/11/importancia-das-pecas-comunicacionais-na-gestao-do-suas-para-o-direito-a-informacao/>

SOUZA, Antonia Luzinete de; ROCHA, Leonardo Manoel das Neves. **Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos na Relação Família e Sociedade.** Revista Multidisciplinar e de Psicologia. v.11, n. 34, fev. 2017. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/668/961>. Acesso em: 22 out. 2022.

PARTE 2

ANÁLISE INDIVIDUALIZADA DAS PRÁTICAS SOCIAIS DESENVOLVIDAS PELOS ÓRGÃOS E OU ENTIDADES QUE PRESTAM O SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENÇÃO INTEGRAL À FAMÍLIA

PRÁTICA SOCIAL DESENVOLVIDA PELO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SABARÁ

Igor Kiel Olivo

Matheus Dums

Rosângela Bujokas de Siqueira

Suelem Andressa de Oliveira Lopes

Reidy Rolim de Moura

Introdução

Este trabalho é parte dos resultados da pesquisa *“Análise de práticas desenvolvidas pelos órgãos/entidades de atendimento que prestam serviços socioassistenciais à política municipal de assistência social do município de Ponta Grossa”* promovida pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais, em parceria com o Núcleo de Educação Permanente dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social de Ponta Grossa – NEP/SUAS-PG.

A prática pesquisada e aqui apresentada se refere ao Programa Nossa Gente Paraná, executado pelo Centro de Referência de Assistência Social Sabará (CRAS-SABARÁ). Os dados foram coletados, no primeiro momento, por meio de preenchimento de formulário on-line pela coordenação do equipamento e, no segundo momento, complementados por meio da pesquisa em campo, com a presença de parte dos autores; e no terceiro momento via contato telefônico com a coordenação do equipamento, para atualização de dados.

Caracterização da prática

Segundo a Lei 8.742/1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, esta política social é direito de todo cidadão brasileiro e dever do Estado, compondo o Sistema de Seguridade Social. A Assistência Social caracteriza-se como não contributiva, provedora dos mínimos sociais e realizada por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da

sociedade, visando o atendimento de necessidades básicas da população (Brasil, 1993).

Desde 2004, por ocasião da implementação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), as ações e serviços estão organizados por meio do Sistema Único de Assistência (SUAS), que previu, entre outras coisas, a categorização por níveis de complexidade, de atenção social.

Dentro destes níveis, os CRAS compõem a chamada Atenção Social Básica, sendo uma unidade pública estatal, localizada em áreas de vulnerabilidade social, que executa serviços de proteção social básica, organizando e coordenando a rede de serviços socioassistenciais locais. Atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando a orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário. Deve realizar, também, o mapeamento e a organização da rede de proteção básica e promover a inserção das famílias nos serviços de Assistência Social local. Além disso, realiza encaminhamentos da população local para as demais políticas sociais, contribuindo com o desenvolvimento de ações intersetoriais (Brasil, 2004).

São considerados serviços de proteção básica de assistência social aqueles que potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade, através do protagonismo de seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais que visam a convivência, a socialização e o acolhimento, em famílias cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos, bem como a promoção da integração ao mercado de trabalho [...] (Brasil, 2004, p. 36).

O objetivo do CRAS é proporcionar atendimentos que visem a prevenção e a superação de situações de vulnerabilidades e riscos sociais no território de uma determinada população, sejam esses atendimentos individuais ou em grupos.

Nele, as ações partem da matricialidade sociofamiliar, no intuito de promover as potencialidades e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Para tanto, são realizados diferentes serviços, entre eles o Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

A prática pesquisada pelos autores foi aquela executada pelo CRAS-SABARÁ, sendo mais especificamente o Programa Nossa Gente Paraná. Esse Programa é uma ação do governo estadual que visa o acompanhamento intersetorial de famílias em situação de vulnerabilidade social, com meta

de contribuir para a superação da pobreza. Coordenado pela, então, Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho, reúne ações de diversas secretarias, em parceria com os municípios e com a comunidade (Paraná, 2022).

O Nossa Gente Paraná é destinado às famílias paranaenses que se encontram em situação de alta vulnerabilidade social, segundo o percentil 75, ou seja, os 25% mais altos, de acordo com o Índice de Vulnerabilidade das famílias do Paraná (IVF-PR) (Paraná, 2022).

Perfil do público atendido

São usuários da Política de Assistência Social os cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e risco, como, por exemplo: famílias com perda ou fragilidade de vínculos; ciclos de vida; identidades estigmatizadas (étnico, cultural e sexual); desvantagem resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso de outras políticas sociais; uso de substâncias psicoativas; situações de violência familiar; precarização ou falta de trabalho (formal e informal); alternativas diferenciadas de sobrevivência que possam gerar risco pessoal e social (Brasil, 2004).

No período da pesquisa, eram 32 (trinta e dois) os usuários do Programa Nossa Gente Paraná, desenvolvido no CRAS-SABARÁ. Destes, todos são brasileiros e residem na área urbana. A faixa etária indicada foi de 12 anos até 60 ou mais. Sobre a escolaridade, consta: não alfabetizado, ensino fundamental completo, ensino fundamental incompleto, ensino médio completo e ensino médio incompleto.

Neste público, existe a preponderância do gênero feminino, sendo mulher cis, mas também há mulher trans e homem cis. Em relação a raça-etnia, os usuários são: negros, pardos, brancos e amarelo; sendo a maioria pardos e brancos.

As famílias são, em sua maioria, chefiadas por mulheres, no entanto, de forma mais detalhada, consta: monoparental (chefiada por mulheres), monoparental (chefiada por homens), reconstituída (após separação conjugal), nuclear (pai, mãe e filhos), extensa (incluindo três ou quatro gerações) e uni-pessoal (apenas uma pessoa).

Quanto à renda destes usuários, de modo geral, são sem renda, recebendo Auxílio Brasil (na época da pesquisa). De forma mais particularizada, tem-se: sem renda; até ½ s. m.; maior que ½ s. m. a 1 s. m.; sem renda + BPC; com renda + BPC; sem renda + Auxílio Brasil; com renda + Auxílio Brasil.

Em relação a ocupação dos usuários, a ampla maioria atua na coleta de materiais recicláveis, como “catadores e catadoras”. Aparece na classificação detalhada: trabalha; aposentado/pensionista; beneficiário do BPC; realiza trabalho doméstico em sua residência; não trabalha e sem ocupação. Sobre o vínculo de trabalho: possui trabalho formal; trabalha na informalidade; é autônomo. No entanto, prepondera o trabalho informal.

Sobre o perfil territorial, estes usuários são residentes nos bairros: Chapada, Contorno, Jardim Bela Vista, Dalabona, Bonsucesso, Dom Bosco, Vila Ildemira e Jardim Planalto. A maioria é residente no Contorno e Chapada.

Até o equipamento, chegou por meio de encaminhamentos de outras instituições (Ministério Público, Conselho Tutelar, Vara da Infância e Juventude, UBS, CREAS e escolas) e por demanda espontânea, dirigindo-se diretamente ao serviço.

No caso da prática inscrita para esta pesquisa, o critério de inclusão dos usuários são os do Programa Nossa Gente Paraná, conforme apontamos acima.

No que compete as demandas do público-alvo, considerando que são famílias em situação de extrema vulnerabilidade, foram indicadas: desemprego/desalento; fome e insegurança alimentar; moradia e saneamento precários; falta de escolaridade; uso de substâncias psicoativas; situações de violência e abuso sexual; além da dificuldade de acessar as demais políticas sociais, como a saúde.

No período de nossa pesquisa, as práticas desenvolvidas com os usuários estavam sendo sistematizadas pela equipe do equipamento. No segundo momento da pesquisa, na ocasião da visita dos pesquisadores ao campo, a equipe do CRAS-SABARÁ relatou que tinha organizado um questionário de detalhamento do público-alvo e das principais demandas, sendo que a primeira reunião com as famílias estava agendada e seria realizada em breve. Nessa reunião, segundo a equipe, o planejado era um levantamento dos temas de interesse e de necessidade do grupo de usuários, para um trabalho coletivo. Essa estratégia do levantamento contribui para que a trajetória de vida, as dificuldades e potencialidades dos usuários sejam identificadas e respeitadas, contribuindo com a autonomia.

A princípio, a equipe planejou a organização de uma horta comunitária em espaço ocioso no bairro, como uma forma de complementar a alimentação das famílias, além da oportunidade de criar uma sistemática de trabalho

coletivo, pois até aquele momento não existiam práticas colaborativas nas ações específicas do Programa Nossa Gente Paraná.

De acordo com a pesquisa, as famílias usuárias deste Programa não participavam de espaços organizativos de cunho mais político, como organizações populares, associações, conselhos, etc; apenas de grupos religiosos. Também não há envolvimento das mesmas na participação política, intra ou extrainstituição.

Embora as atividades ainda estivessem sendo construídas, a dinâmica que a equipe esperava estabelecer para este planejamento era a coletiva, em diálogo com as famílias usuárias. As famílias eram comunicadas por meio de visitas domiciliares e por telefone, quando possível. A periodicidade das ações ainda não estava plenamente definida, mas, a princípio, era mensal, neste momento sendo suficiente, segundo as respostas dadas no questionário da pesquisa.

Após o primeiro encontro mencionado, a periodicidade das ações foi definida como mensal, o que no entender da equipe é suficiente para este momento. Neste primeiro encontro foi organizada uma fala sobre o Programa Auxílio Brasil e as condicionalidades. Um segundo encontro foi realizado, com o tema da saúde mental. O terceiro encontro estava programado, onde o tema abordado seria a prevenção ao câncer de mama e de colo do útero.

Considerando a situação de insegurança alimentar do público alvo do Nossa Gente Paraná, estes usuários têm recebido, semanalmente, verduras, que chegam por meio do Programa Compra Direta do governo do Paraná.

Segundo a coordenação do CRAS-SABARÁ, parte das beneficiárias do Nossa Gente Paraná participava do grupo de artesanato de mulheres do PAIF. Os produtos artesanais seriam expostos em uma feira de natal na UEPG, promovida por diferentes coletivos, em parceria com a Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESOL). A expectativa da equipe é que esta iniciativa amadureça e possa tornar-se uma estratégica para complementação de renda das famílias.

Sobre a equipe, a capacitação dos profissionais deste CRAS foi avaliada como suficiente. No momento, a equipe estava participando de uma capacitação para aprimoramento do serviço da Proteção Social Básica, oferecida pela Prefeitura.

As condições materiais para o desenvolvimento do trabalho junto aos usuários davam-se em parceria com o Colégio Padre Carlos e com a Prefeitura.

ra. Materiais para eventuais oficinas estavam disponíveis (como para artesanato, por exemplo), mas o espaço físico do CRAS-SABARÁ foi considerado pequeno. No momento da pesquisa em campo, foi mencionado que a equipe é considerada suficiente, mas que só foi melhor estruturada bem recentemente, com a entrada de mais uma assistente social e duas psicólogas. Durante o período da pandemia, o CRAS-SABARÁ funcionou com apenas uma técnica, sendo uma assistente social, o que prejudicou o atendimento, sendo reduzido aos benefícios eventuais, com caráter emergencial.

A equipe estava composta por: 2 assistentes sociais (sendo uma delas a coordenadora); 2 psicólogas; 1 entrevistadora do CAD-Único; 1 auxiliar administrativo; 1 instrutora de oficina; 1 serviços gerais; 1 cozinheira; 1 auxiliar de limpeza terceirizada e 1 estagiária de serviço social.

Sobre a avaliação das ações desenvolvidas, ainda não havia sido realizada, considerando que as ações teriam início a partir de setembro (período posterior a realização da pesquisa). Até o momento, a equipe desenvolveu uma pesquisa sobre o perfil das famílias, estavam finalizando o relatório e a próxima etapa seria a discussão e o planejamento de ações, com a participação dos usuários.

Desafios e possibilidades para a efetivação da Política Pública de Assistência Social numa perspectiva emancipatória

Desde o início da década de 1940 até o período de promulgação da Constituição Federal de 1988, a assistência social foi operacionalizada por meio de práticas assistencialistas, de caridade e benemerência, que não reconheciam suas demandas a partir das contradições da sociedade capitalista. Foi somente na década de 1990 que a área ganhou status de política social, como uma das formas de resposta para as expressões da questão social (Mestriner, 2015).

A partir de então, podemos falar da possibilidade de uma política com brechas emancipatórias. No entanto, como as políticas sociais são instrumentos operacionalizados pelo Estado capitalista, como uma das formas de gerir a força de trabalho, não faltam tensões e relações de forças neste campo, que se apresentam como desafios.

Na prática pesquisada, com famílias em alta vulnerabilidade social, as demandas mais urgentes têm sido as de cunho material, como ações para

complementar a segurança alimentar e o acesso à renda. Durante a pesquisa em campo, foi relatado que, mesmo diante da oferta de algum curso de qualificação, os usuários não têm conseguido ingressar no mercado de trabalho, por condições estruturais, obviamente, mas também pelo grau de pobreza dos mesmos, que além da falta de qualificação e de escolaridade, têm dificuldades: para locomoção; comunicação no momento da entrevista e até mesmo apresentação.

Foi percebido pela equipe que o cenário pós-pandemia agravou este quadro. Considerando a demanda do equipamento, antes da pandemia a concessão de cestas básicas girava em torno de 40 a 60 cestas ao mês; no pós-pandemia a demanda tem sido por 200 a 250 ao mês. Segundo a técnica de serviço social do CRAS, “às vezes a gente se vê numa situação de cuidar da população para não morrer”, o que gera muita angústia em toda a equipe.

Este dado revela a gravidade da vulnerabilidade social das famílias e coloca como desafio a demanda de superar uma necessidade imediata, como alimentação, articulada a uma prática que gere autonomia, brechas emancipatórias, como a organização política, por exemplo. No entanto, os relatos da pesquisa apontam que até o momento não foi identificado no território formas de organização ou mobilização política dos usuários da assistência social.

Como mencionado anteriormente, a ocupação de uma parcela considerável dos usuários destina-se ao trabalho de catação de materiais recicláveis, dentro desse campo, retratam-se segmentos e conjunturas significativas de investigação e de intervenções institucionais. Apresentam-se, desse modo, aspectos pertinentes de exploração e reconhecimento como: trabalho, demandas da coleta seletiva, cooperativismo, e principalmente a aproximação com o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), tencionando assim, o protagonismo dos catadores e catadoras dentro de seu campo de laboração.

A semelhança das condições de vida e trabalho a que estão submetidos os catadores de várias cidades do mundo tem motivado sua organização em âmbitos local, nacional e internacional. Na América Latina, os catadores cotidianamente denunciam situações de precariedade, maus tratos, humilhações e enfrentamento de concorrência “desleal” com a implantação de políticas de privatização dos serviços de coleta seletiva e a criação de políticas higienizadoras e criminalizadoras (Bortoli, 2013, p. 250).

A organização política desses indivíduos oportuniza o fortalecimento enquanto classe ao tempo em que alavanca o reconhecimento enquanto sujeito de direitos, seres sociais, sujeitos históricos.

Na pesquisa de campo foi identificado que existia um Comitê Local do Programa Nossa Gente Paraná, onde participavam o CRAS-SABARÁ, o Colégio Padre Carlos e a Unidade de Saúde Santa Paula, mas não havia previsão de participação dos usuários. Em nosso entendimento, seria importante que os usuários adentrassem nesse espaço, como uma possibilidade de gerar aspectos emancipatórios na gestão do Programa neste território.

Além da fragilidade no quesito mobilização política, outro limite que deve ser citado são os constantes cortes de recursos na Política de Assistência Social.

Orçamento federal para manutenção de serviços como CRAS, CREAS, abrigos para crianças e mulheres diminuiu de cerca de R\$ 3 bilhões em 2014, para R\$ 1 bilhão nos últimos dois anos. Em 2023, o valor poderá ser de apenas R\$ 48 milhões, o menor em mais de uma década (Carranço, 2022, n.p.).

Apesar desses limites, foram percebidos vínculos importantes entre o CRAS-SABARÁ e o território como um todo. Além das demandas materiais mais urgentes, a equipe tem identificado perfis dos moradores do bairro, como a questão étnica (existência de benzedeiros, ciganos e indígenas), a habilidade de comunicação e representação (uma usuária que já participou de conferências e representou o bairro) e o envolvimento com artes (moradores que se articulam coletivamente, junto ao CRAS, para apresentações culturais, produção de poesia e música).

Neste primeiro momento da pesquisa, diversos foram os limites e desafios identificados para a efetivação da Política de Assistência Social numa perspectiva emancipatória, todavia, apresentaram-se também, inúmeras possibilidades para construção de relações contra hegemônicas através de um processo de “rupturas moleculares” (Luiz, 2008) que, ao nosso ver, se abrem na ordem dominante, em meio às tensões e relações de forças que se estabelecem no cotidiano das políticas sociais, como no caso da Assistência Social.

Dentre as múltiplas possibilidades e potencialidades do serviço em questão, destaca-se aqui, *a priori*, a relevância da atuação da equipe multidisciplinar. Como mencionado anteriormente, o grupo de trabalho é composto

por diversos profissionais, de diferentes áreas interrelacionadas que sistematizam planejamentos e atuações em conjunto, congregando suas áreas em prol do serviço.

Para além das condições materiais de atuação, ressaltam-se também questões étnico-culturais do território, como a forte presença de benzedeiros e de grupos ciganos e indígenas, e também a existência da articulação entre sanfoneiros e compositores do território. Tais particularidades dinamizam as relações entre os sujeitos, ao tempo em que suscitam oportunidades de valorização das identidades locais, possibilitando organizações de eventos, mostras e feiras promotoras do reconhecimento de saberes diversos.

Desde o momento da coleta de dados da pesquisa até a conclusão do relatório, diversas práticas mencionadas como potencialidades já se encontram em execução no serviço, tal percepção do aperfeiçoamento das práticas ressaltam mais uma vez o dinamismo do grupo de trabalho e seus compromissos com a prática executada.

Referências

BORTOLI, M. A. **Processos de organização de catadores de materiais recicláveis: lutas e conformações.** Revista Katálysis, v. 16, n. 2, p. 248-257, dez. 2013.

BRASIL. **Lei 8.742 de 7 de dezembro de 1993.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso em: 17 set. 2022.

_____. Secretaria Nacional De Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 17 set. 2022.

CARRANÇA, T. **Assistência social tem menor orçamento em uma década.** Disponível em: [https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2022/09/16/ela-morreu-apos-10h-na-fila-por-beneficio-assistencia-social-tem-menor-orcamento-em-uma-decada .htm#:~:text=Or%C3%A7amento%20federal%20para%20manuten%C3%A7%C3%A3o%20de,em%20mais%20de%20uma%20d%C3%A9cada](https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2022/09/16/ela-morreu-apos-10h-na-fila-por-beneficio-assistencia-social-tem-menor-orcamento-em-uma-decada.htm#:~:text=Or%C3%A7amento%20federal%20para%20manuten%C3%A7%C3%A3o%20de,em%20mais%20de%20uma%20d%C3%A9cada). Acesso em: 17 set. 2022.

LUIZ, D. E. C. **Orientações clássicas do pensamento gramsciano para pensar a sociedade contemporânea.** In: COSTA. Lucia Cortes da (org.). Estado e Democracia: pluralidade de questões. Ponta Grossa: UEPG, 2008. p. 35-54.

MESTRINER, M. L. **O Estado entre a Filantropia e a Assistência Social**. 2^a. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

PARANÁ. Secretaria Da Justiça, Família E Trabalho. **Programa Nossa Gente Paraná**. Disponível em: <https://www.justica.pr.gov.br/Pagina/Programa-Nossa-Gente-Parana>. Acesso em: 5 set. 2022.

PRÁTICA SOCIAL DESENVOLVIDA PELO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 31 DE MARÇO

Audrey Aline Bankes Pereira

Caroline Wynnek

Reidy Rolim de Moura

Introdução

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir de uma atividade do núcleo de pesquisa “Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais” do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). A proposta em realizar a pesquisa foi construída em conjunto com a Fundação de Assistência Social de Ponta Grossa (FASPG), em especial com o Núcleo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais (NEPEPPPS), e têm por intuito auxiliar no desenvolvimento das políticas públicas e sociais para as entidades de assistência social.

O objetivo principal foi identificar os aspectos emancipatórios nas práticas realizadas pelos órgãos/entidades da assistência social no município de Ponta Grossa, reconhecidas como bem-sucedidas por seus responsáveis. Os objetivos secundários incluíram: compreender as categorias de emancipação, subalternidade, assistência social, desenvolvimento humano, práticas emancipatórias e rupturas moleculares, analisando sua relação com os objetivos dos serviços socioassistenciais da política pública de assistência social; traçar o perfil das práticas consideradas bem-sucedidas pelos órgãos/entidades responsáveis pela oferta de serviços socioassistenciais, conforme a tipificação da Resolução 109/2009, dentro da Política Municipal de Assistência Social de Ponta Grossa; e analisar essas práticas à partir das categorias teóricas estudadas.

Como percurso metodológico, inicialmente analisa-se os conceitos teóricos que irão permear todas as discussões e prática da pesquisa, sendo os principais a “Emancipação” e a “Subalternidade”.

Em seguida, foi elaborado coletivamente um formulário com perguntas abertas e fechadas, que foi enviado por meio da plataforma “Google Forms”

às instituições que se cadastraram previamente para participar da pesquisa. As instituições incluídas foram: CRAS 31 de Março, Aldeia da Criança, Guarda Mirim, Lua Nova, SOS, CRAS Cará-Cará e CRAS Sabará.

Também foi elaborado um roteiro de perguntas como terceira etapa da pesquisa, aplicado na forma de entrevista junto às instituições. O grupo foi subdividido, e cada equipe ficou responsável por uma instituição específica, indo presencialmente na instituição para aplicar as entrevistas.

Posteriormente, foi realizada uma análise dos dados coletados em campo, buscando identificar as características, o funcionamento, os aspectos emancipatórios e os desafios enfrentados pelo CRAS 31 de março.

Ressalta-se que a pesquisa foi aprovada pelo COEP e também tramitou no órgão municipal, que tomou conhecimento do estudo.

Análise da Prática do CRAS 31 de Março

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) 31 de Março, localizado no bairro Neves, em Ponta Grossa-PR, é um órgão governamental responsável por executar ações no âmbito da Assistência Social. Seu principal objetivo é fortalecer os vínculos familiares e comunitários, promovendo a organização e articulação da rede socioassistencial. Além disso, o CRAS viabiliza o acesso da população a serviços, benefícios e projetos de assistência social, tornando-se uma referência tanto para os moradores locais quanto para os demais serviços setoriais (Brasil, 2015).

O CRAS oferta o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Desenvolve atividades comunitárias, por meio de palestras, campanhas e eventos, atuando junto à comunidade na construção de soluções para o enfrentamento de problemas comuns, como falta de acessibilidade, violência, trabalho infantil, falta de transporte, baixa qualidade na oferta de serviços, ausência de espaços de lazer, cultural, entre outros.

No CRAS, os cidadãos também são orientados sobre os benefícios assistenciais e podem ser inscritos no Cadastro Único (CadÚnico) para Programas Sociais do Governo Federal, atende famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, pessoas com deficiência, idosos, crianças retiradas do trabalho infantil, pessoas inseridas no Cadastro Único, beneficiários do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BPC), entre outros (Brasil, 2015).

Essa pesquisa em específico foi voltada para os usuários do CRAS 31 de Março, vinculadas ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). O PAIF tem como objetivo apoiar as famílias, prevenindo a ruptura de laços, promovendo o acesso a direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida. É um conjunto de procedimentos realizados com o objetivo de contribuir para a convivência, reconhecimento de direitos e possibilidades de intervenção na vida social de uma família, estimula as potencialidades das famílias e da comunidade, promove espaços coletivos de escuta e troca de vivências (Brasil, 2015).

No momento da pesquisa, a principal demanda identificada pelo órgão foi a necessidade de auxiliar as famílias atendidas pelo CRAS, especialmente aquelas vinculadas ao Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF), na superação da situação de pobreza. De acordo com os profissionais, esse desafio está diretamente relacionado à criação de oportunidades de trabalho e à promoção de alternativas para geração de renda.

Destaca-se, que a geração de renda não pode ser trabalhada de forma direta no CRAS, sua atuação se concentra em levar informação aos usuários como também fazer encaminhamentos para a Agência do Trabalhador.

A seguir, com a caracterização da prática é possível verificar a atuação dos profissionais e quais ações tem se destacado e suas condições.

Caracterização da Prática do CRAS 31 de Março

Nos Centros de Referência de Assistência Social é necessária uma equipe multiprofissional capacitada para realizar as atividades. No CRAS 31 de Março, a equipe técnica é composta por uma coordenadora, que também atua como assistente social, além de uma assistente social e duas psicólogas.

As principais demandas do público alvo, são pelos programas sociais de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família, BPC (Benefício de Prestação Continuada) e benefícios eventuais também, como, cesta básica, Programa do Leite das Crianças, documentação civil e Tarifa Social de energia elétrica e água

O critério para a seleção do público-alvo é a vulnerabilidade econômica, considerando também a necessidade imediata e a *prioridade* do atendimento. As atividades são desenvolvidas por meio de palestras, dinâmicas e

rodas de conversa. No dia a dia da prática, essas ações são planejadas pela equipe técnica do CRAS, com a participação indireta dos usuários.

A divulgação das atividades é feita individualmente, diretamente aos usuários durante os atendimentos. As ações ocorrem semanalmente com as pessoas idosas, assim como os encontros do PAIF, que também são semanais, onde os usuários são divididos em quatro grupos, cada grupo participa uma vez ao mês.

Os profissionais afirmam que a atual periodicidade das atividades não é suficiente para atender plenamente às demandas do público. Esse cenário evidencia a necessidade de ampliar a equipe, garantindo um atendimento mais eficaz e abrangente.

Os usuários que moram longe do CRAS recebem auxílio para custear sua participação nas atividades. Além disso, é oferecido lanche no local, e tanto o espaço quanto a dinâmica das atividades são planejados para garantir acessibilidade e inclusão de todos.

São realizados encaminhamentos dos usuários para acesso a serviços da assistência social como o Auxílio Brasil, Tarifa social, programa do leite, BPC, como também para documentação civil, e para o SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

São desenvolvidas atividades em parceria com diversas instituições, incluindo as Entidades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), que fazem parte da Proteção Social Básica do SUAS. Esse serviço complementa o trabalho social com famílias, realizado por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI). O SCFV oferece atendimentos em grupo, com atividades artísticas, culturais, de lazer, esportivas e outras, adaptadas conforme a faixa etária dos usuários. Essas ações são realizadas por meio de parcerias e termos de cooperação financeira com a FASPG (Fundação de Assistência Social de Ponta Grossa), além de atuar em rede com outras políticas e serviços, como CREAS, CAPS, UBS, Agência do Trabalhador, entre outros.

Nas práticas realizadas, não há um trabalho direto com temas relacionados à diversidade, questões de gênero, raça, etnia ou diversidades políticas. No entanto, esses assuntos são abordados de forma indireta, com foco em discussões sobre a violência contra a mulher e a violência contra a pessoa idosa.

Ficou evidente que, ao longo das atividades dessa prática analisada, é incentivada a participação do público atendido em espaços de participação política, tanto dentro quanto fora da instituição, por meio de rodas de conversa, dinâmicas e abordagens relacionadas ao tema. Não se tem informações sobre a participação desse público em espaços organizativos ou de auto organização, como clubes, associações, fóruns, conselhos ou pastorais, fora das atividades do CRAS. No entanto, o fato de haver esse incentivo à participação nas atividades já é digno de destaque.

No que se refere às condições para o desenvolvimento do trabalho com os usuários, considerando os aspectos materiais (como capacidade de atendimento, recursos financeiros, ferramentas de trabalho, espaço adequado, entre outros), observa-se que, embora o espaço disponível para os trabalhos em grupo seja insuficiente, as ferramentas utilizadas são adequadas, e os recursos financeiros não são necessários na maioria das situações.

Quanto às condições técnicas e de recursos humanos (como equipe de referência conforme a PNAS, formação profissional, aprimoramento, capacitação, formação continuada, condições de trabalho, alcance das expectativas profissionais, entre outros), os dados retornados indicam que a equipe precisaria ser ampliada para atender às demandas que superam a realidade da instituição. No entanto, a equipe atualmente composta está adequada para o trabalho em grupos do PAIF e SCFV, conforme previsto na tipificação. Nesse contexto, há planejamento e acompanhamento realizados por profissionais com formação superior e capacitação adequada.

A equipe coloca como principal dificuldade para a realização das atividades a falta de profissionais, pois para execução dos grupos de acompanhamento, os atendimentos individuais ficam defasados.

As principais oportunidades geradas pelas atividades realizadas na prática são o acesso a informações e a promoção da emancipação dos usuários acompanhados.

O público atendido demonstra sempre disposição para participar das atividades. As trajetórias de vida dos usuários são levadas em consideração no planejamento das atividades, sendo ajustadas conforme as necessidades identificadas ao longo do processo. Durante as atividades, são abordados temas como Direitos, Programas Sociais, Violência contra a Mulher, Violência contra a Pessoa Idosa, Lei de Benefícios Eventuais, entre outros.

Os principais resultados das ações desenvolvidas em relação às pers-

pectivas de condições de vida (vulnerabilidade) são o fortalecimento do vínculo com a equipe e a ampliação do conhecimento dos usuários ao acesso aos programas sociais que eles desconheciam.

Em relação às expressões de autonomia e protagonismo dos sujeitos em suas ações, decisões e atitudes, a equipe afirma que os resultados ainda serem pequenos, porém são demonstradas durante a participação dos usuários nos encontros.

Os resultados em relação a multiplicação da vivência tida no programa e na prática são grandes, os profissionais apontam que muitos querem inserir familiares, vizinhos, amigos no grupo, mas ainda não é possível devido a capacidade de atendimento, e qualidade dos grupos. Em relação a evasão e a permanência dos participantes nas atividades, os dados não são computados, mas neste ano a evasão foi pequena.

Em questão a avaliação da prática desenvolvida a equipe considera positiva com relação a participação e adesão dos usuários, considerando o período de pandemia, que provocou a suspensão das atividades presenciais em grupo por um longo período.

Perguntamos também qual a contribuição da prática para a efetivação dos objetivos da política pública de assistência social e obtivemos como resposta que é a colaboração para o empoderamento das famílias atendidas. Toda a equipe busca proporcionar as condições para a emancipação dos usuários. Contudo a tomada de decisões (a procura, a participação, a decisão final) cabe sempre ao usuário.

Perfil do Público Atendido Pelo Programa PAIF – Programa de Atenção Integral às Famílias, no CRAS 31 de Março

O CRAS 31 de março é responsável por atender todo o bairro Neves e uma parte do bairro Uvaranas. No que tange ao perfil do público atendido no CRAS é bem diverso, segundo dados obtidos, são em grande maioria brasileiros, mas nos últimos anos, houve uma grande procura de migrantes e refugiados da Venezuela e do Haiti, porém no questionário online, na prática específica analisada, o número quantitativo é de apenas um migrante e duzentos e um brasileiros atendidos.

A população inserida no cadastro atendido deste CRAS são todos os usuários inseridos na área urbana do município.

A maioria dos usuários são mulheres, na faixa de trinta a sessenta anos de idade, em sua maioria ensino fundamental incompleto, semianalfabetas e analfabetas. Em relação a diversidade de gênero do público atendido no CRAS, os dados apontam que apesar de poucos, existem usuários que se identificam como transsexuais, sendo a maioria homens que se identificam como mulheres.

Referente a etnia dos usuários, a maioria se identifica como brancos, negros ou pardos.

O perfil de renda dos usuários é de extrema vulnerabilidade social, a maioria não possui renda alguma, dependendo apenas de benefícios socioassistenciais e vivem com menos de um salário mínimo, são poucos que possuem renda superior a um salário mínimo. Como as residências são subsidiadas em sua maioria por mulheres, mães solo que não possuem trabalho formal, a renda per capita da maioria das famílias é em torno de duzentos reais.

Assim, em termos de ocupação, tivemos como resposta que a grande maioria dos usuários são autônomos, diaristas e desempregados que participam de programas sociais. Respostas que também apareceram, mas em menor quantidade foram: aposentado/pensionista, beneficiários do BPC (Programa de Prestação Continuada), trabalho doméstico em casa sem remuneração e não trabalha.

A composição familiar dos usuários é bem diversificada, apesar de sua grande maioria ser monoparental chefiada por mulheres, possui também casais sem filhos, nuclear, reconstituída, extensa e unipessoal.

O público alvo da rede socioassistencial chega no serviço em sua maioria por meio de encaminhamentos da própria rede de assistência social como o Creas, Conselho Tutelar, Hospitais, Ministério Público, Unidade Básica de Saúde, Escolas e Centro de Atenção Psicossocial.

No caso de procura pelo serviço por demanda dos próprios usuários aos serviços ofertados pelo CRAS, em atendimento individualizado são identificadas as demandas e ofertadas e inseridos nos demais serviços, o critério de seleção do público alvo é a vulnerabilidade socioeconômica.

As demandas dos usuários giram na maioria das vezes em torno da procura por programas sociais, Auxílio Brasil, Tarifa social de energia elétrica e água, Programa do Leite para crianças, BPC, Benefício eventual de cesta básica e documentação civil.

Desafios e Possibilidades Para a Efetivação da Política Pública de Assistência Social Numa Perspectiva Emancipatória

Com relação aos desafios e possibilidades para a efetivação da política pública de assistência social, no que tange aos dados apresentados referente ao CRAS 31 de março, cabe destacar que foram muitos. Neste item, listamos alguns que são importantes para que possam ser agendas de futuras pesquisas e um olhar mais atento aos que se interessarem pela questão.

O principal problema enfrentado pelos usuários do CRAS em questão é a extrema vulnerabilidade social que os leva a passar necessidades e escassez de alimentos, os profissionais acabam focando em suprir essa necessidade que é urgente por grande parte dos usuários, e ficando sem tempo para realizar outras atividades pertinentes também para a emancipação destes usuários, por conta da equipe reduzida e a falta de verbas para desenvolver atividades voltadas para superação da subalternidade dessas pessoas e realizar uma atuação emancipatória.

O analfabetismo e o semianalfabetíssimo é uma condição de vários usuários, isso reflete no grande número de desempregados e de pessoas em subempregos, que também reflete na condição de extrema pobreza que se encontram a maioria deles.

Nesse sentido cabe destacar as condições que são externas ao CRAS mas que o afetam, como é o caso do contexto neoliberal que acaba contribuindo com a expansão dessa desigualdade social.

A concentração de riqueza é uma causa direta do aumento da desigualdade e da miséria e esse processo é ainda acentuado pela apropriação do patrimônio público pelos interesses privados. Acontece então um duplo impacto na produção da miséria social: o primeiro, diretamente pelo acirramento das diferenças entre pobres e ricos; e o segundo, pela fragilização das políticas de atendimento, tais como educação, saúde, assistência, segurança, habitação, cultura, esporte, justiça, que, têm seus recursos encolhidos pela apropriação das riquezas públicas do Estado pelo mercado (Paes e Guedes, 2015, p. 312).

Quando se tem a redução da presença do Estado na sociedade tornando-o mínimo, a miséria pode acabar sendo naturalizada pela sociedade,

então pergunta-se, nesse recorte social o Estado tem a intenção de realizar uma emancipação humana? ou maquia essas desigualdades com políticas que não mudam a realidade destes indivíduos e apenas reforçam o interesse das classes dominantes?

Como elaborar um projeto de emancipação humana destes indivíduos marginalizados e excluídos socialmente? Nesse sentido, Luiz (2013) aborda no seu livro [...] “Emancipação Humana” que o conceito de emancipação ele está intrínseco ao modernismo, aborda ainda que ao longo dos anos os conceitos de emancipação se tornaram múltiplos, no Brasil vivemos um capitalismo tardio, as marcas da pós modernidade, marcadas pela “negação da razão”, a despolitização, tudo isso reflete na sociedade brasileira, então pensarmos numa emancipação humana na realidade neoliberal que vivemos hoje parece utopia.

O Código de Ética do Assistente Social, reconhece a liberdade como valor central para a efetivação da emancipação humana dos indivíduos sociais, assegura também a extrema importância de garantir os direitos humanos para efetivar essa emancipação (CFESS, 1993).

O objetivo do trabalho do CRAS é dar autonomia às famílias a outras formas de renda, buscar a redução do desemprego, para reduzir a desigualdade social enfrentada por essas famílias e a violência, favorecer a produtividade, a qualidade e a saída de uma condição de vulnerabilidade.

Nesse sentido, é preciso destacar aqui a demanda principal que os profissionais ressaltaram é a de alternativas para geração de trabalho e renda. Há plena clareza e interesse em receber e desenvolver projetos, que visem auxiliar as famílias que se encontram em situação de pobreza, assegurar a segurança alimentar dessas famílias, que recebem senão todos, quase todos os benefícios socioassistenciais e ainda assim encontram-se marginalizadas e em extrema vulnerabilidade social, por não se adequarem ou não se enquadrarem no perfil do mercado de trabalho formal.

Contudo, muitas vezes os desafios perpassam pela dificuldade da defasagem no seu quadro de profissionais, pois com equipe reduzida e muitas vezes, com a falta de verbas torna-se quase inviável sair das demandas imediatas que aparecem no cotidiano. Isso se torna uma grande problemática do CRAS, a verba é escassa ou inexistente para realizar as atividades e a falta de ferramentas adequadas para a realização das atividades acaba limitando possibilidades de maiores objetivos a emancipação de grupos e aspirações individuais.

As políticas sociais no Brasil nascem e se desenvolvem na perspectiva de enfrentamento da “questão social”, permitindo, apenas, acesso discriminando a recursos e a serviços sociais. O caráter regulador de intervenção estatal no âmbito das relações sociais na sociedade brasileira vem dando o formato às políticas sociais no país: sem regras estáveis ou reconhecimento de direitos. Nesse sentido servem a acomodação de interesses de classe que são compatíveis com o caráter obsoleto dos aparelhos do Estado em face da questão. Constituem-se de ações que, no limite, reproduzem a desigualdade social na sociedade brasileira (Yazbek, 2006. p. 37).

Em todo momento foi destacado pela equipe do CRAS que o objetivo do trabalho é dar autonomia às famílias a outras formas de renda, buscar a redução do desemprego, o combate à pobreza e a violência, favorecer a produtividade, a qualidade e a saída de uma condição de vulnerabilidade.

Nesse sentido, o grupo destaca a importância da aproximação entre o CRAS e instituições que possam ser parceiras na execução de projetos que levem capacitações, formações, assim como incentivo a alternativas de geração de renda como economia solidária que existe na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). A Economia Solidária, por exemplo, é de suma importância como fonte de renda e emprego na sociedade capitalista, sendo ela uma alternativa para romper as expressões da questão social, como o desemprego, a falta de acesso na qualificação profissional, dentre outras formas que possam auxiliar na geração de renda dessas famílias.

Referências

BRASIL. Centro de Referência de Assistência Social - Cras. **Secretaria Especial do Desenvolvimento Social**. Ministério da Cidadania , [S. l.], p. 1-1, 22 jun. 2015. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/cras>. Acesso em: 18 set. 2022.

BRASIL. Proteção e Atenção Integral à Família - PAIF. **Secretaria Especial do Desenvolvimento Social**. Ministério da Cidadania , [S. l.], p. 1-1, 22 jun. 2015. Disponível em: <http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/paif#:~:text=O%20que%20%C3%A9%3F,melhoria%20da%20qualidade%20de%20vida.>: 18 set. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Código de ética profissional do Assistente Social. Brasília, 1993.

LUIZ, Danuta E. Cantoia. **Emancipação e serviço social: a potencialidade da prática profissional**. Ponta Grossa: Editora UEPPG, 2013. 271p

PAES, Paulo Cesar Duarte; GUEDES, Olegna de Souza. **Emancipação humana e o debate dos direitos humanos**. SER Social , Brasília, p. 310-325, 16 dez. 2015.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social - 5. ed.** - São Paulo: Cortez, 2006.

PARTE 3

ANÁLISE INDIVIDUALIZADA DAS
PRÁTICAS SOCIAIS DESENVOLVIDAS
PELOS ÓRGÃOS E OU ENTIDADES QUE
PRESTAM O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA
E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

ANÁLISE DA PRÁTICA SOCIAL DESENVOLVIDA PELO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA PESSOAS IDOSAS DO SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS (SOS) DE PONTA GROSSA

Gabriele Petroski Machado

Karoline Dutra Szu

André Prigol Petters

Silmara Carneiro e Silva

Introdução

O presente texto apresenta uma análise da prática social desenvolvida pelo serviço de convivência e fortalecimento de vínculos voltado para pessoas idosas do Serviço de Obras Sociais – SOC, de Ponta Grossa.

Aqui serão considerados os dados do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para a Pessoa Idosa ofertado pelo Serviço de Obras Sociais (SOS) do município de Ponta Grossa, por isso são considerados dados parciais, tendo em vista que a pesquisa no geral compreende outras entidades serviços que fazem parte da pesquisa.

A coleta de dados aconteceu por meio de um questionário enviado às instituições que se inscreveram para participar da pesquisa, portanto, os dados apresentados têm como base as respostas obtidas pelo questionário.

Perfil do público atendido

O público alvo do referido serviço de convivência e fortalecimento de vínculos é composto exclusivamente por pessoas idosas, visto a existência de um parâmetro legal estabelecido pelo artigo 1º da Lei 10.741/03 (idade igual ou superior a 60 anos), a demanda das práticas realizadas pelo SCFV possui um perfil relativamente homogêneo.

O grupo de 110 usuários atendidos pelo programa é composto unica-

mente por brasileiros, homens e mulheres cisgênero e de origem urbana; com escolaridade que varia entre a não alfabetização até o ensino médio completo, de etnias branca, parda e negra.

No que tange a composição familiar, percebem-se indivíduos majoritariamente formados por um núcleo familiar unipessoal, ou seja, por uma única pessoa, sejam eles solteiros(as), separados(as), divorciados(as) ou viúvos(as). Mas também há incidência, em menor proporção, de idosos oriundos de outros arranjos familiares, como monoparentais chefiados por mulheres, nucleares (pai, mãe e filhos) e anaparentais (formadas apenas por irmãos).

Quanto à renda familiar dos membros do grupo, verificou-se a incidência de renda maior que 2 salários mínimos e de renda entre meio e um salário mínimo, sendo esta a maior incidência entre o grupo. As referidas rendas advêm majoritariamente de pensões, aposentadorias e Benefícios de Prestação Continuada (BPC)⁵. Nota-se que está em conformidade com Tipificação da Política de Assistência Social, que traz o atendimento àqueles beneficiários do BPC, beneficiários de programas de transferências de renda ou “Idosos com vivências de isolamento social por ausência de acesso a serviços e oportunidades de convívio familiar e comunitário e cujas necessidades, interesses e disponibilidade indiquem a inclusão no serviço”. (Brasil, 2014, p. 19).

O público atendido é distribuído territorialmente entre os bairros de referência dos CRAS Jardim Paraíso, CRAS Vila 15, CRAS Cará-Cará e CRAS Coronel Cláudio.

Em síntese, o público-alvo é formado por pessoas idosas beneficiárias de programas da seguridade social, que, por estarem inseridas em um contexto de ausência de convívio familiar e comunitário, possuem privações materiais e afetivas, razão pela qual a existência de programas que visam prevenir situações de risco não é só necessária, mas essencial.

Caraterização da prática

O Serviço de Obras Sociais (SOS) de Ponta Grossa é uma entidade responsável por promover ações junto a diferentes grupos de sujeitos da so-

5 O Benefício de Prestação Continuada – BPC, previsto na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, é a garantia de um salário mínimo por mês ao idoso com idade igual ou superior a 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade. No caso da pessoa com deficiência, esta condição tem de ser capaz de lhe causar impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo (com efeitos por pelo menos 2 anos), que a impossibilite de participar de forma plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, Ministério da Cidadania, 2022).

cidade, atuando com diversos públicos e atendendo as mais variadas demandas da população (Ponta Grossa, 2022) e faz parte da rede não governamental do município (DgSuas, 2022).

Para a pesquisa proposta pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais em parceria com o Núcleo de Educação Permanente dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social de Ponta Grossa – NEP/SUAS-PG, considerou apenas o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) com pessoas idosas, ofertado pelo SOS de Ponta Grossa.

O SCFV é um Serviço da Proteção Social Básica da Política de Assistência Social. Conforme a Política Nacional de Proteção Social – PNAS – (2004) a Proteção Social Básica tem como objetivo “[...] prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.” (Brasil, 2004, p. 33) e é destinada à população que vive em situação de vulnerabilidade social, de qualquer natureza, seja decorrente da pobreza, da privação de acesso ou da fragilização de vínculos afetivos. (Brasil, 2004). De acordo com a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais o SCFV-PI tem como foco:

[...] o desenvolvimento de atividades que contribuam no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, no fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário e na prevenção de situações de risco social. A intervenção social deve estar pautada nas características, interesses e demandas dessa faixa etária e considerar que a vivência em grupo, as experimentações artísticas, culturais, esportivas e de lazer e a valorização das experiências vividas constituem formas privilegiadas de expressão, interação e proteção social. Devem incluir vivências que valorizam suas experiências e que estimulem e potencialize a condição de escolher e decidir (Brasil, 2004).

Sendo assim, o SCFV para a Pessoa Idosa ofertado pelo SOS de Ponta Grossa está inserido na Proteção Social Básica e é um serviço organizado em grupos que busca ampliar a convivência das diferentes culturas e das vivências entre os usuários e com isso promover o desenvolvimento do sentimento de pertencimento e de identidade dos usuários. As atividades desenvolvidas têm o objetivo de contribuir com o processo de envelhecimento ativo e saudável, propiciar vivências que valorizam as experiências para o

desenvolvimento da autonomia e protagonismo das pessoas idosas e assegurar um espaço de encontro com informações diversas. Em Ponta Grossa, o SOS desenvolve o referido serviço em quatro grupos distintos, sendo eles: Irmã Gáudia Kuschka, localizado no Parque Tarobá; Santa Rita de Cássia, localizado no Bairro Ronda e Raio de Sol, localizado na Vila Cipa, sendo estes executados com termo de colaboração com a FASPG. E o Projeto Idosos em Ação, localizado na Região Central da Cidade, financiado exclusivamente pela entidade.

Com base nas respostas obtidas através do questionário aplicado ao SCFV-PI identificamos que as atividades são, “[...] realizadas com base nos três eixos estruturantes: Convivência Social e Intergeracionalidade; Envelhecimento Ativo e Saudável e Autonomia e Protagonismo” (SOS, 2022). A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais descreve especificamente sobre o SCFV-PI:

Tem por foco o desenvolvimento de atividades que contribuam no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, no fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário e na prevenção de situações de risco social. A intervenção social deve estar pautada nas características, interesses e demandas dessa faixa etária e considerar que a vivência em grupo, as experimentações artísticas, culturais, esportivas e de lazer e a valorização das experiências vividas constituem formas privilegiadas de expressão, interação e proteção social. Devem incluir vivências que valorizam suas experiências e que estimulem e potencialize a condição de escolher e decidir (Brasil, 2014).

Neste sentido, observa-se que o serviço desenvolvido pelo SOS junto aos idosos, corrobora o que está definido pela Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, buscando atingir os objetivos de contribuir com o envelhecimento saudável.

As atividades desenvolvidas são: “de memorização, musicoterapia, arteterapia, atividade intergeracional, datas comemorativas, atividades físicas, entre outras” (SOS, 2022).

Também foi possível verificar, conforme as informações colhidas através do questionário junto à entidade, que as atividades desenvolvidas são planejadas coletivamente pela equipe com a participação do público atendido e avaliadas por eles regularmente. A periodicidade das atividades é semanal

e conforme informado essa periodicidade é suficiente para atender o público e as suas demandas. O acesso ao referido serviço se dá através de procura espontânea e ou busca ativa. E são realizados encaminhamento dos usuários tanto para o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS como para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Também há a parceiras estabelecidas com outras instituições, sendo a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), especificamente com os departamentos de Matemática, Serviço Social e Educação Física, os quais contribuem com as atividades desenvolvidas ao grupo de idosos. Embora não seja especificado de que forma ou quais atividades os departamentos parceiros desenvolvem, cabe destacar a importância das parcerias estabelecidas, uma vez que possibilitam o aprimoramento das atividades e também o fortalecimento do próprio serviço. Não só as parcerias citadas, mas também outras possíveis parcerias são importantes, principalmente ao pensar no trabalho em rede na garantia de direitos.

Destaca-se também a importância de incorporar a discussão da diversidade e das práticas colaborativas para potencializar as práticas desenvolvidas na direção de seu reconhecimento para uma sociabilidade mais inclusiva do diferente, cujo reconhecimento se dê mediado pelo coletivo, o que é fundamental para a superação de situações de subalternidade, tendo em vista que no questionário fora informado que assuntos relacionados a diversidade e práticas colaborativas não são trabalhados com o público.

Ademais, o público do serviço participa do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, instância de controle social das políticas de atendimento ao referido público, destacando que o serviço trabalha especificamente com o tema do Estatuto da Pessoa Idosa – Lei 10.741/2003. Estes são elementos que potencializam a prática desenvolvida pelo SOS na direção da autonomia dos usuários que deles fazem parte para reivindicarem seus direitos e exercerem sua cidadania.

A partir das ações desenvolvidas é possível observar um conjunto de resultados, como: Elevação da autoestima e autonomia; despertar de potencialidades e habilidades; Ampliação do universo informacional e cultural; Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Socialização; - Melhora da qualidade de vida.

Com base nesses resultados o membro dos grupos tem se expressado e opinado mais, tanto pelo whatsapp como também nas visitas e encontros

realizados. Destaca-se a não evasão das pessoas idosas das atividades, o que indica a importância atribuída pelo público atendido ao serviço prestado. A valorização da expressão e opinião dos idosos é fundamental para na direção do fortalecimento de uma postura individual e coletiva ativa em face de suas demandas e questões, ou seja, envolver os idosos no processo de planejamento das atividades é um potencial para desenvolver a sua autonomia e respeito às individualidades. Além disso, todas as informações referentes as atividades desenvolvidas e a avaliação destas, são divulgadas no Blog de Monitoramento da Fundação de Assistência Social (FASPG) bem como no Blog do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMPI), a divulgação das informações é um potencial da prática desenvolvida, tendo em vista que corrobora a transparência pública e afirma a perspectiva democrática do serviço.

Ao final do questionário, as profissionais destacam que avaliam o serviço da melhor forma possível, uma que vez este, “assegura espaço de encontro para os idosos e encontros intergeracionais de modo a promover a sua convivência familiar e comunitária entre outros objetivos” (SOS, 2022). E complementa que as atividades contribuem para o processo do envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, no fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário e na prevenção de situações de risco social.

Desafios e possibilidades para a efetivação da política pública de assistência social numa perspectiva emancipatória

Podemos notar que mediante a complexidade da realidade a qual está inserida a prática investigada, há um esforço da equipe e do público alvo para a efetivação da ação de acordo com o que propõe a Política Pública de Assistência Social.

Quando questionados a respeito de quais áreas compõem a equipe de trabalho – Serviço Social e Psicologia, conforme prevê a Resolução CNAS nº 17 de 20 de junho de 2011 como equipe de referência mínima para qualquer atendimento da Proteção Social Básica.⁶

Nota-se uma atenção a divulgação da prática, seja por meio de relatórios mensais produzidos que passam a ser socializados na internet no Blog

6 Resolução Conselho Nacional de Assistência Social nº 17 de 20/06/2011.

de Monitoramento da Fundação de Assistência Social (FASPG) bem como no Blog do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMPI). Sobre este, cabe mencionar que se constitui o único espaço organizativo do qual o público atendido participa, sendo uma das potencialidades do serviço possibilitar que os usuários participem de outras instâncias organizativas. Fortalecer o exercício do controle social por parte dos usuários é uma das diretrizes do SUAS.

A Norma Operacional Básica da Assistência Social (2012) em seu Capítulo IX que trata do Controle Social do Sistema Único de Assistência Social, e em seu artigo 114, dispõe sobre a participação enquanto uma estratégia de gestão do SUAS e no seu artigo 115 dispõe sobre as estratégias de fortalecimento dos conselhos e das conferências e a promoção da participação dos usuários, respectivamente (Brasil, 2012).

Nota-se como uma potencialidade da prática no que se refere ao quesito parcerias com outras instituições a parceria com o Núcleo de Assistência Social, Jurídica e de Estudos sobre a Pessoa Idosa (NASJESPI) que se caracteriza por um projeto de extensão do Departamento de Serviço Social da UEPG. Ainda, é citado parceria com o Departamento de matemática, Departamento de Educação Física e com o Serviço Social do Comércio (SESC).

No que diz respeito às possibilidades que se tem a partir do desenvolvimento das atividades, cita-se: socialização, convivência e fortalecimento de vínculos, aumento da qualidade de vida e autonomia. Ainda, se pode notar que a questão da participação do público atendido se dá através das atividades que são desenvolvidas (musicoterapia, arteterapia, atividades intergeracional, datas comemorativas). Contudo não ficou evidenciado nas informações disponibilizadas à pesquisa, de que maneira se dá essa participação.

A respeito dos temas trabalhados, não fica evidente quais seriam. Mas, temas a respeito de diversidade (questão de gênero, raça e etnia); diversidades políticas, bem como práticas colaborativas, não são trabalhadas. Destaca-se, no entanto, que trabalhar com os referidos temas junto à população idosa se faz importante, tendo em vista que são questões que perpassam o cotidiano da vida e das relações sociais e, portanto, necessárias de serem problematizadas junto aos idosos, pois tais são importantes para romper com padrões preconceituosos e discriminatórios historicamente construídos na sociedade brasileira e assim corroboram para a inserção na sociedade. Conforme Andrade e Pereira (2019, p.75):

[...] é imprescindível problematizar a inserção dos eixos gênero e raça na assistência social, de modo transversal e interseccional, para enfrentar as situações de vulnerabilidade e riscos vinculadas às discriminações de gênero e raça, bem como buscar a superação das inserções desiguais das mulheres e pessoas negras, em especial das mulheres negras, na sociedade.

Principalmente, considerando o perfil do público atendido, em que há a presença de mulheres e mesmo para os homens, para que reconheçam o contexto de raça e de gênero que vivenciam. Andrade e Pereira (2019) ressaltam ainda a necessidade da discussão desses temas para compreender as demandas das mulheres e da população negra para que sejam incorporadas às políticas públicas.

Outro tema que se mostra importante a ser trabalhado com o grupo é questão da morte e do luto, tendo em vista que o motivo predominante de desligamento do grupo é pela morte. E pela convivência que os participantes passam a ter é impossível não criar vínculos afetivos entre eles, portanto, a morte pode ser um fator impactante para a saúde mental dos participantes, especialmente, quando ocorre com algum idoso do grupo.

Por fim, sobre a contribuição da prática para a efetivação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) temos:

As atividades devem contribuir para um processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia e de habilidades, no fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário e na prevenção de situações de risco social (Brasil, 2004).

Nesta ótica, é possível compreender que a avaliação da equipe acerca da prática realizada não evidencia dificuldades e/ou limites, pelo contrário reforçam sua relevância e pertinência em face do público atendido.

O envelhecimento da população brasileira é um fato. Conforme pesquisas realizadas pelo IBGE, em 2021 o número de pessoas com mais de 30 anos chegou a cerca de 56,1% do total da população (IBGE, 2022), ou seja, mais da metade da população brasileira estava na faixa etária acima de 30 anos. Diante desses dados, o envelhecimento se tornou pauta nas políticas públicas, principalmente a questão da pessoa idosa.

O envelhecimento da população, em nível nacional e internacional, traz novas configurações na maneira como a pessoa idosa passa a ser encarada pela sociedade, imprimindo

à velhice (entendida em seus aspectos multidimensionais e heterogêneos) a dimensão de expressão da questão social que necessita de atenção e que precisa continuar inserida nas discussões e na agenda das políticas públicas das nações (Ferreira; Teixeira, 2014, p. 165).

Portanto, se faz necessário reconhecer os direitos específicos da pessoa idosa, no Brasil a Política Nacional do Idoso, estabelece em seu artigo 3º “[...] a família, a sociedade e o Estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida” (Brasil, 2010, p. 6).

Assim, identificamos no serviço ofertado pelo SOS no município de Ponta Grossa que a sociedade e o Estado vêm garantindo meios para a participação dos idosos na comunidade e fomentando a sua autonomia, contribuindo para um envelhecimento saudável.

E não só a convivência comunitária, mas também a garantia do acesso aos direitos e, principalmente, o reconhecimento dos direitos por parte da população idosa, pois um dos temas trabalhados com os participantes é o Estatuto do Idoso.

De modo geral, a pesquisa realizada se mostrou necessária e significativa para apreender os aspectos exitosos da prática desenvolvida e também revelou potenciais que podem ser aprimorados, como por exemplo, adotar outros temas para trabalhar durante os encontros, explorando as parcerias mencionadas e com a possibilidade novas parcerias.

Referências

ANDRADE, M. P. PEREIRA, L. L. A **(In)visibilidade de Gênero e Raça na Assistência Social: estudo de caso nos Centros de Referência de Assistência Social**. O Social em Questão: Rio de Janeiro. vol. 22, núm. 45, pp. 57-80, 2019. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc.rio.br/media/OSQ_45_art_3.pdf. Acesso em: 03, nov. 2022

BRASIL. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. **Política Nacional do Idoso**. Brasília. Reimpresso em maio, 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 10 de set. 2022.

BRASIL, Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução 017 de 20 de junho de 2011**. Brasília: 2011. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=115722>. Acesso em: 31 out. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social**. Brasília, 2012. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf. Acesso em: 30 out. 2022.

DGSUAS. Blog do Departamento de Gestão do SUAS da Fundação de Assistência Social de Ponta Grossa – FASPG. **Proteção Social Básica. 2022**. Disponível em: <https://redeassocialpg.wordpress.com/catalogo-da-rede/psb/>. Acesso em: 07 de set. 2022.

FERREIRA, A. P. TEIXEIRA, S. M. **Direitos da Pessoa Idosa: desafios à sua efetivação na sociedade brasileira**. Argumentum: Vitória, v. 6, n.1, p. 160-173, jan./jun. 2014.

IBGE. **População cresce, mas número de pessoas com menos de 30 anos cai 5,4% de 2012 a 2021**. Estatísticas Sociais: Uberlândia Cabral. 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34438-populacao-cresce-mas-numero-de-pessoas-com-menos-de-30-anos-cai-5-4-de-2012-a-2021>. Acesso em: 26, out. 2022.

PONTA GROSSA. Prefeitura de Ponta Grossa. **Serviços de Obras Sociais. 2022**. Disponível em: <https://pontagrossa.pr.gov.br/node/178>. Acesso em: 06, set. 2022.

ANÁLISE DA PRÁTICA SOCIAL DESENVOLVIDA PELO PROJETO DE EDUCAÇÃO EMOCIONAL DA GUARDA MIRIM DE PONTA GROSSA

Bianca Lourenço Caputo

Charon Mahrara de Araújo

Tainara Kessia Mainardes

Silmara Carneiro e Silva

Introdução

O presente resumo é uma apresentação dos resultados obtidos através da pesquisa “Análise de práticas desenvolvidas pelos órgãos/entidades de atendimento que prestam serviços socioassistenciais à política municipal de assistência social do município de Ponta Grossa” promovida pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais em parceria com o Núcleo de Educação Permanente dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social de Ponta Grossa – NEP/SUAS-PG.

Aqui serão considerados os dados do Projeto de Educação Emocional no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Guarda Mirim.

A coleta de dados aconteceu por meio de um questionário enviado às instituições que se inscreveram para participar da pesquisa, portanto, os dados apresentados são com base nas respostas obtidas pelo questionário e ainda através da realização de uma visita institucional, ocasião em que as informações foram complementadas.

Caracterização da prática

A prática aqui apresentada é o “Projeto Educação Emocional” desenvolvido pela Guarda Mirim, que é vinculada ao Instituto Duque de Caxias. A Guarda Mirim é um programa da instituição assistencial e educacional denominada Instituto Educacional Duque de Caxias (IEDC). O IEDC desenvolve programas de atendimento às crianças e adolescentes, bem como suas famílias em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social e oferece

ao público-alvo do programa das Guardas Mirins alimentação, atividades pedagógicas, culturais, musicais, esportivas, educação ambiental, educação emocional, inclusão digital, cívicas, terapêuticas e preparação ao mundo do trabalho (IEDC, Formulário de dados, 2022).

A referida instituição atende um público de 6 a 17 anos de idade completos, bem como, suas famílias. A instituição presta o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários para a política de assistência social do município de Ponta Grossa. Através desse serviço desenvolve o projeto de Educação Emocional, sendo esta prática institucional inscrita na pesquisa.

O projeto “Educação Emocional” tem por objetivo desenvolver as competências e habilidades socioemocionais, despertando uma consciência em relação aos seus próprios sentimentos e em consequência ter compreensão sobre os sentimentos dos outros (Ponta Grossa, IEDC, 2022b).

A partir da compreensão e interpretação de sentimentos e emoções, o referido projeto realiza atividades que contribuem para o enfrentamento à vulnerabilidade e riscos e a aproximação de temas como direitos humanos, comunicação não violenta, respeito às singularidades, aos valores e a convivência social, a partir de oficinas que despertam habilidades e capacidades físicas, cognitivas, emocionais e motoras, baseadas em temas de interesse dos alunos (Ponta Grossa, 2022b).

As atividades são desenvolvidas por meio de uma equipe composta por 31 funcionários com escolaridade de ensino fundamental à pós-graduação. No Projeto Controle Emocional, diretamente, atuam 9 educadores e 1 pedagoga, com pós-graduação nas áreas de neuropsicopedagogia, pedagogia, educação emocional e coach infantil. Estes planejam e desenvolvem ações que buscam a autonomia geral dos usuários, visando a valorização das expressões de ideias e culturas, vinculada aos focos de atenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para as faixas etárias envolvidas (IEDC, 2022).

Destaca-se dos focos de atenção do SCFV, conforme a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais nas ações do projeto, especialmente o que segue: “[...] desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes, a partir dos interesses, demandas e potencialidades dessa faixa etária” (Brasil, 2009, p.16). E ainda o fato de as atividades abordarem,

“[...] questões relevantes sobre a juventude, contribuindo para a construção de novos conhecimentos e formação de atitudes e valores que reflitam no desenvolvimento integral do jovem” (Brasil, 2009, p.17).

Os principais pontos que caracterizam o projeto “Educação Emocional” estão relacionados aos processos de interação direta com o público-alvo, envolvendo o protagonismo e autonomia destes por meio de oficinas variadas que visam despertar habilidades físicas, motoras, cognitivas, emocionais e sociais, além de ateliês temáticos que trazem à tona direitos e deveres, socialização, reflexões sobre autocuidado, valores e emoções, participação ativa e convivência social, empatia e direitos humanos, civismo para formação do cidadão, círculos restaurativos e troca de vivências com muito diálogo, diante de um ambiente interativo e participativo, respeitando a singularidade de cada indivíduo (Ponta Grossa, IEDC, 2022b).

Segundo o Formulário de Dados (2022), o projeto trabalha também com a escuta qualificada, acolhimento, controle e valorização de emoções, as maneiras de expressar sentimentos e emoções de forma respeitosa, sempre validando e compreendendo o que as crianças e adolescentes sentem. Essas práticas são realizadas de diferentes formas, prezando pela comunicação não violenta, sendo elaboradas por um educador com seu plano individual e protagonizadas pelos usuários, dentro de suas turmas e grupos, por meio de conversas interativas que estimulam a participação efetiva, o autocontrole, a troca de saberes e a vivência em grupo e em sociedade.

Destaca-se no referido projeto como uma potencialidade a realização de pesquisas sobre as emoções e sobre as linguagens do amor junto aos usuários da prática investigada e de suas famílias, pois através de seus resultados as atividades para as oficinas são planejadas visando trabalhar a partir das reais demandas dos usuários e para o fortalecimento dos vínculos afetivos entre mães e filhos e usuários e famílias, sobretudo levando em consideração o agravamento do emocional das pessoas durante a pandemia. Com isso, o projeto contribui para um melhor desenvolvimento nos aspectos cognitivos, motores, afetivos e sociais dos usuários. (Ponta Grossa, IEDC, 2022b).

Temas referentes à diversidade como questões relacionadas à gênero, raça e etnia, diversidades políticas e práticas colaborativas de solidariedade e ajuda mútua são temáticas que se encontram presentes nos assuntos abordados na instituição por meio do planejamento pedagógico e do programa de

valores que aborda civismo, empatia, direitos humanos, entre outras questões (IEDC, Formulário de dados, 2022).

Ações em busca de autonomia material, de pensamento, expressão de ideias e culturais são realizadas por meio dos eixos da convivência social, participação e direito de ser. Estes temas, na visão da responsável pela prática, passam a ser incorporados no cotidiano dos usuários e de seus familiares, uma vez que são elementos que tendem a fortalecer os vínculos familiares e comunitários.

Para que os usuários possam acessar as atividades, é disponibilizado pela prefeitura o passe livre para transporte público. Os encaminhamentos para acesso à direitos e políticas públicas correspondem majoritariamente a serviços de saúde como: fonoaudiologia, oftalmologia, dermatologia, neurologia e odontologia (IEDC, Formulário de dados, 2022).

A Guarda Mirim possui parceria com outras instituições como o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e a Fundação de Assistência Social de Ponta Grossa (FASPG), sendo que, com esta última, possui termo de colaboração para recebimento de recursos financeiros para o funcionamento da instituição, que tem como meta 227 atendimentos (Ponta Grossa, IEDC, 2022a).

A instituição trabalha com a sua capacidade máxima de usuários, tendo uma média de 127 atendimentos diários e possuindo uma fila de espera de 61 sujeitos de acordo com o último Relatório Mensal de Monitoramento e Frequência de Entidades com Termos de Colaboração realizado no mês de agosto de 2022.

Ainda de acordo com o relatório, o Projeto Educação Emocional desenvolveu inúmeras atividades durante o referido mês, das quais destacamos alguns elementos que mostram potencialidades no atingimento dos objetivos do SCFV: articulação com campanhas locais como Agosto Lilás, de combate à violência doméstica contra a mulher, Campanha Sensibiliza Campos Gerais, da Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla - Superar Barreiras para garantir a inclusão; atividades voltadas a práticas de autocomposição de conflitos, como mediação, círculos restaurativos e a abordagem da Comunicação não Violenta - CRV, todas elas a partir de atividades relacionadas à questão da gestão das emoções a partir de situações de conflito contraídas de diferentes formas nos relacionamentos familiares, comunitários e ou sociais (FASPG, RMA, 2022).

O acesso dos usuários às atividades da instituição se dá pelo encaminhamento de instituições como: Vara da Infância, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e por demanda espontânea. A divulgação é realizada por meio do site da própria instituição, Facebook, WhatsApp e ligação (IEDC, Formulário de dados, 2022).

As atividades desenvolvidas pelo projeto são organizadas na forma de ateliês temáticos:

Os ateliês temáticos visam fortalecer vínculos mesmo com distanciamento social, Círculos Restaurativos, Civismo para formação do cidadão responsável e consciente de seus direitos e deveres perante ele mesmo, sua família e a sociedade (IEDC, Formulário de dados, 2022).

Para além disso, foram apontados enquanto resultados das ações desenvolvidas a possibilidade de vínculo de estágio para alguns dos usuários por meio de parcerias com a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), com o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), assim como a própria instituição também fornece vagas para estágio, o que acarreta uma complementação da renda familiar. Além disso, segundo a coordenadora as atividades, “[...] promovem momentos de integração e socialização, autocontrole, através da comunicação não violenta” (IEDC, Formulário de dados, 2022).

Quanto aos principais resultados alcançados pela prática, no que se refere às expressões de autonomia e protagonismo dos sujeitos em suas ações, decisões, atitude, a participante da pesquisa representante da prática pesquisada no IEDC, afirma que “[...] cada usuário é único e dessa forma, cada um tem sua singularidade e as mudanças acontecem através do comportamento em casa, na escola, respeito aos pais e professores, situações essas relatadas pelos pais” (IEDC, 2022).

Quanto aos resultados em relação às perspectivas, condições de vida para os usuários, vislumbra-se a melhoria nas condições de vida dos mesmos, através de parcerias com a UEPG, CIEE, para inclusão dos adolescentes em práticas de estágio remuneradas, o que contribui para o complemento da renda familiar. No que se refere a multiplicação da vivência tida no projeto, afirma-se que as ações do projeto promovem momentos de integração e socialização, autocontrole, através da comunicação não violenta (IEDC, 2022).

Quanto a avaliação da prática realizada, “[...] todo ano cada usuário e

familiar preenchem um questionário de avaliação onde podemos verificar se nossas atividades estão sendo bem aceitas e graças a Deus o feedback é ótimo” (IEDC, 2022). Dentre as dificuldades elencadas no processo avaliativo da prática está a participação das famílias.

Perfil do público atendido

A Guarda Mirim recebe, dentre seus usuários, crianças e adolescentes de 6 a 18 anos completos, sendo estes: 155 usuários de 6 a 13 anos e 72 usuários de 14 a 18 anos. Dos 328 cadastros registrados, 101 cadastros estão inativos e 227 estão ativos (FASPG, 2022).

Além dos usuários registrados, participam também suas famílias, que buscam o fortalecimento de vínculos e convivência comunitária, e que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Todos são de nacionalidade brasileira e residentes da zona urbana do município de Ponta Grossa, mais especificamente dos bairros Periquitos, Colônia Dona Luíza, Jardim Carvalho, Nova Rússia, Neves, Olarias e Ronda.

Destas crianças e adolescentes que possuem cadastro ainda ativo, 2 usuários recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e 88 recebem Auxílio Brasil⁷. Dentre o total de usuários, 221 aderiram às atividades por procura espontânea; 2 foram encaminhados pelas demais políticas públicas e 4 deles foram encaminhados pelo CRAS.

São crianças e adolescentes de ambos os sexos, pardos, brancos e negros e possuem escolaridade entre ensino fundamental incompleto a ensino médio incompleto. O público é composto de estudantes que possuem vínculo de trabalho como aprendizes.

A composição familiar do grupo varia de monoparental chefiada por mulheres, reconstituída, nuclear, adotiva e casais homossexuais com crianças, sendo que estas possuem renda inferior a 1 / 2 salário mínimo até 1 salário mínimo, além daquelas que não possuem renda.

Os usuários fazem parte de diferentes grupos *prioritários* para o atendimento: 170 usuários de medidas de proteção do ECA, 46 usuários por Violência/Negligência, 2 por Abuso/ Exploração Sexual, 1 devido à situação de rua, 5 por que são pessoas com deficiência, 2 por que estavam fora da escola/Defasagem Escolar, e 1 não *prioritário*. Tais são provenientes de territórios dos

⁷ Programa social de transferência direta e indireta de renda, destinado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país (Brasil, 2022).

seguintes CRAS: Vila XV, com 105 usuários; Nova Rússia, com 34 usuários; Coronel Cláudio, com 22 usuários; 31 de Março, com 15 usuários; Cará-Cará, com 18 usuários; Sabará, com 11 usuários; Vila Isabel, com 7 usuários; Santa Luzia, com 5 usuários; Jardim Carvalho, com 4 usuários e Paraíso, com 4 usuários.

Desafios e possibilidades para a efetivação da Política Pública de Assistência Social numa perspectiva emancipatória

Silva (2008) expõe que as instituições de educação têm a capacidade de incorporar valores, normas e comportamentos que são socialmente instituídos, construindo sua própria forma de organização. Estes espaços são mediadores das esferas cotidianas e não-cotidianas. Assim:

[...] podemos afirmar que a práxis educacional, eminentemente socializadora, humana, na qual se insere o sujeito coletivo (histórico, relacional, ontológico e dotado de vontade concreta), é prática mediadora das (im)possibilidades relacionadas à alienação (estranhamento) e à reflexão-ação críticas. Em tal prática social se faz presente, inevitavelmente, o ser social (Silva, 2008, p. 99).

A partir das informações coletadas na instituição, entende-se que esta possui práticas que contribuem para rupturas em determinados elementos que compõem a situação de subalternidade dos sujeitos atendidos pela mesma. Tais rupturas se dão dentro da ordem capitalista e dos valores vigentes na sociedade.

De acordo com Luiz (2005, p.133-134), rupturas moleculares:

Nas lutas cotidianas, nos procedimentos metodológicos, nas expressões políticas e culturais são possibilidades de ampliação de perspectivas, nas dimensões próximas daqueles que as buscam. São as mediações possíveis de se concretizar, transposições e passagens que buscam a elevação de situações de subalternidade às de protagonismo.

A emancipação se dá pelos instrumentos da razão autônoma no sentido de elevação do conhecimento e consciência crítica, “[...] processos de desenvolvimento da autonomia e do protagonismo consciente de grupos” e uma ação política consciente (Luiz, 2005, p.117).

Por meio de atividades que buscam refletir sobre as emoções e o modo de expressá-las percebeu-se que a subjetividade de cada indivíduo é um elemento considerado relevante para a instituição. Para que se possa refletir sobre o caráter emancipatório de tal, munir-se-á das contribuições do pensamento gramsciano, à luz do que dispõe Semeraro (1999).

Conforme Semeraro (1999, p. 74), “Gramsci funda a noção de subjetividade na “filosofia da práxis”, uma concepção na qual os homens são sujeitos reais da história e não instrumentos passivos de determinações materiais ou espirituais”. Deste modo, compreende-se que trabalhar no sentido do fortalecimento da subjetividade, implica em estimular suas próprias visões de mundo, contribuindo para que o sujeito possa empreender práticas na sua realidade, enquanto um sujeito autônomo e protagonista de sua própria história; ou seja, consciente de si e do mundo que o cerca.

Cabe ressaltar que o desenvolvimento da autonomia e protagonismo está em consonância com o objetivado pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, bem como no referido documento também estão preconizadas a convivência social e familiar e a formação para participação e cidadania (Brasil, 2014, n.p.).

As atividades são pensadas em conjunto com os usuários do serviço, levando em consideração seus interesses e suas potencialidades. Para além da participação das crianças e adolescentes no processo de planejamento das atividades, a instituição também realizou o levantamento de demandas emocionais - principal elemento trabalhado pela instituição - por meio de pesquisa aplicada aos usuários (IEDC, 2022).

Tal fato demonstra a postura investigativa por parte da equipe, de modo que esta busca conhecer de forma mais aprofundada as reais demandas do público atendido, a fim de a partir delas planejar as ações em vista do protagonismo juvenil. Guerra (2009) aponta a importância da dimensão investigativa para a intervenção profissional, uma vez que permite o mergulho na realidade posta do sujeito da referida intervenção.

A prática pesquisada também promove atividades para a resolução de conflitos por meio de círculos restaurativos e da comunicação não violenta que:

[...] busca todas as habilidades disponíveis de comunicação verbal, escrita ou falada e não verbal (gestos, expressões faciais ou

corporais, imagens ou códigos) tudo que busca criar compaixão e empatia para fortalecer as conexões humanas (Dantas *et al.*, 2022, p. 23).

Observar sem julgar, identificar e assumir a responsabilidade pelos sentimentos e expressar-se de forma nítida e objetiva são itens fundamentais para a aplicação da CNV. Reforça-se que estas posturas vão ao encontro do proposto pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais para o SCFV no sentido de fortalecer os vínculos familiares e comunitários (Brasil, 2014).

Ainda há que se considerar que, associado ao trabalho educativo voltado às subjetividades das crianças e adolescentes público alvo da prática investigada, também há a inserção dos adolescentes no mercado de trabalho, o que fortalece a referida prática em vista da garantia de seus direitos, neste caso do direito ao trabalho que contribui para a conquista da autonomia dos adolescentes.

Tomando como ponto de partida a teoria social de Karl Marx, para compreender o conceito de trabalho na sociedade moderna capitalista, temos que este é a categoria fundante da vida social humana, da construção das relações sociais e individuais, configurando-se na essência concreta do ser humano enquanto ser social. Esse mesmo trabalho que configura o ser humano e o diferencia dos demais animais, na sociedade capitalista, é o que assegura à classe trabalhadora meios para a sobrevivência, mediante condição de assalariamento.

Assim, numa sociedade repleta de desigualdades, dentro de um modelo de produção onde a renda é distribuída de maneira desigual, observamos com frequência as expressões da questão social, através de diferentes vulnerabilidades e situações de subalternidade. Pode-se caracterizar subalternidade, segundo Silva, Galeto e Batista (2020, p.4), como “[...] grupos que estão em condições de exploração ou que não possuem os meios para atingir uma condição de vida plena [...]”. Esses meios se dão a partir do trabalho e das relações produzidas por ele. Um dos grupos sociais que é amplamente atingido por essas mazelas são os jovens, que vivem, muitas vezes, às margens da sociedade, atingidos pela instabilidade e pela precarização das relações trabalhistas e pela pressão social, imersos nesses ciclos de vulnerabilidade.

A vulnerabilidade está relacionada à juventude, segundo Abramovay (2009) e Alves (2017) *apud* Silva, Galeto e Batista (2020, p.5) da seguinte forma:

[...] vulnerabilidade está relacionada ao trabalho, justamente devido às exigências do mercado e dos novos modos de produção que contribuem para que os jovens enfrentem maiores dificuldades relacionadas a instabilidade empregatícia, ao crescimento do mercado informal, à precarização do trabalho e ao desemprego.

Esses diferentes fatores de vulnerabilidade atingem e abalam todas as esferas da vida social dos jovens, comprometendo diversas etapas do desenvolvimento pessoal e coletivo. Embora não seja efetivamente colocada em prática, devido aos mecanismos excludentes da sociedade e do Estado, a inserção das populações vulneráveis no mercado de trabalho é um dos objetivos da assistência social, conforme a Lei 8.742/1993 – LOAS – Lei orgânica de Assistência Social, em seu Art. 2º, inciso I, alínea c: “[...] a promoção da integração ao mercado de trabalho”, pois conforme preconiza ainda a referida lei, no parágrafo único do mesmo artigo:

Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais (Brasil, 1993, n. p.).

A LOAS traz também a constituição do público usuário da Política de Assistência Social, definindo quem são esses usuários, descritos como “cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: [...] (pessoas em) inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal [...]” demonstrando como o trabalho é essencial na esfera social dos indivíduos, e também como sua precarização pode trazer risco e vulnerabilidade a vida destes, reforçando a importância de se garantir esse direito fundamental para a execução plena da cidadania.

O trabalho é peça fundamental de garantia de direitos e de dignidade de vida humana, sendo citado na Constituição Federal de 1988, no Art. 1º, nos fundamentos da Constituição de um Estado Democrático de Direito, como “IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa”.

Após compreendermos a importância do trabalho para a sociedade, trazendo paralelamente seu caráter essencial para a juventude, podemos observar que, no âmbito da prática investigada realizada pela Instituição Guarda Mirim, há a contribuição desta para a inserção de alguns e seus usuários no mundo do trabalho, por meio de estágios realizados dentro e fora da ins-

tituição, favorecendo também a autonomia material e a complementação da renda familiar dos mesmos, fator esse relevante na perspectiva da conquista da emancipação social desses jovens na sociedade capitalista.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Dados Abertos. **Auxílio Brasil. 2022**. Disponível em: <https://dados.gov.br/dados/conjuntos-dados/auxilio-brasil> Acesso em: 25 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm Acesso em 25 out. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília. Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS. 2014.

DANTAS, A. J. G; *et al.* **Comunicação Não Violenta - CNV: Solução de conflitos**. Facit Business and Technology Journal, v.1, n.38, p. 22-28. 2022.

FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PONTA GROSSA. **Relatório Mensal de Atendimento (RMA): Guarda Mirim**. Ponta Grossa, 2022. Disponível em: <https://redeassocialpg.wordpress.com/2022/10/14/rma-dos-cras-creas-e-centro-pop-referentes-ao-mes-de-agosto-22/>. Acesso em:25 out. 2022.

GUERRA, Y. **A dimensão investigativa no exercício profissional**. In: **CFESS (org.)**. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília, p. 1-19. 2009.

INSTITUTO DUQUE DE CAXIAS. **Formulário de Dados da Pesquisa respondido pela instituição**. IEDC, 2022.

LUIZ, D. E. C. Rupturas Moleculares Emancipatórias: **A Potencialidade da Prática do Serviço Social. 2005. 283 f.** Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2005.

PONTA GROSSA, SOMOS O INSTITUTO EDUCACIONAL DUQUE DE CAXIAS. **Instituto Duque de Caxias, 2022a**. Disponível em: <https://ied-cpg.org.br/quemsomos/>. Acesso em: 09 de set 2022.

PONTA GROSSA, Instituto Educacional Duque de Caxias. **Projeto “Educação Emocional”**. 2022b. Disponível em: <https://iedcpq.org.br/projeto-educacao-emocional/>. Acesso em: 17 out. 2022.

SEMERARO, G. **Da sociedade de massa à sociedade civil: A concepção da subjetividade em Gramsci**. Revista Educação & Sociedade. Ano XX, n. 66, p. 65-83. 1999.

SILVA, E. P. **As concepções de subjetividade em Gramsci e Lukács e a práxis educacional**. Revista Trabalho & Educação, v.17, n.2, p.89-102. 2008.

SILVA, S. C e; GALETO, P. H.; BATISTA, R. K. **Juventude, Mundo do Trabalho e Vulnerabilidade Social: O Desemprego Juvenil no Brasil como uma Expressão da Condição de Subalternidade da Classe Trabalhadora**. Revista Emancipação, Ponta Grossa, v. 20, p. 1-11. <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/14836/209209213675>. Acesso em: 24 out. 2022.

TOCAR-TE: UMA PRÁTICA SOCIAL DESENVOLVIDA PELA INSTITUIÇÃO LUA NOVA

Alexandre Douvan

Bruna Fernanda Itaoui

Camila Thaís Skodowski

Danuta Estrufika Cantoia Luiz

Introdução

No âmbito do estudo, como já explanado anteriormente, foram avaliadas oito práticas consideradas exitosas e, aqui em específico, trata-se do projeto Tocar-te, desenvolvido pela instituição Lua Nova.

O projeto Tocar-te, desenvolvido na Instituição Lua Nova, atende 80 pessoas, entre crianças e adolescentes, todas brasileiras de origem urbana e residentes no bairro Boa Vista, onde a instituição tem sede. O objetivo da prática⁸ é possibilitar o fortalecimento de vínculos e desenvolver habilidades de trabalho em equipe através da pedagogia Montessoriana. Dos 80 usuários da prática estudada, 35 são meninas e 45 são meninos. A faixa etária se estratifica da seguinte maneira: 62 usuários têm de 6 a 12 anos e 18 usuários têm de 13 a 17 anos.

Os dados foram coletados por meio da aplicação de um questionário respondido pelas responsáveis pela prática: uma pedagoga e uma assistente social, no segundo semestre de 2022. Num segundo momento, os pesquisadores foram até a instituição, onde o questionário foi novamente respondido de forma a sanar dúvidas que surgiram na interpretação das respostas. Neste texto, fez-se a opção de utilizar aspas para expor declarações de cunho qualitativo feitas pelas respondentes, de modo a deixar claro que se trata da visão que essas profissionais têm do trabalho desenvolvido no Tocar-te. Já nas respostas de cunho descritivo, optou-se pela exposição em discurso direto em segunda pessoa.

No cotidiano das atividades da prática Tocar-te, tanto o planejamento quanto as oficinas são direcionadas pelas orientadoras sociais. Ao todo são

⁸ Neste texto o Projeto Tocar-te passa a ser referido como "prática" para dar ênfase no objeto de pesquisa, que foca, especialmente, na prática desenvolvida na instituição Lua Nova.

10 profissionais, todas mulheres, que integram a equipe. Três delas atuam em serviços gerais, duas são orientadoras sociais, uma é cozinheira, uma assistente social, uma psicóloga, uma coordenadora administrativa, e uma arte educadora.

Além de suas formações acadêmicas, a própria instituição Lua Nova desenvolve projetos de formação continuada às suas profissionais. Entre os aprimoramentos que destacam está o estudo nas áreas metodológica (prática montessoriana), social (direitos), saúde (primeiros socorros), temáticas mensais (Setembro Amarelo, Junho Violeta, entre outros ao longo do ano).

Já em relação à divulgação do Toçar-te e suas atividades, estas são realizadas por meio de relatórios de atendimentos mensais, bem como a divulgação em nossas redes de comunicação, como Facebook, Instagram, Grupos de WhatsApp, entre outros.

Perfil do público atendido

Os dados mostram que a prática atende a todas as faixas etárias que se propõe, ou seja, crianças dos seis anos até adolescentes de 17 anos de idade. Devido à ampla diferença de idade entre os usuários, suas escolaridades vão do início do ensino fundamental ao ensino médio incompleto.

O Toçar-te atende os usuários de segunda a sexta-feira nos períodos matutino e vespertino. Em cada período, 40 usuários são atendidos em contraturno aos seus horários escolares. Em cada turno são oferecidas de duas a três refeições diárias. De acordo com as responsáveis, a prática é acessível a todos os usuários, sem necessidade de transporte ou adaptação dos espaços.

Sobre o perfil étnico dos usuários, as respondentes do questionário explicam que não possuem esses dados do público atendido. No momento do cadastro de novos usuários, é uma pergunta que acaba não ocorrendo.

Já em relação à composição familiar dos usuários do projeto, nota-se diversidade, abrangendo os modelos monoparentais chefiados por mulheres ou por homens, reconstituída, nuclear, extensa ou adotiva. O que é mais recorrente é o sistema monoparental chefiado por mulheres.

A renda familiar das pessoas atendidas abrange algumas faixas. Há aqueles que não têm renda e recebem o Auxílio Brasil, outros recebem até meio salário mínimo sem o auxílio e, ainda, os que se encontram na faixa de um a dois salários mínimos. A média de renda familiar é de um a dois salários

mínimos. Essa renda é familiar, ou seja, não provém do trabalho remunerado dos usuários da prática, os quais são estudantes.

A prática atende seu público-alvo através de encaminhamentos de outras instituições, como o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Vila Isabel, Conselho Tutelar Norte, Colégio Estadual Linda Bacila, Escola Municipal Prefeito José Bonifácio Guimarães Vilela. Também recebe encaminhamentos pela rede de ensino e por demanda espontânea. Neste último caso, as redes sociais da instituição são um caminho, além de forma presencial. De acordo com as responsáveis pela prática, parte dos usuários conhecem o projeto pela divulgação realizada pelos próprios atendidos.

O público atendido pela da prática é constituído por crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e, dessa maneira, os critérios para seleção das pessoas atendidas vão ao encontro daqueles em situação *prioritária* do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

Desafios e possibilidades para a efetivação da Política Pública de Assistência Social numa perspectiva emancipatória

No questionário e na visita à instituição não foram relatadas dificuldades para o desenvolvimento das atividades. Porém, é pontuada pela instituição, que há rotatividade de usuários no SCFV, atrelando isso ao impedimento de criação de vínculo. No entanto, abrem-se diversas possibilidades com as atividades ofertadas, tal qual objetivo é prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social e fortalecer os vínculos de convivência familiar e comunitária junto aos usuários.

A estrutura da instituição atende às necessidades dos usuários, o quadro de funcionários é suficiente e a prática ainda recebe apoios voluntários externos, como profissionais que se dispõem a colaborar de forma sazonal (psicólogos, psiquiatras e dentistas etc.). Quando são realizados passeios ou visitas técnicas com os usuários, a instituição conta com parceiros externos para viabilizar o transporte, como o Serviço Social do Comércio (SESC) e a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), por exemplo. No caso de visitas domiciliares, que eventualmente podem acontecer, possuem veículo próprio.

Quando necessário, a instituição também realiza encaminhamentos para acesso a direitos às políticas públicas, tais como: encaminhamento para

CRAS da área de abrangência para realização de documentação civil de forma gratuitamente, atualização de cadastro único visando a inserção em benefícios sociais e encaminhamento para rede de saúde, sobretudo atenção básica à saúde, sobressaindo o serviço de odontologia. Há parceria/interlocução com outras instituições, como o SESC através de edital, para que os adolescentes sejam beneficiados com oficinas de letramento e raciocínio lógico.

Na prática, ainda são trabalhados temas sobre diversidade bem como temas norteados pelos eixos do SCFV como: Convivência Social, Participação e Direito de Ser. Paralelo a isso, são trabalhados temas sobre práticas colaborativas, tendo por embasamento o “Eu e o Outro”, possibilitando entretenimento, ludicidade, lazer, autonomia, liberdade, socialização, conhecimento e aprendizados diversos, além de reflexões sobre gentileza, respeito e importância que o próximo possui em nossas vidas.

Atualmente, o público atendido participa de espaços organizativos e possui formas de auto-organização voltadas para os responsáveis, como oficinas de artesanato, clube de mães e Geração de Renda. A prática inscrita também incentiva a participação do público atendido através da participação na Conferência Municipal de Assistência Social.

São desenvolvidas ações em busca de autonomia material e de pensamento através da construção conjunta das oficinas entre as orientadoras e os usuários, como na livre escolha dos temas a serem trabalhados nas oficinas esportivas, artísticas, trabalhos manuais, diversidade cultural.

Com os elementos trabalhados na prática acima listados, torna-se claro o direcionamento interdisciplinar (pedagogia e serviço social) que objetiva dar recursos para que os indivíduos atinjam a condição de autonomia. Os trabalhos se desenvolvem em duas frentes. Na primeira delas os usuários são instigados ao desenvolvimento intelectual e interpessoal a partir do que descrevem como “entretenimento, ludicidade, lazer, autonomia, liberdade, socialização, conhecimento e aprendizados diversos, além de reflexões sobre gentileza, respeito e importância que o próximo possui em nossas vidas”. Esses elementos são alinhados com o incentivo à participação política em espaços públicos extra instituição, como conferências municipais. Caminha-se no sentido da ação autônoma descrita por Gramsci (Schlesener, 2016), para quem os sujeitos em condição de subalternidade devem ocupar os ambientes de produção cultural com suas próprias perspectivas e, além disso, possuírem voz ativa no debate político.

A segunda frente de trabalho diz respeito às condições materiais de existência, que se evidenciam nos espaços organizativos para geração de renda. Essas duas frentes caminham em conjunto para a reunião de elementos que contribuem com processos emancipatórios dos indivíduos na perspectiva gramsciana, como também esclarece Yazbek (2006).

Com base no exposto, é perceptível a reunião de condições que a prática analisada possui. Ainda que não seja possível inferir quais os efeitos sobre os usuários, nota-se que a complexidade do trabalho desenvolvido pode ser analisado por meio de categorias teóricas voltadas ao estudo das condições sociais e políticas dos grupos em condição de subalternidade.

Elementos essenciais da prática Tocar-te

As atividades desenvolvidas no Tocar-te contam com oficinas que “proporcionam o fortalecimento de vínculos com os usuários por meio de atividades e brincadeiras dirigidas pelas orientadoras sociais, norteadas sempre pelos eixos do SCFV: Convivência Social, Participação e Direito de Ser”, como relatam as respondentes. Elas prosseguem observando que “além das oficinas, a prática também conta com os momentos livres e de brincadeiras nos espaços externos da instituição, de modo que a imaginação das crianças e adolescentes sejam estimuladas, podendo criar e reproduzir como, por exemplo, brincadeiras com cordas e bolas, pique esconde, pinturas livres ou brincadeiras com objetos sensoriais, jogos esportivos, desenhos e pinturas com tintas”. Todas estas atividades são desenvolvidas com o intuito de possibilitar entretenimento, ludicidade, lazer, autonomia, liberdade, socialização, conhecimentos e aprendizados diversos.

O planejamento e o desenvolvimento das atividades seguem a metodologia montessoriana, que se caracteriza pela ênfase na autonomia e por proporcionar liberdade de acordo com o desenvolvimento natural das habilidades da criança (Montessori, 1965). Desse modo, no âmbito da prática analisada, as responsáveis afirmam que planejam “as oficinas junto aos usuários”, e são “voltadas para a descontração, motivação, autonomia, liberdade e lazer”. Assim, “as atividades são voltadas ao protagonismo das crianças e adolescentes como sujeitos de direitos”. Nesse sentido, meninas e meninos são seres ativos em seus próprios processos de aprendizagem.

Essas atividades, que têm como fundamento a promoção da autonomia e reconhecimento do outro, podem ser enquadradas como um elemen-

to que caracteriza práticas de caráter emancipatório. Considera-se, aqui, a emancipação como um termo carregado de símbolos, e cujo principal é o rompimento de tutelas, sejam tutelas de governos autoritários, do patrulhamento moral e ideológico e na forma de se organizar em sociedade (Luiz, 2013). Isso, porém, não quer dizer que a prática analisada como um todo ou as orientadoras dos usuários vão os emancipar, garantir-lhes autonomia, uma vez que esse processo não se dá dessa maneira. A conquista da autonomia é um processo de ação que implica nas relações individuais e coletivas, que diz respeito ao grupo que se encontrava na condição de subalternidade, (Yazbek, 2006) e que não reúnem as condições de se expressar dentro de suas próprias perspectivas (Schlesener, 2016) devido às tensões provocadas pelas ideias hegemônicas.

Entende-se, portanto, que a autonomia dos sujeitos é conquistada a partir de uma processualidade que envolve a tomada de consciência sobre o lugar que ocupa na sociedade e as razões para tanto, e as possibilidades de organização social e política que contribuem com processos emancipatórios. Diante desse quadro, os sujeitos ou grupos em condição de subalternidade podem se instrumentalizar às possibilidades de mudança, sendo por meio de sua auto organização que se vislumbra as possibilidades de desenvolver a autonomia com vistas à emancipação do pensamento e da ação.

Considerado esse elemento, há de se prestar atenção à relação entre a possível conquista da autonomia associada ao modelo pedagógico adotado. Pinto e Molina (2014) observam que a autonomia está associada com a independência de agir, isto é, com a possibilidade de escolha do que fazer e de execução da atividade. Dessa maneira, cabe ao professor, ao orientador social ou outro profissional que esteja em contato com o usuário oferecer-lhe os meios para que desenvolva suas próprias habilidades e seus próprios pensamentos. As autoras complementam que:

A autonomia em Montessori, portanto, nasce do despertar desta aspiração interna pelo trabalho constante, a partir da qual a criança pode pensar, pode escolher, pode mover-se para o seu próximo estágio, pode experimentar uma variedade de coisas que a fascinam, que despertam a sua verdadeira curiosidade, podendo, inclusive, escolher trabalhar ou não, sendo essa escolha também expressão de sua autonomia e de seus desígnios pessoais (Pinto; Molina, 2014, online).

Aplicado ao contexto analítico que este trabalho propõe, amparado pelas categorias de autonomia e emancipação, o incentivo à autonomia de organização é constante, devido ao modelo organizativo que coloca os usuários da prática como protagonistas das atividades, desde sua concepção até a finalização. Para além disso, a autonomia de pensamento recebe incentivos na medida em que a diversidade de ideias e a pluralidade das formas de existir são trabalhadas, isto é, cultiva-se o respeito à individualidade ao mesmo tempo em que se promove a integração em torno de objetivos comuns:

O homem produz sua individualidade e sua visão de mundo na medida em que interage com os outros e com o meio em que vive, pode-se dizer que “cada um transforma a si próprio, se modifica, na medida em que transforma e modifica todo o conjunto de relações do qual ele é o centro de ligação”, de modo orgânico e complexo (Schlesener, 2016).

Outro elemento agregador da prática analisada é o trabalho em rede, metodologia para que o acesso aos serviços socioassistenciais seja fortalecido, estimulando a proteção social para as meninas e os meninos. Esse tipo de trabalho é previsto pela Política Nacional de Assistência Social (PNAD) de 2014, tratando-se também sobre o vínculo entre as entidades de Assistência Social e demais parcerias, sendo elas também da assistência social (seja qual for o nível de complexidade ou hierarquia) ou de outros serviços encaminhados pela rede socioassistencial. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) realizado na rede é previsto na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (organizado por níveis de complexidade do SUAS) inserido na Proteção Social Básica.

Mais que um espaço de avaliação e solução de problemas, a rede se constitui enquanto uma importante estratégia metodológica. Para Kern (2015, p. 2):

Quando falamos em redes, falamos em sujeito individual e coletivo. A sociedade se organiza a partir do trabalho em redes. Quando o sujeito busca o suprimento de suas necessidades, ele se constitui individualmente, mas o trabalho em redes o acolhe como sujeito social, portanto coletivo. O Estado também, necessariamente, precisa se articular em rede para efetivar as políticas públicas. Neste sentido, a concepção humana de estar com o outro, significa que somos movidos ao relacionamento com o mundo que nos rodeia. Buscamos recursos que necessitamos, não só para a subsistência material, mas somos afetivamente

dependentes das relações que estabelecemos. No dia a dia é comum confundirmos o sentido de rede com teia. Rede, então é a instância instituída, ao passo que, a teia é o fio – relação que se conecta à mesma, construída de acordo com as suas necessidades.

A rede possibilita o incremento dos trabalhos das organizações que potencializa a autonomia dos sujeitos com os quais atuam. Isso porque a construção e a implementação de ações intersetoriais criam caminhos de diálogo entre os diferentes campos de atuação (educação, saúde, assistência social, cultura). Dessa forma, cada integrante contribui com sua bagagem de trajetória profissional, fortalecendo as ações e as atividades, fugindo do viés apenas tecnicista voltado ao trabalho singular. A rede, nesse sentido, se coloca enquanto um espaço de diálogo plural e diverso, proporcionando trocas de conhecimentos de produção e de atuação. De forma coletiva, diversos atores sociais atuam juntos em determinadas situações:

A operacionalização da política de assistência social em rede, com base no território, constitui um dos caminhos para superar a fragmentação na prática dessa política. Trabalhar em rede, nessa concepção territorial, significa ir além da simples adesão, pois há necessidade de se romper com velhos paradigmas, em que as práticas se construíram historicamente pautadas na segmentação e na focalização (PNAS, 2004, p. 20).

Cria, portanto, contextos de co-participação, onde todos os implicados conseguem construir soluções e assumir responsabilidades. Com a rede, há também possibilidade de participação política da sociedade. O SUAS (operacionalizado pelo trabalho em rede) possibilita, numa perspectiva de superação do ajustamento social e do positivismo, um rompimento com as práticas sociais fragmentadas, levando a um trabalho horizontal e dinâmico (Kern, 2015). Reforça-se a cidadania, a autonomia e a identidade, pois nela o sujeito se entende também a partir do resgate do seu sentimento de pertencimento social.

Considerações finais

Os elementos descritivos da prática demonstram que o *Tocar-te* se estrutura com base em articulações teóricas que orientam à autonomia dos indivíduos e grupos, como é o caso da pedagogia montessoriana. Essa estruturação voltada a fornecer subsídios para a autonomia é explicitada na prática pelas atividades desenvolvidas e pelos resultados alcançados.

Em primeiro momento, com base no conhecimento teórico pedagógico e do SCFV, promove-se o diagnóstico das carências e potencialidades de cada sujeito que ingressa na prática para, em seguida, fornecer os insumos necessários para que o indivíduo possa ser o protagonista de seu desenvolvimento físico e intelectual. Respeitadas as limitações de desenvolvimento de cada idade, os usuários são estimulados a pensar, organizar e desenvolver suas atividades com vistas aos objetivos propostos, com a presença do trabalho em rede. Compreende-se que sob esse tipo de orientação, aliada ao fornecimento de informações diversas sobre direitos, saúde etc., os sujeitos encontram bases para desenvolver o pensamento crítico, a autonomia, elementos fundamentais no desenvolvimento de processos emancipatórios.

Quanto aos resultados das ações desenvolvidas, foram pontuados os seguintes tópicos:

- Vulnerabilidade: Após identificar necessidades, construir junto aos usuários opções de enfrentamento mediante fortalecimento de vínculos.
- Autonomia/protagonismo: Criar um ambiente interativo e participativo, trazendo um crescimento intelectual e humanístico.
- Multiplicação da vivência tida na prática: Estimula o desenvolvimento de potencialidades, construindo novos projetos de vida e contribuindo para a formação desses jovens enquanto cidadãos de direito.
- Evasão e permanência: Através do relatório mensal consegue-se acompanhar a frequência. Destacaram-se alguns fatores que os usuários deixam de frequentar o serviço: mudança de endereço devido guarda/tutela, separação dos responsáveis e tráfico de drogas.

As profissionais da instituição ainda avaliam a prática inscrita pontuando a contribuição que a mesma possui, de fazer com que os usuários exerçam participação social. Assim, o protagonismo das crianças e adolescentes potencializam pessoas mais autônomas e comprometidas socialmente.

Por fim, a prática visa promover condições para atender as contingências sociais e mediar o acesso aos direitos sociais. Assim, junto a instituição objetiva prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social às famílias, aos indivíduos e aos grupos.

Referências

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; **Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**. Brasília: Ministério do desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

BRASIL. **Tipificação nacional de serviços socioassistenciais**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Secretaria Nacional de Assistência Social, 2014.

KERN, Francisco Arseli. **A rede como estratégia metodológica de operacionalização do SUAS**. In: I Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social. Florianópolis: Repositório Institucional UFSC, 2015.

LUIZ, Danuta E. Cantoia. **Emancipação e Serviço Social: a potencialidade da prática profissional 2a Ed.** Ponta Grossa: Editora UEPG, 2013.

MONTESSORI, Maria. **Pedagogia científica: a descoberta da criança**. São Paulo: Flamboyant, 1965.

PINTO, Alexandra Rodrigues; MOLINA, Olga. **Grandes temas em Montessori: Autonomia**. Centro de Educação Montessori de São Paulo, Online, 2014. Disponível em: <http://www.metodomontessori.com.br/blog/grandes-temas-em-montessori-autonomia>. Acesso em: 18 set. 2022.

SCHLESENER, Anita Helena. **As novas condições da subalternidade**. In: Grilhões invisíveis: as dimensões da ideologia, as condições da subalternidade e a educação em Gramsci. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 2006.

ANÁLISE DA PRÁTICA SOCIAL DESENVOLVIDA NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DA ALDEIA ESPÍRITA DA CRIANÇA DR. DAVID FEDERMANN

Camila Sopko

Danuta E Cantoia Luiz

Maria Iolanda de Oliveira

Oswaldo Malta Callegari

Paloma Machado Graf

Pedro Fauth Manhães Miranda

Introdução

Este relato apresenta resultados da pesquisa “Análise de práticas desenvolvidas pelos órgãos/entidades de atendimento que prestam serviços socioassistenciais à política municipal de Assistência Social do município de Ponta Grossa” desenvolvida pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais em parceria com o Núcleo de Educação Permanente dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social de Ponta Grossa – NEP/SUAS-PG. O recorte do presente estudo refere-se à prática realizada no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV da Aldeia Espírita da Criança Dr. David Federmann.

A Aldeia é uma unidade do Instituto Educacional Duque de Caxias – IEDC. De acordo com o disposto no site da instituição (IEDC, 2022), o IEDC nasceu da iniciativa do Sr. Epaminondas Xavier de Barros (“Seu Barros”) em 14 de julho de 1965. É uma instituição assistencial e educacional que desenvolve programas de atendimento a crianças e adolescentes, bem como às suas famílias em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social.

Tem como missão: garantir a excelência na execução de serviços assistenciais e educacionais levando à promoção integral de crianças e adolescentes em vulnerabilidade e risco pessoal e social.

Pauta o desenvolvimento de suas atividades nos seguintes valores: ética, comprometimento, solidariedade, inclusão social, valorização do ser humano, responsabilidade socioambiental, fazer acontecer, crescer e evoluir juntos.

Sua estrutura institucional teve início com a Escola de Guardas Mirins Tenente Antônio João, sua primeira unidade departamental. Atualmente o IEDC conta com mais três unidades departamentais e a Escola Maria Dolores, de ensino regular para pessoas de 07 a 58 anos na modalidade de ensino especial para o público com deficiências múltiplas.

A Aldeia Espírita da Criança Dr. David Federmann, fundada em 21/09/1981, por 32 anos prestou atendimento na modalidade de acolhimento institucional. No ano de 2013, iniciou um trabalho no contra turno social e foi renomeada como Escola de Guarda Mirins General Aldo Bonde⁹. Atualmente a Aldeia Espírita da Criança Dr. David Federmann, que funciona de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 16:30h, é um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, atendendo crianças e adolescentes de 06 a 17 anos, bem como suas famílias em situação de vulnerabilidade e risco social.

De acordo com informações do site da IEDC sobre o histórico da instituição:

Todas as crianças que participarem do projeto tem a oportunidade de desenvolverem seus potenciais, auxiliando no resgate da autoestima e valorização pessoal, melhorando significativamente o relacionamento interpessoal com a convivência saudável entre a comunidade e seus familiares (IEDC, 2022).

Para tanto, visa preventivamente evitar que crianças e adolescentes vivenciem situações de vulnerabilidade social como: isolamento, abandono, discriminação e violência, promovendo o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, tratando esta convivência enquanto direito social, bem como oferecer projetos de atividades esportivas, de lazer, artísticas, culturais e sociais.

Conforme a pesquisa realizada pelo Núcleo Temático Estado e Políticas Públicas – UEPG, a Aldeia Espírita da Criança Dr. David Federmann, enquanto unidade departamental do IEDC, segue a mesma missão e pauta

⁹ Durante 32 anos a sua modalidade foi acolhimento institucional, mas 2013 iniciou o trabalho com contra turno social, renomeado como Escola de Guardas Mirins “General Aldo Bonde” (IEDC, 2022). Mas, segundo informações verbais obtidas com a assistente social, a instituição continua sendo denominada de Aldeia Espírita Cristã da Criança Dr. David Federmann devido à personalidade jurídica desta e da referida Escola de Guarda Mirins ser a mesma.

seu trabalho nos mesmos valores do Instituto.

A prática analisada neste trabalho refere-se ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, que objetiva fortalecer os vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária.

Perfil do público atendido

O público atendido pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, é composto por 178 crianças e adolescentes, todas elas brasileiras, residentes na região urbana que, conforme quadro 1 abaixo, em sua maioria estão na faixa etária de 06 a 10 anos e são do sexo masculino.

Quadro 1 - Público atendido/usuários.

Faixa etária	Sexo		Total
	Fem.	Masc.	
06 a 10 anos	38	32	70
11 a 13 anos	29	36	65
14 a 17 anos	16	27	43
Total geral	83	95	178

**Fonte: Aldeia Espírita da Criança Doutor David Federmann.
Organizado pelos pesquisadores.**

No tocante à raça, os usuários são predominantemente caucasianos, totalizando 174 brancos e apenas 04 pardos.

Em relação ao ano escolar em curso, aponta-se que estar inserido no sistema educacional é um dos critérios obrigatórios para o ingresso e atendimento da instituição. Deste modo, 54 usuários cursam o ensino médio, enquanto 124 estão no ensino fundamental. Todos, portanto, estudam e alguns são estagiários ou aprendizes.

A instituição atende crianças e adolescentes que residem no bairro de Uvaranas, sendo sua área de abrangência todas as Vilas que integram este bairro. Verifica-se no Quadro 2 abaixo que, no período da pesquisa, os atendimentos abrangiam 22 Vilas, sendo quase metade das 178 crianças e adolescentes atendidas, residentes no Jardim Paraíso, perfazendo um total de 82 crianças e adolescentes e as demais 96 crianças e adolescentes residiam nas 21 Vilas conforme disposto no quadro.

**Quadro 2 - Área de abrangência institucional - Bairro de Uvaranas -
Local de residência dos usuários/Vilas.**

Vila	Nº usuários	Vila	Nº usuários
1. Cará-Cará	03	12. Londres	09
2. Coronel Cláudio	02	13. Marina	02
3. Costa Rica	06	14. Neves	03
4. Francelina	03	15. Panamá	07
5. Jardim Castanheira	03	16. Parque dos Pinheiros	05
6. Jardim Centenário	03	17. Recanto Verde	05
7. Jardim Paraíso	82	18. Rubini	12
8. Jardim Pontagrossense	04	19. San Martin	01
9. Jardim Primavera	02	20. São Francisco	08
10. Jardim Progresso	12	21. 31 de Março	03
11. Lagoa Dourada	01	22. Tropeiros	02
Subtotal	121		57
Total geral	178		

Fonte: Aldeia Espírita da Criança Doutor David Federmann.Organizado pelos pesquisadores.

Quanto a composição das famílias do público atendido, não houve a informação quantitativa de como estas se configuram, porém se verifica na resposta desta questão que, as famílias majoritariamente têm composição Monoparental (chefiadas por mulheres), seguida por Reconstituída (após a separação conjugal), Nuclear (com pai, mãe e filhos) e Extensa (incluindo três ou quatro gerações). E ainda, conforme relatado pela assistente social responsável, nenhum dos usuários atendidos é adotado, tem pais homossexuais ou provém de família Anaparental (sem pais, formadas apenas pelos irmãos).

Referente à renda familiar, categoria também sem dados quantitativos, observou-se que, numa ordem decrescente, há famílias com renda de: 01 salário mínimo¹⁰ a 01 salário mínimo e meio; famílias que recebem Auxílio Brasil¹¹; e famílias que recebem o Benefício de Prestação Continuada –

¹⁰ Conforme publicado no Diário Oficial da União de 02/06/2022, pela Lei nº 14.358 de 1º de junho de 2022, o valor do salário mínimo para o ano de 2022 era de R\$ 1.212,00.

¹¹ O Programa Auxílio Brasil foi instituído pela Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021 que conforme Art. 1º Parágrafo Único da lei "constitui uma etapa do processo gradual e progressivo de implementação da universalização da renda básica de cidadania" e foi instituído "no âmbito do Ministério da Cidadania,

BPC¹².

O ingresso na instituição se dá pela busca espontânea, ou seja, os usuários buscam a instituição por indicação de colegas que já a frequentam, pelas informações dos banners alocados pela instituição no CRAS do Jardim Paraíso, na UBS¹³, no Mercado Pão de Mel e na Farmácia, no período da pandemia. E também, por encaminhamento do CRAS, do Conselho Tutelar, da ONG Francisclara Resgate da Criança e da Família, e do Sistema Judiciário.

Caracterização da prática

As principais atividades realizadas pela Aldeia Espírita da Criança Dr. David Federmann, consistem em: Atividades Culturais - Banda musical, Projeto de Artesanato, Projeto Ambiental; Atividades Educacionais - lives interativas, de fornecimento de Kits sócio pedagógicos (no período de pandemia, para crianças sem acesso à internet), projeção de vídeos, realização de círculo restaurativo com abordagem de diversas temáticas e Atividades Físicas. Todas direcionadas à promoção e ao desenvolvimento de relações de afetividade, da convivência em grupo e do autoconhecimento. Além dessas

executado por meio da integração e da articulação de políticas, de programas e de ações direcionadas:

I - ao fortalecimento das ações do Sistema Único de Assistência Social (Suas);

II - à transferência direta e indireta de renda;

III - ao desenvolvimento da primeira infância;

IV - ao incentivo ao esforço individual; e

V - à inclusão produtiva rural e urbana, com vistas à emancipação cidadã.

E os valores dos benefícios do Auxílio Brasil correspondem a: "Benefício Primeira Infância (BPI): pago por criança, no valor de R\$ 130,00, para famílias que possuam em sua composição crianças com até 36 (trinta e seis) meses incompletos. Benefício Composição Familiar (BCF): pago por pessoa, no valor de R\$ 65,00, para famílias que possuam em sua composição: a) gestantes; b) nutrizes e/ou c) pessoas com idade entre 3 (três) e 21 (vinte e um) anos incompletos. A família apenas receberá esse benefício relativo a seus integrantes com idade entre 18 (dezoito) e 21 (vinte e um) anos incompletos se estiverem matriculados ou concluído a educação básica. Para as gestantes o benefício será encerrado após a geração da 9ª (nona) parcela. Para a concessão do BCF às nutrizes é preciso que a família atualize no Cadastro Único a informação do nascimento da nova criança antes de ela ter completado 7 meses de vida. E o pagamento do benefício se encerra após a sexta parcela. Benefício de Superação da Extrema Pobreza (BSP): valor calculado de forma que a renda per capita da família, após o recebimento do BPI e do BCF, supere o valor da linha de extrema pobreza, fixada em R\$ 105,00 mensais por pessoa. No caso de a família receber BPI e/ou BCF, esses valores serão somados à renda familiar quando for calculado o valor do BSP da família. O valor mínimo pago a cada membro da família é de R\$ 25,00. Famílias unipessoais em situação de extrema pobreza também são elegíveis ao BSP. Benefício Compensatório de Transição (BCOMP): concedido para famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família que tiverem redução no valor total dos benefícios que recebiam do Programa, após a migração do Bolsa Família para o Auxílio Brasil." (Brasil, 2021)

12 Benefício de Prestação Continuada – BPC, previsto na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, é a garantia de um salário mínimo por mês ao idoso com idade igual ou superior a 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade.

13 Unidade Básica de Saúde - é a porta de entrada preferencial do Sistema Único de Saúde (SUS).

atividades, são trabalhados temas sobre diversidade, sexualidade, *bullying*, discriminação, racismo e valores colaborativos, de forma lúdica, por meio de palestras, entre outras formas.

Constituem-se como demandas das crianças e dos adolescentes atendidos questões relacionadas à situação de vulnerabilidade e risco social a que são submetidos, tais como: carência afetiva, consumo de drogas no âmbito da família, desemprego de responsável familiar, que requerem acompanhamento psicológico (o qual não é ofertado pela instituição), como também demandas relacionadas a valores cívicos, senso de pertencimento e principalmente à saúde e orientação sobre higiene.

Uma dificuldade destacada pela equipe de profissionais é a falta de um profissional de psicologia para atuar no atendimento das crianças e adolescentes que necessitam de apoio e atenção, bem como para a equipe ampliar o desenvolvimento de projetos relacionados às emoções, sentimentos e educação sexual.

O desenvolvimento das atividades se dá pelo planejamento pedagógico individual mensal, elaborado pelos educadores sociais de cada turma, uma vez que estas são divididas por faixa etária. No planejamento pedagógico é considerada a realidade social de cada usuário e o mesmo é apresentado à pedagoga responsável, o qual após a aprovação pedagógica é executado pela equipe com a realização das atividades planejadas. Ressalta-se que as atividades realizadas pela Aldeia são avaliadas pelos alunos, pais e pela FASPG¹⁴ que envia uma avaliação anual referente a pesquisa socioassistencial, a partir da qual se faz uma devolutiva sobre as atividades executadas.

A equipe é qualificada para as atividades desenvolvidas e composta por 17 funcionários, dentre estes 01 assistente social e 01 pedagoga, educadores sociais, funcionários administrativos e serviços gerais.

A instituição possui site próprio para a divulgação de sua história, notícias, ações e atividades que realiza, as quais também são divulgadas por meio das redes sociais Facebook e Instagram.

No atendimento prestado, há uma parceria com a Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, para a participação dos adolescentes no Programa Adolescente Aprendiz¹⁵.

¹⁴ Fundação de Assistência Social de Ponta Grossa.

¹⁵ Programa de aprendizagem da Fundação de Assistência Social de Ponta Grossa que capacita adolescentes/jovens para encaminhá-los ao mercado de trabalho. É voltado a pessoas de 14 a 21 anos inseridas em algum programa social.

Para a participação dos usuários no SCFV, desde o segundo semestre de 2022, a instituição repassa passagens custeadas pelo município para o transporte coletivo, como também oferece três refeições diárias durante o período em que os usuários estão na instituição. Quando necessário, a equipe profissional realiza encaminhamentos para o CRAS¹⁶, CAPS¹⁷ infantil, mercado de trabalho, etc...

Na concepção da equipe profissional que atua no SCFV, as atividades realizadas pela instituição possibilitam o fortalecimento dos vínculos familiares, das relações interpessoais, a melhora da qualidade de vida do público atendido, do cuidado com a saúde, bem como a inserção no mercado de trabalho. A equipe acredita também que as práticas são eficientes e necessárias para assegurar às crianças e adolescentes a proteção social básica e a garantia de direitos.

Desafios e possibilidades para a efetivação da Política Pública de Assistência Social numa perspectiva emancipatória

Historicamente no Brasil, a assistência social no decorrer dos anos, em sua trajetória sempre foi relacionada às práticas de ajuda, caridade e filantropia, cuja base está “[...] na formação social patrimonialista e na estrutura socioeconômica concentradora de riqueza [...]” (Brasil, 2007, p.7) o que a levou ser desenvolvida sob a forma de ações em favor dos mais necessitados.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 – CF/88, a assistência social adquire o status de política pública e integra o Sistema de Seguridade Social, juntamente com as políticas de Saúde e da Previdência social, passando a ser direito do cidadão e dever do Estado.

Regulamentada pela Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (Brasil, 1993), a assistência social, no Art. 1º:

[...] é Política de Seguridade social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

16 Centro de Referência de Assistência Social - que é uma unidade responsável pela oferta de serviços de proteção básica do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, nas áreas de vulnerabilidade e risco social.

17 Centro de Atenção Psicossocial – Infantil que compõe a rede de atenção à saúde mental de seu município-sede. É voltado ao atendimento de crianças e adolescentes portadores de transtornos mentais severos e persistentes e, ou, dependentes de álcool ou outras drogas.

Com esta definição se introduz a questão dos mínimos sociais visando o atendimento às necessidades básicas dos cidadãos.

Vale ressaltar, portanto que:

A ideia de mínimos sociais no contexto das políticas sociais supõe a construção de políticas de caráter universalistas de proteção social nas quais se insere a definição de patamares mínimos, em termos de um conjunto de bens e serviços, assegurados a todos os cidadãos com vistas ao atendimento de suas necessidades básicas. Esta noção vai muito além dos mínimos de pobreza, colocados nos limites da sobrevivência pela maioria dos programas sociais no país (Macêdo, 1999, p.16-17).

Desta forma, na política de Assistência Social é preponderante a ideia de que se deve ofertar o mínimo necessário para que o sujeito inicie o processo de emancipação.

A PNAS/2004¹⁸ aprovada pelo CNAS¹⁹ em setembro de 2004, estrutura a assistência social em níveis de proteção, favorece a:

[...] localização de uma rede de serviços a partir das áreas de maior vulnerabilidade e riscos e, ao centrar-se na família, recoloca em foco a composição dos direitos socioassistenciais integrados ao núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social [e] ultrapassa a visão de atenção aos mais pobres e recoloca seu foco nas necessidades sociais a partir dos níveis de proteção social básica e especial (Brasil, 2007, p. 16-17).

O SUAS²⁰ materializando os princípios, diretrizes e os eixos estruturantes da PNAS/2004, com enfoque na proteção social, organizada em atenção básica e especial, se operacionaliza em níveis de complexidade: Proteção Social Básica e Especial, de Média e Alta Complexidade, partindo do reconhecimento da Assistência Social como direito social reclamável e de responsabilidade do Estado.

Vale lembrar que a proteção social concernente à Assistência Social:

[...] se ocupa do enfrentamento de vulnerabilidades, riscos, vitimizações, fragilidades e contingências ocasionadas a indivíduos e famílias na trajetória de seu ciclo de vida; por decorrência de questões sociais, econômicas, políticas e de ataques à dignidade humana (Brasil, 2007, p.18).

18 Política Nacional de Assistência Social

19 Conselho Nacional de Assistência Social

20 Sistema Único de Assistência Social

Deste modo, é importante salientar que referente ao enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais.

Nesse sentido:

[...] para uma aproximação ao universo dos usuários dos serviços de assistência, é fundamental, portanto, que se considere a diversidade interna das classes subalternas, seus limites, fragilidades, e sua força como constitutivos de sua própria condição de classe. [...] conhecer os elementos críticos e históricos presentes no cotidiano desse caminhar, no plano real e no plano simbólico, é uma forma de aproximação ao processo de consolidação/ruptura da própria subalternidade (Yasbeck, 2006, p.70).

Dentre os enfrentamentos propostos para a assistência enquanto política pública emerge as expressões vulnerabilidade e risco que na PNAS/2004, têm centralidade no seu desenho e estrutura estando: “[...] associados às situações as quais os sujeitos estão expostos [...] São fundamentais para definir o público da assistência social, as situações que competem à área e o nível de atenção em que o sujeito está inserido” (Alvarenga, 2012, p. 28).

Integrando a rede de serviços socioassistenciais, a Aldeia Espírita da Criança David Federmann, presta o Serviço de proteção social básica, através de uma prática que visa o desenvolvimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social, fomentando a inclusão social e envidando esforços para sua promoção integral e desenvolvimento de potencialidades.

Para tanto, o serviço prestado é o de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV que, conforme a Tipificação de Serviços Socioassistenciais, tem natureza preventiva e proativa, pautando-se “[...] na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social.” (Brasil, 2014, p.16).

Assim, busca desenvolver ações com o propósito de constituir espaços de convivência, de formação para a cidadania e o fortalecimento da convivência familiar e comunitária, por meio de atividades que são realizadas com ênfase no desenvolvimento do protagonismo e autonomia, bem como de estímulo à convivência social e participação cidadã.

Tornando possível aos usuários: a acolhida de seus interesses, de suas necessidades e demandas, prestando orientação, informação e realizando encaminhamentos; experiências de convívio que contribuem para o fortalecimento dos vínculos familiares, comunitários e sociais e de desenvolvimento da autonomia; e vivências pautadas no respeito próprio e aos outros com fundamento em princípios éticos; bem como o desenvolvimento da autoestima, de relação e convivência em grupo, identifica-se que, na efetivação da política de assistência social, a instituição ofertando o SCFV contribui para:

- a redução da ocorrência de situações de vulnerabilidade social;
- a prevenção de ocorrência de riscos sociais;
- o acesso a demais serviços socioassistenciais;
- a ampliação dos direitos sociais;
- a melhoria na qualidade de vida dos usuários e suas famílias.

Desta forma, se pode inferir que positivamente, que a prática realizada se constitui num importante trabalho de assegurar acesso aos direitos propiciando vivências para o protagonismo social.

Entretanto, há vários desafios a serem enfrentados para efetivação da Política de Assistência Social, de modo geral, dentre os quais se pode destacar: fomentar a autonomia, a consciência crítica, o exercício da cidadania dos usuários e suas famílias numa perspectiva emancipatória; articular o que preconiza a PNAS/SUAS com as demandas dos usuários; superar a compreensão da assistência situada no plano da carência para o campo da cidadania como política pública; e atuar concretamente na perspectiva da equidade respeitando as diferenças.

Considerações Finais

A Assistência Social como política pública, requisita mudança na cultura e forma de execução das ações no sentido de convalidar direitos de cidadania dos usuários, tratando-os e considerando-os como cidadãos que pensam e pleiteiam o atendimento de suas necessidades, com resolutividade e como direito socioassistencial.

Isto exige qualidade de atenção, conforme determina a lei, com a superação da prática da benemerência para uma prática que tem por base a equidade e busca desenvolvimento humano, fortalecendo a autonomia do indivíduo e promovendo a participação social e o exercício da cidadania.

Neste sentido, a pesquisa demonstrou que a Aldeia Espírita da Criança Dr. David Federmann, unidade do Instituto Duque de Caxias, busca na execução do SCFV promovendo a atenção integral de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, assegurando a proteção social pela provisão de condições dignas de desenvolvimento da autonomia e identidade social, como um direito social.

Referências

ALVARENGA, M. S. **Risco e vulnerabilidade: razões e implicações para o uso na Política Nacional de Assistência Social**. 2012. Dissertação (Mestrado em Política Social). Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/6497>. Acesso em: 07 nov. 2022.

BRASIL. **Diário Oficial da União. Seção 1**. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=515&pagina=1&data=02/06/2022&totalArquivos=212>. Acesso em: 14 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021**. Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil; Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114284.htm. Acesso em 14 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993**. LOAS. Lei Orgânica de Assistência Social. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742compilado.htm. Acesso em: 07 nov. 2022.

BRASIL. SUAS: **Sistema Único de Assistência Social/produzido e organizado por Luziele Tapajós, José Ferreira da Crus, Simone Aparecida Albuquerque - Brasília**: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2007. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Catalogo/Suas_-_Os_desafios_da_assistencia_social.pdf. Acesso em: 07 nov. 2022.

BRASIL. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 2014. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 07 nov. 2022.

IEDC – Instituto Educacional Duque de Caxias. **Aldeia da Criança “Dr. David Federmann”**. Disponível em: <https://iedcpg.org.br/aldeia/> Acesso em: 10 nov. 2022

MACÊDO, M. de A. **Necessidades humanas e mínimos sociais: uma reflexão crítica.** In Revista O Social em Questão. Rio de Janeiro: Editora PUC – Rio. Ano 3, n. 4 - 1/2000. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=365&post%5Fdata=user%3Dnil%26UserActiveTemplate%3Dnil%26sid%3D43&sid=43>. Acesso em: 07 nov. 2022.

YASBEK, M. C. **Classes subalternas e assistência social.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

ANALISE DA PRÁTICA SOCIAL DESENVOLVIDA NO GRUPO DE MULHERES FORÇA E UNIÃO PELO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DO CRAS CARÁ-CARÁ

Anna Isabela Ringvelski Costa

Felipe Ricardo Biscaia

Silmara Carneiro e Silva

Introdução

O presente resumo é uma apresentação dos dados/resultados obtidos por meio da pesquisa “Análise de práticas desenvolvidas pelos órgãos/entidades de atendimento que prestam serviços socioassistenciais à política municipal de assistência social do município de Ponta Grossa” promovida pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais em parceria com o Núcleo de Educação Permanente dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social de Ponta Grossa – NEP/SUAS-PG.

Aqui serão considerados os dados do Grupo de Mulheres – Força e União, desenvolvida na modalidade de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos pelo CRAS Cará-Cará do município de Ponta Grossa, por isso são apontados como dados parciais, tendo em vista que a pesquisa no geral compreende outras entidades/serviços que farão parte do relatório final da pesquisa. Neste texto, foram considerados os dados coletados via questionário, mas a coleta de dados da pesquisa, em geral, aconteceu por meio de um questionário enviado às instituições que se inscreveram para participar do estudo e de realização de visitas institucionais.

Caracterização da prática

O CRAS Cará-Cará é um equipamento público de assistência social do município, localizado à Rua Medeiros de Albuquerque, 276 - Oficinas,

Ponta Grossa – PR. O referido equipamento inscreveu uma de suas práticas na pesquisa “Análise de práticas desenvolvidas pelos órgãos/entidades de atendimento que prestam serviços socioassistenciais à Política Municipal de Assistência Social do município de Ponta Grossa” por considerá-la uma prática exitosa no conjunto dos serviços socioassistenciais que ofertam para a população em contexto de vulnerabilidade social de sua região de abrangência. O Serviço Socioassistencial inscrito foi o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) desenvolvido pelo CRAS junto de um grupo de mulheres. O objetivo da referida prática se constitui em:

Compartilhar informações com o grupo do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo – SCFV. Especialmente o Grupo de Mulheres – Força e União, desenvolvido quinzenalmente no CRAS Cará-Cará, através do repasse de informações sobre os direitos socioassistenciais, para que as usuárias percebam-se como cidadãs e, através das informações recebidas, saibam onde e quando podem acessar os seus direitos e de sua família (CRAS Cará-Cará, Questionário, 2022).

Verifica-se que o objetivo do respectivo grupo está focado em um trabalho de socialização de informações sobre direitos. Tal socialização se dá por meio do repasse de informações sobre direitos sociais às participantes do grupo, a fim de que as usuárias do serviço se fortaleçam enquanto cidadãs e protagonizem ações em busca do acesso a esses direitos e a recursos a eles correlatos. A demanda para o desenvolvimento da referida prática foi a do desconhecimento parcial por parte das mulheres atendidas no CRAS em relação aos seus direitos socioassistenciais. Para compor o público atendido pelo grupo, *priorizou-se* aquelas que se enquadrassem na faixa etária do Serviço de Convivência e de Fortalecimento de Vínculos para jovens, adultos e idosos residentes no território de abrangência do CRAS. As atividades desenvolvidas são as seguintes: repasse de informações sobre os direitos socioassistenciais, com o objetivo de que as participantes se percebam como cidadãs e, com as informações recebidas, saibam onde e quando podem acessar os seus direitos e da sua família. Também, além das informações técnicas são realizadas atividades de trocas de experiências utilizando como instrumento mediador atividades de arte criativa.

As atividades são desenvolvidas quinzenalmente, construídas coletivamente através das demandas indicadas pelas usuárias do serviço e avaliadas a cada encontro realizado. Os profissionais atuantes possuem formação em Psicologia, Serviço Social e Instrutora de Arte e Ofício. As atividades são

divulgadas durante a realização dos atendimentos e acompanhamentos técnicos. A prática é considerada acessível a todas as participantes, não sendo necessário nenhuma adaptação, em termos de acessibilidade, na proposta para o atendimento ao público a que se destina. São disponibilizados vale-transporte e alimentação às participantes. As demandas mais recorrentes apresentadas pelo grupo são de documentação civil, habitação, saúde, educação e ainda de situações diversas a serem atendidas pelo Centro de Referência de Assistência Social.

O serviço mantém parceria e interlocução com outras instituições, sendo as seguintes: Unidade Básica de Saúde (UBS), educação e outras instituições da rede socioassistencial.

Nas atividades desenvolvidas são trabalhados temas relacionados ao gênero, raça, etnia e diversidades políticas e ainda temas voltados a práticas colaborativas, como práticas solidárias e de ajuda mútua, através de atividades, dinâmicas de grupo, rodas de conversa e palestras. Entre os participantes da prática não há nenhum que participa de espaços organizativos como clubes, associações, fóruns, conselhos, pastorais etc. Durante as atividades realizadas é feito um trabalho de incentivo à participação, tanto em espaços intra como extra instituição, mas não há adesão do grupo. A questão da busca por autonomia de pensamento, expressão de ideias e culturais é vivenciado através da livre expressão no âmbito do grupo. Não há registro referente a elementos que levem à autonomia material, relacionada diretamente à prática.

A atividade é desenvolvida nas dependências do CRAS e a equipe de trabalho é formada por uma profissional técnica de referência, uma instrutora de arte e ofício e estagiários do curso de Serviço Social. A principal possibilidade que se abre em face do grupo a partir das atividades realizadas estão relacionadas ao trato das mulheres na reivindicação de direitos. Durante as atividades de arte criativa desenvolvidas são abordadas questões da trajetória de vida das mulheres e tais são consideradas no planejamento das atividades. Ainda, durante as atividades, são trabalhados temas voltados ao conhecimento dos serviços tipificados da política de assistência social, dos equipamentos, e da própria política de Assistência Social e Direitos.

A equipe responsável pela prática observa que, ao longo das atividades, a transmissão de informações tem levado as mulheres a levantarem novos questionamentos antes não identificados pelo CRAS. Além disso, elas passaram a buscar ativamente seus direitos, demonstrando maior auto-

mia e protagonismo na conquista do acesso a esses direitos. A equipe ainda considera que os resultados das atividades surtiram efeitos não somente nas mulheres do grupo como também em suas famílias e na vizinhança, indiretamente.

Deste modo, o serviço não teve seus efeitos limitados apenas às usuárias participantes do SCFV, abrangendo suas famílias, conhecidos e vizinhança. Assim, a equipe considera que a prática desenvolvida junto ao grupo de mulheres Força e União, através do SCFV no CRAS Cará-Cará, tem contribuído para a ampliação do atendimento e acompanhamento dos usuários e suas famílias, visando autonomia e protagonismo.

Perfil do público atendido

A fim de traçar um perfil geral das usuárias atendidas pela respectiva prática de grupo desenvolvida pelo CRAS, a seguir apresentam-se informações sobre diferentes elementos que caracterizam quem são, de onde vêm e quais suas principais características pessoais e sociais.

O grupo atende a um total de 39 mulheres, sendo que todas são brasileiras, residentes na área urbana nos bairros Cará-Cará, DER e de Guaragi. O grupo é formado por mulheres acima de 18 anos, havendo mulheres jovens de até 29 anos, mulheres de 30 a 59 anos e idosas de 60 anos ou mais. Quanto à escolarização, entre o público atendido encontram-se desde mulheres não alfabetizadas até mulheres com ensino médio incompleto. É importante atentar-se ao fato de inexistir usuárias que tenham acessado o ensino superior, o que indica a focalização da referida prática em mulheres excluídas desse direito, o que é uma questão histórica no país. Populações vulneráveis socialmente no Brasil tem sua trajetória marcada por exclusões educacionais também. Quanto à questão de gênero todo grupo é formado por mulheres cis, ou seja, aquelas que se identificam, em todos os aspectos, ao gênero atribuído no nascimento (Bahia, Defensoria Pública, 2022; Moraes; Rodrigues, 2022).

Quanto à questão étnico-racial o CRAS não possui um perfil das mulheres, conquanto sinalizaram que no geral são brancas. Neste ponto, indica-se a importância da realização desse perfil uma vez que, por meio deste, é possível identificar com maior precisão características culturais e históricas que podem ter efeitos na situação de vulnerabilidade experienciada pelas mulheres pertencentes ao grupo – uma vez que o Brasil é um país em que

o racismo é estrutural e institucional e a política de assistência social tem o papel de enfrentar as múltiplas formas de exclusão social no trato com seus usuários e na relação com a sociedade em geral e no poder público.

A composição familiar das participantes na sua maioria é monoparental (chefiada por mulheres), reconstituída (após a separação conjugal), extensa (incluindo três ou quatro gerações) e unipessoal (apenas uma pessoa, como uma viúva, por ex.). Depreende-se da composição familiar a presença de diferentes arranjos e, ainda, que todas as mulheres convivem em arranjos familiares diversos daquele de família nuclear (pai, mãe, filhos). Quanto à renda familiar, há uma variação que vai desde famílias sem renda até famílias que recebem um salário mínimo e meio mensal, havendo também famílias sem renda que recebem o Benefício de Prestação Continuada²¹ e ou Auxílio Brasil²². São mulheres vulneráveis economicamente, que não trabalham ou realizam trabalho doméstico (em sua própria residência), não possuem ocupação e/ou são aposentadas ou pensionistas. Das que trabalham fora de casa, todas são trabalhadoras informais.

Conforme prevê a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, o referido grupo de mulheres se enquadra em três modalidades etárias, seja de adultos entre 18 a 59 anos, seja de idosos com 60 anos ou mais, e tem uma especificidade que é o recorte de gênero, atendendo exclusivamente mulheres, o que demonstra uma preocupação da equipe em particularizar a prática para demandas deste grupo especialmente, qualificando a intervenção nesta perspectiva.

O recorte de gênero, neste caso, é um diferencial assegurado pela dinâmica local de trabalho do CRAS. Destaca-se a importância deste tipo de organização do serviço, pois permite tratar de questões inerentes ao cotidiano de vida das mulheres com mais liberdade, favorecendo a criação de espaço propício para a formação de um diálogo autônomo e seguro entre elas. A seguir, o perfil *prioritário* para o SCFV, de ambas faixas etárias:

21 O Benefício de Prestação Continuada – BPC, previsto na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, é a garantia de um salário mínimo por mês ao idoso com idade igual ou superior a 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade. No caso da pessoa com deficiência, esta condição tem de ser capaz de lhe causar impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo (com efeitos por pelo menos 2 anos), que a impossibilite de participar de forma plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil, Ministério da Cidadania, 2022).

22 O Auxílio Brasil integra em apenas um programa várias políticas públicas de assistência social, saúde, educação, emprego e renda. O novo programa social de transferência direta e indireta de renda é destinado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. Além de garantir uma renda básica a essas famílias, o programa busca simplificar a cesta de benefícios e estimular a emancipação dessas famílias para que alcancem autonomia e superem situações de vulnerabilidade social (Brasil, Ministério da Cidadania, 2022).

JOVENS DE 18 A 29 ANOS:

- Jovens pertencentes a famílias beneficiárias de programas de transferências de Renda; - Jovens em situação de isolamento social; - Jovens com vivência de violência e, ou negligência; - Jovens fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 (dois) anos; - Jovens em situação de acolhimento; - Jovens egressos de cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto; - Jovens egressos ou vinculados a programas de combate à violência, abuso e, ou exploração sexual; - Jovens egressos de medidas de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA; - Jovens em situação de rua; - Jovens em situação de vulnerabilidade em consequência de deficiências.

ADULTOS DE 30 A 59 ANOS:

- Adultos pertencentes a famílias beneficiárias de programas de transferências de Renda; - Adultos em situação de isolamento social; - Adultos com vivência de violência e, ou negligência; - Adultos com defasagem escolar; - Adultos em situação de acolhimento; - Adultos vítimas e, ou vinculados a programas de combate à violência e exploração sexual; - Adultos em situação de rua; - Adultos em situação de vulnerabilidade em consequência de deficiências.

IDOSOS(AS) COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 60 ANOS, EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, EM ESPECIAL:

- Idosos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada; - Idosos de famílias beneficiárias de programas de transferência de renda; - Idosos com vivências de isolamento social por ausência de acesso a serviços e oportunidades de convívio familiar e comunitário e cujas necessidades, interesses e disponibilidade indiquem a inclusão no serviço.

Quanto à inserção das mulheres no grupo, estas são recebidas por demanda espontânea, o que não impede o encaminhamento institucional como via de acesso ao serviço, reforçando-se a perspectiva do CRAS como porta de entrada para a política de assistência social, em consonância com o que preconiza a Política Nacional de Assistência Social - PNAS e o Sistema Único de Assistência Social – SUAS (equipamento público fundamental para que populações vulneráveis passem a ser protegidas socialmente pela referida política de assistência social). Esse acolhimento para o grupo se dá através

de escuta técnica qualificada, realizada pela equipe profissional do CRAS, efetivando-se a segurança de acolhida prevista na tipificação. Maynard *et al.* (2014, p. 301), ao tratarem da escuta no campo da saúde, cuja prática é tradicional entre seus profissionais, afirmam:

A escuta e o diálogo são habilidades próprias dos seres humanos, sendo comum a concepção da escuta como apenas o ouvir, levando a acreditar que a escuta é instintiva. É uma ferramenta essencial para que o usuário seja atendido na perspectiva do cuidado como ação integral; por meio dela, é possível a construção de vínculos, a produção de relações de acolhimento, o respeito à diversidade e à singularidade no encontro entre quem cuida e quem recebe o cuidado (Maynard *et al.*, 2014, p. 301).

Sanches e Silva (2019, s/p) questionam a escuta no campo da assistência social e ao fazê-lo apontam que “[...] dentro desse campo escuta-se a vida como ela é. A vida que não é passível de ser recortada”. Eis a importância de se trabalhar nos grupos de convivência e fortalecimento de vínculo a escuta qualificada e o diálogo em favor da autonomia e protagonismo de seus participantes.

Desafios e possibilidades para a efetivação da Política Pública de Assistência Social numa perspectiva emancipatória

A partir do exposto, verificou-se que a referida ação trata de uma prática em consonância com um dos objetivos deste tipo de serviço socioassistencial, conforme preconiza a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Considera-se que o objetivo do grupo está em consonância, especialmente, com o seguinte objetivo previsto na tipificação, quando se trata do grupo de 30 a 59 anos: “Oportunizar o acesso às informações sobre direitos e sobre participação cidadã, estimulando o desenvolvimento do protagonismo dos usuários; [...]” (Brasil, 2009, p. 21). E, quando se refere aos idosos, compreende-se que o referido grupo atende ao objetivo de “propiciar vivências que valorizam as experiências e que estimulem e potencializem a condição de escolher e decidir, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia e protagonismo social dos usuários” (Brasil, 2009, p. 21).

A Tipificação também estabelece o desenvolvimento de ações intergeracionais, o que coaduna com a proposta da prática (visto que se assinalou a

faixa etária das usuárias atendidas de 18 até 60 anos ou mais). A intergeracionalidade é importante pois, segundo Tarallo *et al.* (2017, p. 424), fortalece a comunicação, o relacionamento e “[...] a permanente troca de ideias entre indivíduos de diferentes faixas etárias, favorecendo a formação e a consolidação de vínculos sociais que permitem, aos sujeitos dessa relação, enriquecer seus conhecimentos e adquirir experiências de vida.” Isto posto, evidencia-se a potencialidade que a atividade intergeracional apresenta neste grupo de mulheres enquanto uma prática de reconhecimento coletivo e fortalecimento de vínculos, para além da desconstrução de preconceitos relativos à idade e o proporcionamento do respeito à diversidade (Tarallo *et al.*, 2017).

Um aspecto relevante a ser analisado nos dados colhidos da pesquisa é em relação ao perfil do tipo de vínculo de trabalho das usuárias atendidas pelo serviço, do qual se apontou que são mulheres em situação de vulnerabilidade econômica, que não possuem ocupação e/ou realizam trabalho doméstico na própria residência, são aposentadas ou pensionistas ou trabalham na informalidade (CRAS Cará-Cará, 2022). Assim sendo, verifica-se o perfil vulnerável na questão da inserção no mundo do trabalho.

Vínculos, de modo geral, são fundamentais na experiência dos indivíduos. Eles asseguram proteção em face dos riscos do cotidiano e o reconhecimento da existência e da identidade. A proteção diz respeito ao conjunto de recursos que o indivíduo pode acionar a partir das instituições em que ele se insere, tais como família, comunidade local, ambiente profissional ou Estado. Quando falamos de reconhecimento, referimo-nos à percepção do indivíduo em relação à sua estima e à sua valorização no âmbito das interações sociais nas quais se insere (Guimarães *et al.*, 2020).

Prover vínculos, prover integração ao indivíduo e a comunidades é assegurar-lhes proteção e reconhecimento. Quando as condições de integração são desiguais, tanto entre grupos quanto em relação ao formato e aos elementos desta integração, como é o caso do trabalho precário ou informal observado como característica das usuárias atendidas pelo serviço, a tendência é de reprodução da vulnerabilidade e da pobreza.

Assim, numa situação concreta, quando uma mulher ou um grupo possui uma inserção de trabalho que não lhe dá, por exemplo, possibilidade para planejar uma saída de casa e/ou um afastamento do trabalho para acessar serviços públicos sem prejuízo de sua renda e condições mínimas de reprodução, há aí, possivelmente, um elemento da rede de integração que está fragilizado e que estará determinando não só a limitação do acesso a recur-

so, como também estará deixando de ser um catalisador, uma possibilidade de ruptura molecular (Luiz, 2011).

À vista disso, cabe aqui a discussão sobre o conceito de subalternidade. Segundo Schlesener (2016), para Gramsci, um grupo subalterno é aquele que, sob condição de dominado para as classes hegemônicas - os burgueses -, ainda não se organizou de forma concreta como classe e politicamente, encontrando-se fragmentado. A autora Yazbek (2006) também discute a subalternidade com fundamentos em Martins, que aponta o termo em seu sentido amplo e que se encontra em constante processo de atualização, alcançando grupos crescentes com o passar dos anos. Nisso, inserem-se os trabalhadores, “[...] cujo trabalho não é suficiente para garantir seu próprio sustento e o de sua família, como os desempregados e grupos sem condições de obtenção dos meios para subsistir”. (Yazbek, 2006, p. 70). Portanto, além de se verificar o perfil vulnerável destas mulheres na questão da inserção no mercado de trabalho, verifica-se também o seu perfil subalterno.

Esse pode ser um ponto a ser trabalhado pelo grupo em articulação com os demais serviços da assistência social e da política do trabalho no município, especialmente quando se leva em consideração a discussão sobre gênero e mercado de trabalho e o que a Lei 8.742/1993, Lei Orgânica da Assistência Social, em seu Art. 2º, inciso I, alínea c prevê como um dos objetivos da referida política pública “[...] a promoção da integração ao mercado de trabalho”.

Historicamente, mulheres se encontram em condições desiguais de acesso ao trabalho em relação aos homens. Isso pode ser verificado no estudo de Schneider (2009), que aponta que as mulheres estão entre a maioria das trabalhadoras domésticas, além do seu índice de carteira assinada ser baixo em relação aos homens. Desta forma, certifica-se que este público ocupa categorias de trabalho mais precárias.

Apesar de a desigualdade de gênero no mercado de trabalho não ser o foco da discussão desta pesquisa, cabe salientar que esses são pontos relevantes a serem considerados quando se põe em pauta articulações com os serviços da política de assistência social e a política de trabalho, tendo como fim a superação dos níveis de subalternidade no que tange ao aspecto ocupação em trabalhos informais ou desemprego destas mulheres.

É importante destacar, na prática desenvolvida pelo grupo, a escuta de suas participantes. Interpretar adequadamente a vida tal como apresentada

pelo sujeito que a vivência é uma condição para uma interação saudável e propiciadora de diálogos autênticos. Silva Sanches e Silva (2019, n. p.):

[...] o que se apresenta ao técnico atuante nos diferentes equipamentos do SUAS são narrativas complexas e múltiplas, não capturáveis pelos discursos acadêmicos (representados pelos técnicos) nem pela própria discursividade da política (presentes nos documentos que a materializam).

Este elemento é relevante considerando ser um aspecto fundamental para a superação de determinados níveis de subalternidade. A história é, via de regra, contada pelos grupos hegemônicos. Saber ouvir a história dos grupos subalternos e colaborar para que ela seja contada por quem a protagoniza é fundamental na direção da superação dos processos de subalternização dos grupos vulneráveis e a política de assistência social tem esse papel enquanto uma política que deve assegurar o protagonismo dos sujeitos sociais em vista do alcance de um patamar digno de cidadania. Afinal, pode o subalterno falar? O subalterno pode até falar, mas se sua fala não é reconhecida, legitimada e se seus direitos não são assegurados na perspectiva da plena emancipação dos indivíduos sociais, ainda que fale, ainda que fale, pode e, na maioria das vezes, se mantém na subalternidade. Por isso, a necessária direção das ações na perspectiva da garantia de direitos em vista da superação de níveis cada vez mais alargados de subalternidade, haja vista que a plena emancipação, exigiria a superação do atual modo de produção.

Neste processo histórico, a garantia de direitos, as políticas públicas e inscritas no conjunto de políticas, enquanto uma política social, a assistência social atua na perspectiva de tornar o indivíduo alcançável pelos demais direitos sociais; ou seja, alcançável pelas demais políticas públicas sociais, como saúde, educação, esporte, lazer, etc. alcançando melhores condições para alcançar a sua emancipação social, a sua autonomia individual, mesmo que inscrito numa sociedade de classes.

A categoria emancipação pode ser bem entendida na obra de Montañó e Duriguetto (2010) que, ancorados em Marx, distinguem a emancipação política da emancipação humana: a primeira concerne à conquista de direitos civis, políticos, trabalhistas e sociais; enquanto a segunda diz respeito à eliminação de toda forma de desigualdade e exploração entre os homens, ocorrendo, desta forma, na superação da ordem do capital.

Na visão de Marx (s.d.), o grande limite quando se discute emancipação política é que esta não alcança a emancipação do homem em sua totali-

dade. Tão logo, para o autor, a emancipação política deve ser vista como um meio para a emancipação humana, tendo em vista que esta última não é possível sem a primeira (não há como eliminar toda forma de exploração entre os homens sem que estes tenham acesso aos seus direitos primeiro), assim como emancipação política não pressupõe emancipação humana (Montaño; Duriguetto, 2010).

Avaliando os objetivos da prática pesquisada, em uma perspectiva crítica, é possível partir do pressuposto que, através da socialização dos direitos socioassistenciais junto às mulheres do grupo Força e União com a intenção de que elas se fortaleçam enquanto cidadãs e protagonistas, pode-se considerar essa uma potencialidade da prática que pode contribuir para a formação e ou fortalecimento de uma consciência coletiva de direitos. Luiz (2011) quando trabalha com a noção de ruptura molecular, pautada em fundamentos gramscianos, se refere ao estabelecimento de ações coletivas e novos modos de pensar entre os sujeitos sociais, entendido como uma fase de acúmulo de conquistas que visam um fim maior. Para Gramsci (1988, p. 77), esse processo (rupturas moleculares) alteram “[...] progressivamente a composição precedente das forças e, portanto, transformam-se em matriz de novas modificações.”

Nesse sentido, ao pensar a efetivação da política pública numa perspectiva emancipatória, é possível observar que tais práticas, uma vez pautadas pela noção do direito e da cidadania, podem contribuir com processos emancipatórios em um movimento de totalidade.

Outro ponto que merece atenção na prática analisada é o do trabalho realizado através de trocas de experiências entre as mulheres do grupo que tem como instrumento mediador a arte criativa. Para Coli (2006), a arte tem a função de aprendizagem, capaz de transformar os sujeitos, pois desperta reações ricas em cultura - tanto no emocional quanto no racional -, acentuando os instrumentos que servem como forma de apreender o mundo e o cenário em que estão inseridos. Portanto, o trabalho através da arte carrega o potencial transformador e reflexivo sobre as dimensões humanas e sociais.

Nas palavras de Scherer (2013, p. 75), a arte se apresenta “[...] como um elemento que tem a capacidade de incidir contra os processos de alienação porque faz com que o indivíduo se perceba em sua totalidade”, assim como faz com que os sujeitos enxerguem uns aos outros, se reconhecendo no coletivo. Além disso, Scherer (2013), apoiado em Konder, menciona que

a arte revela o cenário social proporcionando aos indivíduos a oportunidade de refletir sobre ele, podendo levar ao início de uma mudança na realidade.

Os fragmentos da arte, entendida como uma criação crítica do homem, devem estar presentes em todas as atividades criadoras do ser humano, para se contrapor aos processos de alienação. A partir da arte genuína e livre, o homem não é mais um objeto em cena, mas sim um protagonista do seu próprio roteiro, e através do roteiro da sua vida é que ele passa a compreender a sua realidade e a incidir nela. Deste modo, a arte pode ser um elemento que venha a contribuir para uma transformação social (Scherer, 2013, p. 78-79).

Em outras palavras, se formos analisar o trabalho utilizando a arte como instrumento mediador em uma perspectiva crítica, abre-se um caminho da possibilidade para a efetivação desta política sob ângulo emancipatório.

Se a escuta qualificada é um elemento potencializador da prática, na medida em que se constitui como mediação para o reconhecimento da trajetória de vida das mulheres enquanto sujeitos singulares e históricos, e, como as práticas em tela já exploram questões de raça, etnia e gênero naquela atividade, a mobilização, a reflexão crítica e a apropriação de discursos e conceitos em torno desse debate e das interseções a estes correlatas podem ser ferramentas no processo de delimitação de vulnerabilidades pelas próprias participantes e na ressignificação de suas experiências (Abreu *et al.*, 2016).

Considerando a histórica inserção precária das mulheres no mundo do trabalho e que no âmbito do grupo pesquisado esta situação se reproduz nas condições de vida concretas das participantes, faz-se necessário destacar a importância de processos e práticas de visibilização de aspectos do trabalho no que diz respeito à possibilidade de planejamento da rotina das mulheres enquanto trabalhadoras, às garantias trabalhistas e também no concernente ao trabalho doméstico e de cuidados.

Vale, neste sentido, citar o trabalho de Biroli (2015) e sua contribuição à crítica da dicotomia entre a esfera pública e a esfera privada e como isso tem implicações nas relações de gênero, nos tempos disponíveis, nos graus de valorização e reconhecimento de atividades como as de cuidado (cuidado de crianças, idosos, bebês e dependentes, de modo geral, estendendo-se para relações interpessoais que vão para além do grupo familiar), no acesso não meramente formal, por parte das mulheres, à participação política e, conseqüentemente, a formas e condições desiguais e precárias de integração.

Daí a importância e a necessidade do fortalecimento das ações em vista da promoção das mulheres para que obtenham condições de inserção real no mercado de trabalho formal, investindo-se na profissionalização e no encaminhamento para o mercado de trabalho e ainda no fortalecimento e fomento do desenvolvimento de práticas alternativas de renda, como as práticas de economia solidária já trabalhadas com o grupo.

Viu-se que o serviço mantém parceria com instituições como a UBS e a educação e, a partir desta discussão, é importante que se coloque em pauta também a formulação de parcerias em relação à política de trabalho, a exemplo a Agência do Trabalhador do município. São práticas significativas e que podem trazer resultados concretos na ruptura de níveis de subalternidade das mulheres do grupo, levando-as à autonomia material e de proporção emancipatória.

Em conclusão, reitera-se o alinhamento em que a prática analisada se encontra em relação à Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, tendo em vista que se trata de uma experiência em grupo e que se organiza a partir de processos previamente planejados na orientação de mulheres sob seus direitos socioassistenciais e promovendo a socialização intergeracional, assim como destaca a Tipificação, que apresenta o objetivo do SCFV como, “[...] garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social” (Brasil, 2009, p. 16).

Também é importante sublinhar as potencialidades sob perspectiva emancipatória desta prática (a escuta qualificada, o trabalho utilizando a arte como instrumento mediador, a promoção de um espaço de diálogo entre as mulheres sob seus direitos) assim como os seus respectivos desafios (o pensar no desenvolvimento de estratégias concretas que *busquem* o rompimento de níveis de subalternidade). Estes são aspectos essenciais a serem ponderados, especialmente no que tange à análise da efetividade, eficiência e eficácia da prática na vida de suas usuárias.

Referências

ABREU, A. R. P.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. (Org.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016.

BIROLI, F. **Responsabilidades, cuidado e democracia**. Revista Brasileira de Ciência Política [online]. 2015, v. 00, n. 18 [Acessado 27 Outubro 2022],

pp. 81-117. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-335220151804>.
ISSN 2178-4884. <https://doi.org/10.1590/0103-335220151804>.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm> Acesso em 28, out, 2022.

BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais – Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009**. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 27 set. 2022.

BRASIL, Ministério da Cidadania. **Benefício de Prestação Continuada**. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/beneficios-assistenciais/beneficio-assistencial-ao-idoso-e-a-pessoa-com-deficiencia-bpc>. >Acesso em: 27 set. 2022.

BRASIL, Ministério da Cidadania. **O que é o Auxílio Brasil?** Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/auxilio-brasil>. Acesso em: 27, set. 2022.

BRASIL. **Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012**. NOB/SUAS. Brasília, DF, Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2022.

COLI, J. **O que é arte**. 15 ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

CRAS CARÁ CARÁ. **Questionário aplicado para a pesquisa**. 2022.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

GUIMARÃES, N. A., PAUGAM, S. e PRATES, I. **Laços à brasileira: desigualdades e vínculos sociais**. Tempo Social [online]. 2020, v. 32, n. 3, p. 265-301. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2020.174291>. Epub 25 Jan 2021. ISSN 1809-4554. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2020.174291>. Acesso em: 22, out. 2022.

LUIZ, D. E. C. **Emancipação e Serviço Social: a potencialidade da prática profissional**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2011.

MARX, K. **A questão judaica**. S.D. Disponível em: <http://www.lusosofia.net/textos/marx_questao_judaica.pdf> Acesso em: 13, out. 2022.

MAYNART, W. H. da C.; ALBUQUERQUE, M. C. dos S.; BRÊDA, M. Z.; JORGE, J. S. **A escuta qualificada e o acolhimento na atenção psicos-**

social. Acta Paulista de Enfermagem. n. 27, v. 4, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/GbQ3nnHqHpPTSzm8JX4Jdqf/?lang=pt>. Acesso em: 27, set. 2022.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe e movimento social.** 1 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANCHES, N.; SILVA, R. B. **A escuta qualificada na assistência social: da postura diagnóstica às formas (po)éticas de escutar.** Estudos e Pesquisas em Psicologia. v. 19, n. 3, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/46905/31296>. Acesso em: 27, set. 2022.

SCHERER, G. A. **Serviço Social e Arte: Juventudes e Direitos Humanos em Cena.** São Paulo: Cortez, 2013.

SCHLESENER, AH. **Grilhões invisíveis: as dimensões da ideologia, as condições de subalternidade e a educação em Gramsci [online].** Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016, 195 p. ISBN 978-85-7798-234- 9. Disponível em: <file:///C:/Users/raich/Downloads/As%20novas%20condi%C3%A7%C3%B5es%20de%20subalternidade%20ler%20p.%20135-149.pdf> . Acesso em: 12, set. 2022.

SCHNEIDER, E. C. **As desigualdades de gênero no mercado de trabalho e a economia solidária.** In: XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

TARALLO, R. S. et. al. **Atitudes de idosos e de profissionais em relação a trocas intergeracionais.** Rev. Bras. Geriatr. Gerontol., Rio de Janeiro, 2017; 20(3): 423-431.

YAZBEK, M. C. **Classes subalternas e assistência social.** 5 ed. São Paulo: Cortez 2006.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar a presente obra tem-se a destacar alguns aspectos mobilizadores do processo desenvolvido na pesquisa da qual resultou. Em especial, a importante participação e disponibilidade das instituições/órgãos governamentais e não-governamentais que se dispuseram a inscrever algumas de suas práticas realizadas no âmbito da Assistência Social no município de Ponta Grossa.

A abertura para receber os pesquisadores e disponibilizar os dados de suas práticas contribuiu para dar visibilidade a ações que podem ser tomadas como referência, exemplo de boas práticas e podem ser multiplicadas, fazendo as devidas aproximações às realidades específicas.

Também evidenciar a Assistência Social como alternativa para muitas famílias que sofreram e ainda sofrem as consequências da pandemia do Covid-19 e as mazelas da Questão Social, para as quais o PAIF e o SCFV foram e são serviços de suma importância para o reforço da proteção social básica dos diferentes grupos sociais.

A pesquisa mostrou diferentes potencialidades que podem ser reforçadas em cada uma das práticas pesquisadas e que uma vez socializadas poderão lançar luzes para o fortalecimento de outras práticas desenvolvidas pelos mesmos tipos de serviços na rede socioassistencial do município de Ponta Grossa. O reconhecimento das potencialidades dos próprios usuários é um fator fundamental para o fortalecimento da organização deste segmento para o exercício da cidadania e também do controle social da referida política pública de assistência social.

A questão das diversidades nos territórios, a identificação de lideranças entre os usuários e ainda a articulação extrainstitucional são também elementos importantes para o fortalecimento do atendimento socioassistencial no município.

Situar a pesquisa na conjuntura de reconstrução do SUAS no Brasil. Fomentar espaços coletivos capitaneados pelos diferentes CRAS e pela pelas instituições prestadoras de serviço pode fortalecer a luta pela reconstrução do SUAS no espaço local, na medida em que fortalece o protagonismo dos usuários no exercício da participação e do controle social, desde a sua relação com a unidade de atendimento até as diferentes instâncias de poder democrático.

Ampliar práticas que contribuam para o fortalecimento da política de assistência social é um desafio coletivo, do qual a universidade através de seus núcleos de pesquisa pode colaborar. Foi neste sentido que a presente pesquisa foi desenvolvida e a presente obra foi sistematizada. Tem-se a intenção de que os fatores nela apontados e os resultados alcançados possam colaborar para esse processo que é histórico e social, através da socialização do conhecimento seja no espaços acadêmicos, seja entre os/as trabalhadores/as do SUAS e também através da inserção social dos docentes e discentes nela envolvidos, mas principalmente na contribuição da socialização das práticas entre os sujeitos diretamente envolvidos com as práticas pesquisadas e também para os leitores desta obra.

APÊNDICE

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS – QUESTIONÁRIO

Nome da instituição inscrita na pesquisa:

Responsável pelo preenchimento:

Com base nas informações correlatas à prática desenvolvida, responda as seguintes questões:

1. Possui um perfil da nacionalidade dos usuários atendidos pelo programa/projeto/serviço? () sim () não.

Nacionalidade: () brasileira () outras. Se outras, quais?

Se não, quais as nacionalidades dos usuários atendidos pelo programa/projeto/serviço?

2. Possui um perfil da origem dos usuários atendidos pelo programa/projeto/serviço? () sim () não .

Origem: () urbano () rural

Se não, qual a origem dos usuários atendidos pelo programa/projeto/serviço?

3. Possui um perfil da faixa etária dos usuários atendidos pelo programa/projeto/serviço? () sim () não. Se sim:

Faixa etária:

() 0 a 12 incompletos

() 12 a 18 incompletos

() 18 a 29 anos

() 30 a 59 anos

() 60 a ou mais

Se não, de modo geral, qual é a faixa etária dos usuários atendidos pelo programa/projeto/serviço?

4. Possui um perfil da escolaridade dos usuários atendidos pelo programa/projeto/serviço? () sim () não. Se sim:

Escolaridade:

- () Não Alfabetizado
- () Ensino Fundamental Completo
- () Ensino Fundamental Incompleto
- () Ensino Médio Completo
- () Ensino Médio Incompleto
- () Ensino Superior Completo
- () Ensino Superior Incompleto
- () Pós-graduação completa
- () Pós-graduação incompleta

Se não, de modo geral, qual é a escolaridade dos usuários atendidos pelo programa/projeto/serviço?

5. Possui um perfil de gênero dos usuários atendidos pelo programa/projeto/serviço? () sim () não. Se sim:

Identidade de Gênero²³:

- () Mulher trans - é aquela que nasceu com sexo biológico masculino, mas possui uma identidade de gênero feminina e se reconhece como mulher.
- () Mulher cis - referente ao indivíduo que se identifica, em todos os aspectos, ao gênero atribuído no nascimento.
- () Homem trans - é aquele que nasceu com sexo biológico feminino, mas possui uma identidade de gênero masculina e se reconhece como homem.
- () Homem cis - referente ao indivíduo que se identifica, em todos os aspectos, ao gênero atribuído no nascimento.
- () Intersexo - É o indivíduo que possui variação de caracteres sexuais, podendo incluir cromossomos, gônadas e/ou órgãos genitais que dificultam a

²³ Referências utilizadas:

BAHIA, Defensoria Pública. Disponível em: https://www.defensoria.ba.def.br/wp-content/uploads/2019/01/cartilha_diversidade-sexual.pdf. Acesso em: 28, jul 2022

MORAIS, J. de A. C de; RODRIGUES, K. F. Cartilha de atividades LGBTI+. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/583817/2/Cartilha%20de%20Atividades%20LGBTI%2B.pdf>. Acesso em: 28, jul 2022.

identificação do sexo biológico do indivíduo, a exemplo do hermafrodita.

() Queer - uma forma de designar as pessoas que não aceitam os padrões heteronormativos nem os rótulos que restringem a amplitude e vivência da sexualidade e do gênero.

() Outros

Se não, de modo geral, qual é a sua impressão geral sobre o gênero dos usuários atendidos pelo programa/projeto/serviço?

6. Possui um perfil da escolaridade dos usuários atendidos pelo programa/projeto/serviço? () sim () não. Se sim:

Raça/Etnia:

() negros

() brancos

() amarelo

() pardos

() indígenas

() quilombolas

() ciganos

() outros. _____

Se não, de modo geral, qual é a sua impressão geral sobre a faixa etária dos usuários atendidos pelo programa/projeto/serviço?

7. Possui um perfil da composição familiar dos usuários? () sim () não. Se sim:

Composição Familiar:

() monoparental (chefiada por mulheres)

() monoparental (chefiada por homens)

() reconstituída (após a separação conjugal)

() nuclear (pai, mãe e filhos)

() extensa (incluindo três ou quatro gerações)

- adotivas (bi-raciais ou multiculturais)
- família anaparental (sem pais, formadas apenas pelos irmãos)
- Unipessoal (apenas uma pessoa, como uma viúva, por ex.)
- casais (sem filhos)
- casais (homossexuais com crianças)
- casais (homossexuais sem crianças)
- Outros: _____

Se não, de modo geral, qual é a sua impressão geral sobre a composição familiar dos usuários atendidos pelo programa/projeto/serviço?

8. Possui o perfil da renda familiar dos usuários atendidos pelo programa/projeto/serviço? () sim () não. Se sim:

Renda Familiar:

- Sem renda
- Até 1/2 s. m.
- Maior que 1/2 s.m a 1 s.m
- Maior que 1 s. m. a 1 1/2 s.m
- Maior que 1 1/2 s. m. a 2 s. m
- Maior que 2 s. m.
- sem renda + BPC
- com renda + BPC
- sem renda + Auxílio Brasil
- com renda + Auxílio Brasil

Se não, de modo geral, qual é a renda do público atendido pelo programa/projeto/serviço?

9. Possui perfil dos usuários em termos de ocupação? () sim () não. Se sim:

Ocupação:

- Trabalha

- () É aposentado/pensionista
- () É Beneficiário do Benefício de Prestação Continuada – BPC
- () Realiza trabalho doméstico (em sua própria residência)
- () É Estagiário/Aprendiz
- () Estuda
- () Não trabalha
- () Sem ocupação

Se não, de modo geral, qual a ocupação dos usuários participantes do programa/projeto/serviço?

10. Possui um perfil do tipo de vínculo de trabalho dos usuários atendidos pelo programa/projeto/serviço?

Tipos de vínculo:

- () possui trabalho formal
- () trabalha na informalidade
- () é autônomo
- () estágio
- () aprendiz
- () estudante
- () não se aplica

Se não, de modo geral quais as principais ocupações do público atendido pelo programa/projeto/serviço?

11. Possui um perfil de referência territorial dos usuários atendidos pelo programa/projeto/serviço?

Bairros de Residência:

- () Boa Vista
- () Cará-Cará
- () Chapada
- () Periquitos

- Colônia Dona Luiza
- Contorno
- Jardim Carvalho
- Nova Rússia
- Oficinas
- Neves
- Olarias
- Orfãs
- Ronda
- Uvaranas
- Outro. _____

Se não, de modo geral, sobre a referência dos usuários do programa/projeto/serviço, no território?

12. Como o público-alvo do programa/projeto/prática acessa as suas atividades?

- é encaminhado por outras instituições. Quais? _____
- é por demanda espontânea. De que forma? _____
 1. Quais as demandas do público-alvo?
 2. Quais os critérios de seleção do público alvo?
 3. Quais as atividades são desenvolvidas?
 4. Como as atividades são construídas no cotidiano da prática? (Coletivamente? Individualmente? Há participação do público no planejamento? Tem previsão de avaliação da prática?
 5. Os profissionais são capacitados para realização das atividades?
 não. sim. Se sim, em quais áreas?
 6. Como é desenvolvida a divulgação das atividades realizadas para a comunidade e para os próprios usuários no decorrer do desenvolvimento da prática?
 7. Qual a periodicidade para a realização das atividades? mensal semestral. outros. E se essa periodicidade é suficiente para atender as demandas do público atendido?

8. A prática é acessível a todos os participantes? Há exigência de adaptação? O que impede o acesso? Como são realizadas as adequações?
9. São disponibilizados meios (como transporte, alimentação e acomodação) para que o público acesse com qualidade as atividades?
10. São realizados encaminhamentos dos usuários para acesso a direitos e a políticas públicas? Se sim, quais os mais recorrentes?
11. Há parceria/interlocução com outras instituições? Se sim, quais? Como funciona?
12. Nas práticas realizadas são trabalhados temas sobre diversidade (questão de gênero, raça e etnia) diversidades políticas, etc.? Se sim, como?
13. Nas práticas realizadas são trabalhados temas sobre práticas colaborativas (práticas solidárias, ajuda mútua, etc.? Se sim, como?
14. Se o público atendido participa de espaços organizativos, se sim, quais? (EX: clubes, associações, fóruns, conselhos, pastorais)? Ou possui formas de auto-organização?
15. A prática analisada incentiva a participação do público atendido nos espaços de participação política intra e extrainstituição?
16. De que forma estão colocadas as ações em busca da autonomia material, de pensamento, expressão de ideias e culturais?
17. Quais as condições para o desenvolvimento do trabalho com os usuários considerando os seguintes pontos:
 - a. Condições Materiais (por exemplo: capacidade de atendimento, recursos financeiros, ferramentas de trabalho, espaço adequado, etc.)
 - b. Condições Técnicas e de Recursos Humanos (por exemplo: equipe de referência conforme PNAS, formação profissional, aprimoramento, capacitação, formação continuada, condições de trabalho, alcance das expectativas profissionais, etc.).
18. Quais as principais dificuldades para a realização das atividades?
19. Quais as principais possibilidades que se abrem com as atividades?
20. Qual é a disponibilidade do público atendido para participar das atividades?

21. Como as trajetórias de vida dos usuários são consideradas no planejamento das atividades?
22. Quais conhecimentos foram trabalhados nas atividades? (EX: Direitos, atitudes, desenvolvimento pessoal e social).
23. Quais os principais resultados das ações desenvolvidas?
 - a) Em relação perspectivas, condições de vida? (Vulnerabilidade?)
 - b) Em relação as expressões de autonomia e protagonismo dos sujeitos em suas ações, decisões, atitude ...?
 - c) Em relação a multiplicação da vivência tida no projeto/ programa/pratica?
 - d) Tem dados sobre evasão e permanência dos participantes? Quais são eles?
24. Como avalia a prática desenvolvida? (quais os elementos que a caracterizam desta forma)?
25. Qual a contribuição da prática para a efetivação dos objetivos da política pública de assistência social? (De que forma ocorre o alinhamento com a PPAS).

SOBRE OS ORGANIZADORES

Silmara Carneiro e Silva

Professora Associada da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Atua no curso de graduação em Serviço Social e no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas da UEPG; Pesquisadora Líder do Núcleo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais-NEPEPPS-UEPG. Doutora em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina-UEL. Mestre em Ciências Sociais Aplicadas e graduada em Serviço Social pela UEPG. Pós-doutora pela Universidade Estadual de Londrina - UEL.

Danuta Estrufika Cantoia Luiz

Professora Associada da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Atua no curso de graduação em Serviço Social e no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas da UEPG (2023). Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais - NEPEPPS-UEPG. Mestre e Doutora em Serviço Social pela PUC São Paulo.

Reidy Rolim de Moura

Professora Associada da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Atua no curso de graduação em Serviço Social e no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Pesquisadora Líder do Núcleo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais - NEPEPPS-UEPG. Doutora e Mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina. Graduada em Serviço Social pela Universidade Regional de Blumenau.

SOBRE OS AUTORES

Alexandre Stori Douvan

Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, jornalista; Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais – NEPEPPPS-UEPG.

Anna Isabela Ringvelski Costa

Doutoranda em Sociologia na Universidade Federal do Paraná – UFPR. Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Especialista em Gestão Ambiental pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Graduada em Serviço Social pela UEPG. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais – NEPEPPPS-UEPG.

Andre Prigol Petters

Graduado em Direito pela Faculdade Unopar. Graduado em Bacharelado em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais - NEPEPPPS-UEPG.

Audrey Aline Bankes Pereira

Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, especialista em Gestão Pública pela UEPG. Bacharela em Serviço Social pela UEPG. Coordenadora do Acolhimento Institucional e Familiar de Crianças e Adolescentes do Município de Irati. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais - NEPEPPPS-UEPG.

Bianca Lourenço Caputo

Graduanda do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais - NEPEPPPS-UEPG.

Bruna Fernanda Itaoui

Doutoranda em Ciências Sociais Aplicadas; Mestra em Ciências Sociais Aplicadas; Pós-graduada em Gestão Pública; Bacharela em Serviço Social; Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais - NEPEPPPS-UEPG.

Camila Sopko

Docente no Centro Universitário Santa Amélia - UNISECAL. Doutora e Mestra em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG. Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais - NEPEPPPS-UEPG.

Camila Thaís Skodowski

Assistente Social no Núcleo Regional de Educação - NRE via convênio HUTEC/UEL/SEED; Pós graduação em Reabilitação pelo HU-UEPG (residência multiprofissional); Pós graduação em Saúde Coletiva pela PMPG (residência multiprofissional); cursando Gestão Hospitalar na modalidade EaD pela UEPG/ NUTEAD; Bacharela em Serviço Social; Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais – NEPEPPPS-UEPG.

Caroline Wynnek

Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG e Residente em Neonatologia (HU-UEPG). Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais.

Charon Mahrara de Araujo Leite

Doutoranda em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Bolsista CNPQ. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais - NEPEPPPS-UEPG.

Felipe Ricardo Biscaia

Doutorando e Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Especialista em Sociologia Política pela Universidade Federal do Paraná. Graduado em Direito pela UEPG. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais – NEPEPPPS-UEPG.

Gabriele Petroski Machado

Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Especialista em Gestão Pública pela UEPG. Graduada em Serviço Social pela UEPG. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais - NEPEPPPS-UEPG.

Igor Kiel Olivo

Mestrando em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Especialista em Direito Processual Civil pela Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL e Direito Aplicado pela Escola da Magistratura do Paraná – EMAP. Graduado em Direito pelas Faculdades Integradas dos Campos Gerais – CESCAGE. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais - NEPEPPPS-UEPG.

Jean Carlos de Goveia

Doutorando e Mestre no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Possui graduação em Licenciatura Plena em Educação Física pelas Faculdades Integradas de Itararé (2015). Especialização em Treinamento no Esporte e na Atividade Física pelo Centro Universitário Internacional (2019). Bacharelado em Educação Física pela Unifatecie (2022). Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais - NEPEPPPS-UEPG.

Karoline Dutra Szul

Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Maringá – UEM. Doutora e Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG. Graduada em Serviço Social pela UEPG. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais – NEPEPPPS-UEPG.

Maria Iolanda de Oliveira

Docente na Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG. Doutoranda em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG. Mestre em Serviço Social, Políticas Sociais e Movimentos Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP. Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais - NEPEPPPS-UEPG.

Matheus Dums

Mestrando em Ciências Sociais Aplicadas e graduado em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Assistente Social do Centro de Atenção Psicossocial II de Ponta Grossa. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais - NEPEPPPS-UEPG.

Oswaldo Malta Callegari

Docente na Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG. Doutor em Administração pela Universidade Nacional de Misiones - UNaM. Mestre em Contabilidade e Controladoria pela Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP. Graduado em Administração e Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais - NEPEPPPS-UEPG.

Paloma Machado Graf

Doutora e Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG. Graduada em Direito pela Faculdade Educacional de Ponta Grossa - UNIÃO. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais - NEPEPPPS-UEPG. Advogada inscrita junto à Ordem dos Advogados do Brasil do Paraná - OAB-PR.

Pedro Fauth Manhães Miranda

Docente na Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG. Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC-PR. Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG. Graduado em Direito pela Universidade Estadual de Londrina - UEL, e em Ciência Política pelo Centro Universitário Internacional - UNINTER. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais - NEPEPPPS-UEPG.

Raiane Chagas da Silva

Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG. Assistente Social do Centro Especializado de Assistência Social da Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social de Ponta Grossa. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais - NEPEPPPS-UEPG.

Suelem Andressa de Oliveira Lopes

Assistente Social do Serviço de Reabilitação física da Universidade Estadual do Centro- Oeste, Docente do Curso de Serviço Social da mesma Universidade, Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste/Campus de Toledo e especialista em Educação e Sociedade e Serviço Social e gestão do SUAS.

Tainara Kessia Mainardes

Residente em Gestão e Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Especialista em Gestão Pública pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais - NEPEPPPS-UEPG.

Tatiana Paula Haddad

Assistente Social, chefe da Divisão de Gestão do Trabalho, do Departamento de Gestão do SUAS da FASPG, Especialista em Política de Assistência Social.

Elizabeth Trejos-Castillo - TTU

Doutora em Desenvolvimento Humano e Estudos da Família pela Universidade de Auburn - EUA. Mestre em Sociologia Rural. Graduada em Psicologia. Professora da 'Texas Tech University' – TTU – EUA. Pesquisadora líder do 'Positive Youth Development Lab' – TTU – EUA.

Maria Nilvane Fernandes - UFAM

Mestre e Doutora em Educação (UEM), Mestre em adolescente em conflito com a lei (UNIBAN/SP) - Professora Adjunta da área de Fundamentos da Educação no Curso de Pedagogia e Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

Ricardo Peres Costa - UFAM

Doutor e Mestre em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Pesquisador do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Políticas, Educação, Violências e Instituições (GEPPEvi) e do Positive Youth Development Lab (PYD, TTU, Texas, USA).

Rosângela Bujokas de Siqueira - UNICENTRO

Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Doutora e Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG. Graduada em Serviço Social pela UEPG. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais - NEPEPPPS-UEPG.

ÍNDICE REMISSIVO

A

analfabetismo 69

assistência social 12, 13, 14, 15, 18, 19, 21, 24, 34, 39, 42, 46, 48, 50, 52, 53, 57, 58, 62, 63, 65, 67, 68, 69, 72, 79, 81, 84, 85, 93, 102, 103, 105, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 120, 122, 123, 124, 126, 127, 132, 133, 134, 142

atividades lúdicas 43

autonomia 15, 16, 37, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 55, 58, 67, 70, 71, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 94, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 113, 114, 115, 116, 120, 121, 122, 124, 127, 130, 141, 142

C

cidadania 18, 30, 41, 43, 78, 82, 91, 93, 103, 109, 114, 115, 127, 128, 131, 133

cidadãos 18, 54, 63, 93, 104, 113, 115

colaborativa 14

comunitária 12, 18, 44, 46, 48, 55, 79, 82, 89, 98, 108, 114

D

dados 13, 14, 15, 32, 34, 47, 48, 52, 60, 63, 66, 67, 68, 69, 74, 81, 84, 85, 87, 88, 94, 96, 97, 109, 118, 125, 133, 142

deficiência 18, 19, 40, 63, 75, 89, 110, 122

desenvolvimento 9, 13, 14, 21, 29, 30, 37, 40, 45, 47, 49, 53, 56, 62, 66, 76, 77, 79, 80, 81, 85, 86, 90, 91, 93, 98, 99, 100, 104, 105, 107, 110, 111, 114, 115, 116, 119, 124, 130, 140, 141, 142

desigualdade 32, 69, 70, 71, 126, 127

direito 18, 50, 52, 82, 87, 92, 93, 104, 107, 112, 113, 115, 116, 121, 128

direitos 20, 28, 29, 30, 34, 36, 37, 42, 46, 47, 48, 49, 59, 64, 70, 71, 72, 78,

82, 85, 86, 87, 88, 92, 93, 97, 98, 100, 104, 112, 113, 114, 115, 119, 120,
121, 124, 127, 128, 130, 141
diversidades 65, 80, 86, 120, 133, 141

E

entrevista 13, 58, 63
escassez 69
exclusão 12, 18, 31, 54, 122

F

famílias 12, 19, 20, 28, 29, 33, 34, 35, 37, 38, 47, 49, 53, 54, 55, 56, 57, 58,
63, 64, 65, 67, 68, 70, 71, 84, 85, 86, 89, 104, 106, 107, 109, 110, 113, 115,
121, 122, 123, 130, 133
ferramentas 45, 66, 70, 129, 141
financeiros 45, 66, 87, 141

G

garantia de direitos 20, 48, 78, 93, 112, 127

I

idoso 18, 75, 81, 82, 110, 122, 131
inclusão 12, 55, 65, 75, 85, 87, 88, 107, 110, 114, 123
instituições 9, 13, 14, 15, 26, 27, 28, 30, 33, 37, 39, 40, 42, 48, 55, 63, 65,
71, 74, 78, 80, 84, 87, 88, 90, 98, 99, 118, 120, 125, 130, 133, 140, 141

M

mulheres 15, 29, 30, 36, 37, 47, 54, 56, 59, 68, 75, 81, 89, 97, 109, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 128, 129, 130, 137

P

palestras 38, 43, 63, 64, 111, 120

pesquisa 9, 12, 13, 14, 15, 21, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 40, 41, 45, 49, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 74, 76, 80, 82, 84, 85, 88, 91, 96, 106, 107, 108, 111, 116, 118, 119, 125, 126, 131, 133, 134, 135

pobreza 18, 29, 30, 54, 58, 64, 69, 70, 71, 76, 89, 93, 110, 113, 114, 122, 125

política 12, 13, 14, 15, 19, 21, 37, 39, 41, 42, 43, 44, 46, 48, 49, 50, 52, 56, 57, 58, 59, 62, 66, 67, 69, 79, 84, 85, 90, 99, 101, 103, 106, 112, 113, 114, 115, 118, 120, 122, 123, 126, 127, 128, 129, 130, 133, 134, 141, 142

política pública 12, 14, 15, 21, 42, 46, 62, 67, 69, 79, 112, 114, 115, 126, 128, 133, 142

políticas 18, 19, 21, 31, 34, 36, 38, 40, 47, 50, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 62, 65, 69, 70, 71, 78, 80, 81, 82, 86, 87, 89, 90, 93, 98, 100, 102, 110, 112, 113, 114, 120, 122, 127, 141

políticas públicas 19, 31, 36, 38, 40, 62, 81, 82, 87, 89, 98, 102, 122, 127, 141

população 19, 32, 34, 42, 48, 53, 58, 63, 67, 76, 80, 81, 82, 119

práticas 12, 13, 15, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 55, 56, 57, 60, 62, 65, 74, 78, 80, 84, 86, 87, 88, 90, 91, 96, 99, 101, 103, 106, 112, 118, 119, 120, 128, 129, 130, 133, 134, 141

processo 9, 15, 21, 22, 30, 32, 37, 39, 45, 49, 59, 66, 69, 76, 77, 79, 81, 89, 91, 101, 109, 113, 114, 126, 127, 128, 129, 133, 134

programas 12, 19, 34, 36, 41, 42, 64, 67, 68, 71, 75, 84, 104, 106, 110, 113, 123, 131

proteção social 12, 19, 24, 25, 26, 28, 41, 53, 76, 102, 104, 112, 113, 114, 116, 133

público 15, 16, 19, 21, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 54, 55, 56, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 85, 86, 87, 89, 91, 92, 93, 97, 98, 99, 107, 108, 109, 112, 114, 118, 119,

120, 121, 122, 123, 126, 138, 139, 140, 141

R

renda familiar 47, 75, 88, 94, 97, 109, 110, 122, 138

S

saúde 41, 42, 46, 47, 55, 56, 69, 81, 87, 97, 99, 103, 104, 111, 112, 120, 122, 124, 127

semianalfabetíssimo 69

serviço 12, 20, 27, 33, 39, 40, 41, 42, 48, 49, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 65, 68, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 85, 91, 99, 104, 114, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 130, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 140

serviços 7, 12, 13, 15, 19, 20, 24, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 46, 48, 52, 53, 57, 58, 59, 62, 63, 65, 68, 71, 74, 75, 84, 87, 97, 102, 104, 105, 106, 111, 112, 113, 114, 115, 118, 119, 120, 123, 125, 126, 133

social 12, 13, 14, 15, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 39, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 57, 58, 60, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 142

socialização 15, 28, 29, 37, 46, 47, 53, 80, 86, 88, 99, 100, 108, 119, 128, 130, 134

sociedade 14, 19, 21, 27, 30, 31, 32, 34, 42, 45, 46, 53, 57, 60, 69, 70, 71, 75, 80, 81, 82, 83, 86, 88, 90, 92, 93, 94, 95, 101, 102, 103, 112, 122, 127

socioassistenciais 12, 13, 15, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 34, 36, 40, 44, 48, 52, 53, 62, 68, 70, 84, 102, 105, 106, 113, 114, 115, 118, 119, 128, 130

socioeconômica 28, 29, 30, 68, 89, 112

V

violência 20, 46, 54, 55, 63, 65, 70, 71, 87, 107, 123

vulnerabilidade 12, 19, 20, 24, 29, 30, 31, 32, 36, 41, 46, 47, 53, 54, 55,
57, 58, 63, 64, 67, 68, 69, 70, 71, 76, 81, 84, 85, 89, 92, 93, 98, 106, 107,
111, 112, 113, 114, 115, 116, 119, 121, 122, 123, 125

vulnerável 42, 125, 126

